



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TEFÉ - CEST
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS
HUMANAS - PPGICH**

**TECENDO SENTIDOS: SUBJETIVIDADE E IDENTIDADE NO CONTEXTO DO
ETARISMO AOS LONGEVOS DE TEFÉ-AM**

**TEFÉ – AM
2026**

GEICIANDRA SALAZAR MOURA DA SILVA

**TECENDO SENTIDOS: SUBJETIVIDADE E IDENTIDADE NO CONTEXTO DO
ETARISMO AOS LONGEVOS DE TEFÉ-AM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas - PPGICH da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas com ênfase na linha de pesquisa: subjetividade, identidade, memórias e contextos socioculturais.

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Sidnei dos Santos Campos.

TEFÉ-AM

2026

Ficha Catalográfica

Ficha Catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)
Sistema integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas

S586t

Silva, Geiciandra Salazar Moura da

Tecendo Sentidos: subjetividade e identidade no contexto do etarismo aos longevos de Tefé-AM / Geiciandra Salazar Moura da Silva. Manaus: [s.n], 2026.

123 f.: color.; 21.0 cm.

Dissertação - Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas-
Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2026.

Inclui Bibliografia.

Inclui Apêndice.

Orientador: Raimundo Sidnei dos Santos Campos.

1. Envelhecimento. 2. Etarismo. 3. Subjetividade. 4. Identidade. 5. Memória. I. Raimundo Sidnei dos Santos Campos. (Orient.) II. Universidade do Estado do Amazonas. III. Título

CDU(1997)168.522(043.3)

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – www.uea.edu.br

Biblioteca Setorial de Artes e Turismo

Av. Leonardo Malcher, 1728 – Ed. Professor Samuel Benchimol

Centro – CEP 69010-170 – Manaus-AM

GEICIANDRA SALAZAR MOURA DA SILVA

**TECENDO SENTIDOS: SUBJETIVIDADE E IDENTIDADE NO CONTEXTO DO
ETARISMO AOS LONGEVOS DE TEFÉ-AM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – PPGICH da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, como requisito para obtenção do título de Mestra em Ciências Humanas em Teoria, História e Crítica da Cultura, com ênfase na linha de pesquisa: subjetividade, identidade, memórias e contextos socioculturais.

Dissertação defendida e aprovada em: 10 de junho de 2026.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **RAIMUNDO SIDNEI DOS SANTOS CAMPOS**
Data: 02/10/2026 10:52:07-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Raimundo Sidnei dos Santos Campos
(Presidente/Orientador – PPGICH/UEA)

Documento assinado digitalmente
 **YOMARLEY LOPES HOLANDA**
Data: 08/10/2026 13:11:51-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Yomarley Lopes Holanda
(Examinador Interno – PPGICH/UEA)

Documento assinado digitalmente
 **JONILDO VIANA DOS SANTOS**
Data: 08/10/2026 12:11:16-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Jonildo Viana dos Santos
(Examinador Externa – PPGE-CEDUC/UFRR)

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação à minha filha, meu pedaço mais bonito da vida, meu amor mais puro e verdadeiro.

Filha, talvez um dia você não se lembre das vezes em que precisei dividir meu tempo entre livros, pesquisas, escritas e o desejo imenso de estar ao teu lado em todos os momentos. Mas saiba que, mesmo nas minhas ausências, meu coração sempre esteve com você. Cada esforço, cada lágrima e cada renúncia carregavam um propósito: construir um futuro melhor e fazer você se orgulhar de mim.

Você deu sentido aos meus dias, transformou minhas fragilidades em coragem e fez nascer em mim uma força que eu nem sabia que existia. Esta conquista não é apenas minha. Ela é nossa. Porque foi o teu amor, ainda tão pequeno e tão imenso ao mesmo tempo, que sustentou meus passos até aqui.

Que você sempre saiba o quanto é profundamente amada. Você será para sempre a minha maior inspiração, o meu maior presente e a razão mais bonita da minha existência.

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte de toda sabedoria, força e esperança, meu profundo agradecimento. Foi Ele quem sustentou meus passos nos dias de cansaço, fortaleceu meu coração diante das incertezas e renovou minhas forças ao longo desta caminhada. Mais do que uma conquista acadêmica, esta dissertação representa um testemunho de fé, perseverança e propósito. Sem Sua presença em minha vida, nada disso seria possível.

À minha família, principalmente ao meu pai Gilmar Moura e minha mãe Sandra Moura, que estiveram ao meu lado em todos os momentos, meu eterno amor e gratidão. Obrigada pelas orações, pelo cuidado nos dias difíceis, pelo acolhimento, incentivo e por acreditarem em mim até quando eu mesma duvidei. Cada palavra de apoio e cada gesto de carinho foram essenciais para que eu chegasse até aqui.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Raimundo Sidnei dos Santos Campos, expresso minha sincera gratidão pela paciência, dedicação e sensibilidade durante todo o percurso da pesquisa. Obrigada pelos conselhos, pelo incentivo constante e pela condução respeitosa e humana que tanto contribuíram para meu crescimento acadêmico e pessoal.

Às pessoas longevas participantes do grupo do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS II), minha admiração e reconhecimento. Cada relato compartilhado, cada memória narrada e cada experiência de vida confiada a esta pesquisa deram sentido e humanidade a este trabalho. Vocês são a essência desta dissertação e carregam consigo histórias que atravessam o tempo com força, dignidade e sabedoria.

Aos colegas da Turma 2024 do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – PPGICH, obrigada pela parceria, apoio mútuo e pelas trocas construídas ao longo dessa jornada. Caminhar ao lado de vocês tornou esse percurso leve, humano e significativo. Parabéns, mestres!

Aos professores do PPGICH da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), agradeço pelos ensinamentos, provocações teóricas e contribuições que ampliaram meu olhar enquanto pesquisadora e profissional. Cada aprendizado deixou marcas importantes na construção desta trajetória.

Ao Centro de Estudos Superiores de Tefé – CEST/UEA, meu reconhecimento por proporcionar um espaço de formação, pesquisa e desenvolvimento científico, fortalecendo sonhos e possibilitando novas perspectivas acadêmicas e humanas.

Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte desta caminhada. Esta dissertação não foi construída sozinha; ela é resultado de encontros, afetos, escutas, desafios e esperanças tecidas ao longo do caminho.

RESUMO

O processo de envelhecer é uma experiência complexa e plural, perpassa por dimensões físicas, emocionais, sociais, históricas e culturais, e assumi diferentes significados conforme os territórios e as relações construídas ao longo da vida. No Amazonas, essas vivências são marcadas por especificidades ligadas aos modos de existência ribeirinhos e comunitários, constituídos por sujeitos brancos, negros, caboclos, indígenas e quilombolas, cujas trajetórias manifestam-se de formas próprias de compreender o tempo, o cuidado, a convivência e a permanência na coletividade. Nesse contexto, a dissertação *"Tecendo Sentidos: subjetividade e identidade no contexto do etarismo aos longevos de Tefê-AM"* volta-se para a compreensão das experiências de pessoas idosas no município de Tefê, Amazonas, ao utilizar a expressão "longevo" como valorização simbólica de suas histórias de vida e como contraposição às concepções pejorativas frequentemente vinculadas ao termo "idoso". A investigação parte do entendimento de que o preconceito relacionado à idade se apresenta de maneira sutil e estrutural, manifestando-se em atitudes, práticas e discursos que reduzem o sujeito envelhecido à ideia de fragilidade, inutilidade ou dependência, ao comprometer sua inserção social e reconhecimento enquanto sujeito de direitos. O estudo busca compreender de que forma essas manifestações interferem nos modos pelos quais os longevos percebem a si mesmos, elaboram suas experiências e constroem sentidos sobre o próprio envelhecer. Desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa e etnográfica, realizada junto ao grupo de convivência do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS II), situado no município de Tefê. O percurso metodológico envolveu observação participante, entrevistas semiestruturadas, registros em diário de campo e levantamento documental acerca das políticas públicas direcionadas à população envelhecida, isso articula uma análise sobre território, cultura, proteção social e relações cotidianas. Num processo de "tessitura" que traz a reflexão ao compreender o envelhecimento como algo continuamente produzido nas relações entre memória, pertencimento, afetividade e contexto sociocultural. As identidades são construídas e reconstruídas a partir das experiências vividas, das interações sociais e das formas pelas quais a sociedade atribui sentidos à velhice. Os dados obtidos mostram que a discriminação etária se manifesta em diferentes espaços sociais, tanto por meio de falas e comportamentos desqualificadores quanto pela exclusão simbólica de sujeitos longevos em ambientes institucionais, familiares e comunitários. Experiências que repercutem diretamente na autopercepção, no sentimento de utilidade social, na autonomia e na participação coletiva dessas pessoas. Os participantes demonstraram capacidade de recriar sentidos para suas vivências, ao fortalecer laços sociais, preservando saberes tradicionais e reafirmando suas trajetórias como elementos fundamentais de reconhecimento e continuidade cultural. As narrativas mostram sujeitos que, mesmo diante de processos de desvalorização social, encontram formas de resistência, pertencimento e afirmação de si. Assim, a pesquisa apresenta as discussões acerca do envelhecimento no contexto amazônico, ao destacar a importância de ações públicas comprometidas com a dignidade humana, com a valorização das experiências acumuladas ao longo da vida e com a construção de uma sociedade sensível às múltiplas formas de envelhecer.

Palavras-chave: Envelhecimento; Etarismo; Subjetividade; Identidade e Memória

ABSTRACT

The aging process is a complex and plural experience, encompassing physical, emotional, social, historical, and cultural dimensions, and assumes different meanings according to the territories and relationships built throughout life. In Amazonas, these experiences are marked by specificities linked to riverside and community ways of life, constituted by white, Black, caboclo, Indigenous, and quilombola subjects, whose trajectories reveal unique ways of understanding time, care, coexistence, and permanence within the collective. In this context, the dissertation “Weaving Meanings: Subjectivity and Identity in the Context of Ageism among Long-Lived People in Tefé-AM” seeks to understand the experiences of elderly people in the municipality of Tefé, Amazonas, using the expression “long-lived” as a symbolic appreciation of their life stories and as a counterpoint to the pejorative conceptions frequently associated with the term “elderly.” The investigation is grounded in the understanding that prejudice related to age presents itself in subtle and structural ways, manifesting through attitudes, practices, and discourses that reduce the aging subject to ideas of fragility, uselessness, or dependence, thereby compromising their social inclusion and recognition as subjects of rights. The study seeks to understand how these manifestations interfere with the ways in which long-lived individuals perceive themselves, elaborate their experiences, and construct meanings about their own aging process. A qualitative and ethnographic study was developed with the social interaction group of the Social Assistance Reference Center (CRAS II), located in the municipality of Tefé. The methodological path involved participant observation, semi-structured interviews, field diary records, and documentary research on public policies aimed at the aging population, articulating an analysis of territory, culture, social protection, and everyday relationships. In a process of “weaving,” the study reflects upon aging as something continuously produced through the relationships between memory, belonging, affection, and sociocultural context. Identities are built and rebuilt from lived experiences, social interactions, and the ways society attributes meaning to old age. The data obtained show that age discrimination manifests itself in different social spaces, both through disqualifying speeches and behaviors and through the symbolic exclusion of long-lived subjects in institutional, family, and community environments. These experiences directly impact self-perception, the sense of social usefulness, autonomy, and collective participation of these individuals. The participants demonstrated the ability to recreate meanings for their experiences by strengthening social bonds, preserving traditional knowledge, and reaffirming their trajectories as fundamental elements of recognition and cultural continuity. The narratives reveal subjects who, even in the face of social devaluation processes, find ways of resistance, belonging, and self-affirmation. Thus, the research contributes to discussions on aging in the Amazonian context by highlighting the importance of public actions committed to human dignity, the appreciation of experiences accumulated throughout life, and the construction of a society that is more sensitive to the multiple ways of aging.

Keywords: Aging; Ageism; Subjectivity; Identity and Memory

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização do município de Tefé, AM e uso e cobertura da terra do município ...	13
Figura 2. Imagem aérea do município de Tefé/AM	14
Figura 3. Rio de acesso ao bairro do Abial	15
Figura 4. Transporte fluvial (catraia) para ir ao Abial.....	15
Figura 5: Loca onde fica situado o CRAS II.....	16
Figura 6. Centro de Convivência do Idoso da Cidade de Tefé/AM	50
Figura 7. Atividade física no Ginásio Poliesportivo Sebastião Urbano de Lima	69
Figura 8. Nos dias de atividade (Terça e Quinta) é servido primeiro o café da manhã	70
Figura 9. Momento de diálogo com Educador Social sobre as atividades do CRAS II.....	71
Figura 10. Reza do “Pai nosso” sempre ao final das oficinas e atividades	86
Figura 11. Ensaio para a apresentação do Carimbó	90
Figura 12. Comemoração dos aniversariantes do mês	90

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CCI	Centro de Convivência do Idoso
CEP	Comitê de ética e pesquisa
CNES	Cadastro Nacional de estabelecimento de Saúde
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CRAS I	Centro de Referência de Assistência Social I
CRAS II	Centro de Referência de Assistência Social II
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRAM	Centro de Referência de Atendimento à Mulher
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ILPIS	Instituição de Longa Permanência para idosos
MP-AM	Ministério Público do Estado do Amazonas
ONU	Organização das Nações Unidas
OMS	Organização Mundial da Saúde
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNI	Política Nacional do Idoso
PNSPI	Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa
SCFV	Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos
SEAS	Secretaria de Estado da Assistência Social
SEJUSC	Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania
SEMASC	Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Cidadania
SES-AM	Secretaria de Estado de Saúde
SISAN	Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UBS	Unidades Básicas de Saúde
UFS	Unidade de saúde da família

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. OBJETIVOS	6
2.1 Geral	6
2.2 Específicos	6
3. METODOLOGIA.....	7
CAPÍTULO I: TECENDO CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	9
1.1 Percurso Metodológico	9
1.2 Identificando a área de investigação	13
1.3 Coletando os dados	17
CAPÍTULO II: TEMPO, CULTURA E DIREITOS: A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E BIOPSISSOCIAL DO ENVELHECIMENTO E SUAS POLÍTICAS PÚBLICAS...	21
2.1 O processo de envelhecimento no Brasil	21
2.2 Envelhecimento na perspectiva Biopsicossocial	26
2.3 Políticas públicas de atenção e proteção à pessoa idosa.....	34
2.3.1 Marcos legais e políticas públicas de proteção e assistência à população longeva .	36
2.3.2 Políticas Públicas no Estado do Amazonas	44
CAPÍTULO III – ETARISMO: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E IMPLICAÇÕES NA LONGEVIDADE.....	52
3.1 Flores da Amazônia e narrativas da longevidade	52
3.2 O etarismo como expressão da herança colonial, escravocrata e patriarcal	54
3.3 Definições, tipologias e manifestações do etarismo	56
3.4 Representações sociais na adultez tardia: estereótipos e narrativas sociais	59
3.5 Vivências e repercussões do etarismo na longevidade	66
CAPÍTULO IV – IDENTIDADE, SUBJETIVIDADE E OS SENTIDOS PSICOLÓGICOS E SOCIAIS DO ENVELHECER	73
4.1 O envelhecer na ciência humana: fundamentos teóricos da identidade e subjetividade	73
4.2 Sentidos Psicológicos do envelhecer: reflexões sobre a autopercepção.....	77
4.2.1 Pertencimento, experiências culturais e a vivência da velhice na Amazônia.....	77
4.2.2 Memória do longo.....	81
4.2.3 Espiritualidade e sentido existencial na velhice	85
4.3 Estigmas etários, consequências psicossociais e estratégias no enfrentar da velhice.....	90
CONSIDERAÇÕES	96
REFERÊNCIAS.....	98
APÊNDICES	106

1. INTRODUÇÃO

O envelhecimento humano é um fenômeno multidimensional e historicamente situado, compreendido não apenas como uma etapa biológica do ciclo vital, mas um processo que perpassar por determinantes sociais, culturais, econômicos, políticos e subjetivos. Sua compreensão demanda abordagens interdisciplinares capazes de considerar as interações entre corporeidade, memória, identidade, territorialidade e relações sociais, ao reconhecer que as experiências de envelhecer assumem configurações distintas conforme os contextos socioculturais em que os sujeitos estão inseridos. No contexto amazônico, essas experiências são marcadas por especificidades territoriais, ambientais e comunitárias próprias da região, que envolve populações brancas, negras, caboclas, indígenas e quilombolas, cujas formas de sociabilidade, cuidado e pertencimento coletivo influenciam diretamente os modos de vivenciar a longevidade.

É nesse cenário que se insere a presente pesquisa, intitulada *“Tecendo Sentidos: subjetividade e identidade no contexto do etarismo aos longevos de Tefé-AM”*, que consiste em analisar as manifestações do etarismo no cotidiano de pessoas com 60 anos ou mais residentes no município de Tefé, localizado no estado do Amazonas, a aproximadamente 523 km da capital Manaus. Segundo dados do IBGE (2022), o município possui uma população estimada em cerca de 73.669 habitantes e foi oficialmente reconhecido pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), por meio do programa Cidades Intermediadoras, como a capital do Médio Solimões. Popularmente conhecida como “Princesinha do Solimões”, Tefé destaca-se por sua localização estratégica no coração da Amazônia e por sua importância histórica, cultural e econômica na região, sendo reconhecida como a “terra da castanha”.

É nesse município que foi realizado a pesquisa de campo, com o intuito de investigar o etarismo, compreendido como a discriminação baseada na idade, manifestada no cotidiano de pessoas em processo de envelhecimento, ao considerar suas interações sociais e institucionais. Assim, foram realizadas visitas ao Centro de Referência de Assistência Social II (CRAS II), localizado no bairro do Abial, uma ilha urbana que está separado dos demais bairros pela bacia do Xidarini, que deságua no rio Tefé e, posteriormente, no rio Solimões.

E neste ir e vir de travessias em transporte fluvial intitulado “catraias”¹, ligando o restante da cidade ao bairro, foi possível realizar a pesquisa ao adotar uma metodologia

¹Catraia é uma pequena embarcação de madeira, geralmente movida a remo ou motor de baixa potência, amplamente utilizada na região amazônica para o transporte de pessoas e pequenas cargas em rios, igarapés e áreas de difícil acesso. No contexto urbano de Tefé, a catraia constitui um importante meio de mobilidade entre comunidades ribeirinhas e bairros separados por cursos d’água, integrando aspectos culturais, sociais e econômicos da vida amazônica.

fundamentada em uma abordagem qualitativa e etnográfica, com a utilização da observação participante e análise interpretativa dos dados, ao buscar compreender as vivências subjetivas e os atribuídos ao envelhecimento no contexto local.

Optou-se pelo uso do termo “longevo” no decorrer desta escrita, como uma escolha simbólica que busca romper com concepções limitantes frequentemente associadas à velhice, como fragilidade e dependência, ao valorizar, em contrapartida, a experiência, a vitalidade e a trajetória de vida desses sujeitos. Tal escolha tem relevância diante do acelerado envelhecimento populacional brasileiro, que apontam o crescimento da população com 60 anos ou mais, isso reforçar a necessidade de revisão das categorias utilizadas para compreender essa etapa da vida. Segundo o Conselho Federal de Psicologia (2008), esse aumento da longevidade carece da atenção dos psicólogos, tendo em vista que as pessoas e as autoridades nutrem expectativas de compromisso com a qualidade da vida e com o cuidado com a vida, sendo atualmente temas que estão sempre em discussão.

O estudo se ancora na ideia de “tessitura” como metáfora para compreender a realidade dos longevos² amazonenses. Diferente de uma estrutura rígida e fixa, a tessitura representa um entrelaçamento dinâmico de relações, saberes e experiências que se reorganizam continuamente. Essa perspectiva permite compreender o envelhecimento como um processo construído na interação entre sujeitos, cultura e território, ao reconhecer a complexidade e a interdependência dos fatores que o constituem. A produção do conhecimento é entendida como um processo vivo, construído na experiência e na relação entre as diferentes formas de ser.

O envelhecimento é abordado como um fenômeno que vai além da dimensão biológica. No Brasil, as transformações demográficas, os avanços na medicina e as mudanças nas estruturas familiares têm redefinido o lugar da pessoa longa na sociedade. No entanto, persistem desafios relacionados à efetivação de políticas públicas, como o acesso à saúde, à assistência social e à garantia de direitos. Nesse sentido, instrumentos como o Estatuto da Pessoa Idosa, o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) representam avanços importantes, embora ainda apresentem limitações em sua implementação, especialmente em contextos regionais como o amazônico.

O etarismo, por sua vez, é um fenômeno social relevante, manifestando-se de diferentes formas, desde atitudes sutis de desvalorização até práticas institucionais que restringem direitos

² O termo “longevo” origina-se do latim *longaevus*, formado por *longus* (“longo”) e *aevum* (“idade” ou “tempo de vida”), significando “aquele que possui longa duração de vida”. No contexto amazônico, o termo remete às experiências históricas, culturais e sociais construídas ao longo do envelhecimento em interação com o território, os saberes tradicionais e as vivências comunitárias (Lobato *et al.*, 2022).

e oportunidades. No contexto amazônico, essas manifestações são intensificadas por desigualdades estruturais e pela invisibilidade social dos longevos. As representações sociais da velhice, ou seja, conjunto de ideias, valores, crenças e significados que a sociedade constrói sobre o envelhecer, frequentemente reforçam estereótipos negativos, que é associada aos sujeitos a ideias de improdutividade, dependência ou incapacidade, o que impacta diretamente sua autoestima, autonomia e participação social.

Os longevos de Tefé constroem suas identidades e subjetividades em meio a essas dinâmicas, ao considerar suas experiências, memórias, pertencimentos e formas de resistência. A subjetividade é entendida como um campo em constante construção, perpassa por relações sociais e discursos que fortalece quanto fragilizar o lugar social desses sujeitos. Assim, investigar o etarismo significa analisar como esses indivíduos ressignificam suas trajetórias e produzem sentidos sobre o envelhecimento em seu cotidiano.

Este estudo reside na contribuição para as discussões sobre envelhecimento em contextos Amazônicos, ainda pouco explorados na literatura acadêmica. Ao articular aspectos culturais, sociais e subjetivos, a pesquisa amplia a compreensão sobre o etarismo e seus impactos, ao oferecer subsídios para a formulação de políticas públicas e ações sociais inclusivas. Além disso, destaca a importância de reconhecer os longevos como sujeitos ativos, portadores de saberes e experiências fundamentais para a construção da memória coletiva e para o fortalecimento das relações comunitárias.

Outrossim, ao reunir reflexões teóricas e dados empíricos, o estudo indica que o envelhecimento em Tefé é marcado por múltiplas dimensões e desafios, mas por potencialidades e formas de protagonismo. Compreender essas experiências contribui para a construção de uma sociedade equitativa, que valorize a diversidade das trajetórias humanas e reconheça a longevidade como um campo de possibilidades, e não de limitações.

2. OBJETIVOS

2.1 Geral

Entender como o etarismo (discriminação ou preconceito baseado na idade, atitudes preconceituosas, exclusão social ou desvalorização cultural) afeta a forma como os longevos se percebem e se identificam, levando em conta as especificidades culturais de Tefé-AM.

2.2 Específicos

- Analisar estatutos, leis e políticas públicas direcionadas aos longevos, considerando documentos nacionais, estaduais e os existentes no município de Tefé;

- Desvelar as práticas etaristas no contexto sociocultural em Tefé e suas implicações na convivência e a participação social dos longevos; e
- Investigar de que modo o etarismo afeta a construção da identidade e subjetividade, a partir de seus efeitos psicológicos e sociais.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa é um estudo qualitativa, que utilizou a observação dos participantes em espaços de convivência comunitária e da pesquisa documental de estatutos, leis e políticas públicas voltados aos longevos. E para uma compreensão das práticas e significados presentes no cotidiano, a pesquisa é baseada na etnografia, especialmente em contextos urbanos, permitindo entender as interações e rotinas que moldam a experiência de envelhecer nas cidades, através das entrevistas semiestruturadas.

Simultaneamente, a análise interpretativa foi empregada para examinar os dados coletados, buscando articular as vivências subjetivas com os dispositivos institucionais que orientam a proteção e o protagonismo dessa população, de modo a apresentar camadas de sentido que conectam experiências individuais, coletivas e normativas. Tais procedimentos, foram utilizados para identificar como se configuram, no cotidiano, os elementos que atravessam as trajetórias de envelhecimento, proporcionando uma compreensão ampla e densa das múltiplas dimensões da vida longaeva.

Nessa perspectiva, esta dissertação se organiza em quatro capítulos, além da introdução e das considerações:

Capítulo 1: Introdução e Metodologia - Apresenta a metodologia adotada nesta pesquisa, a qual fundamenta-se em uma perspectiva qualitativa, baseada na etnografia considerando o contexto urbano, sendo utilizada a observação participante. Tecendo caminhos de identificação do lugar no qual ocorreu a pesquisa de campo, os instrumentos utilizados na coleta e análise dos dados.

Capítulo 2: Percurso histórico e social do envelhecimento, situando-o como um fenômeno que ultrapassa a dimensão biológica e se enraíza em fatores culturais, políticos e jurídicos. No qual traz apontamentos teóricos sobre as leis, diretrizes e estatuto direcionada aos direitos das pessoas longevas. Da mesma forma abordando políticas públicas como o SUS e SUAS, além de programas e projetos que objetivam a saúde, assistência e qualidade de vida nesta fase, considerando as esferas nacional, estadual e municipal.

Capítulo 3: Conceituação de Etarismo - discute as diferentes manifestações da discriminação etária e seus desdobramentos na experiência do envelhecimento, considerando

os aspectos sociais, culturais, psicológicos e subjetivos que atravessam a vida dos sujeitos longevos. A partir da perspectiva etnográfica, este capítulo articula os referenciais teóricos às experiências observadas durante a pesquisa de campo realizada no CRAS II, no município de Tefé, apresentando narrativas, percepções e vivências compartilhadas pelos participantes da pesquisa. Em conformidade com os princípios éticos de preservação da identidade dos colaboradores, foram atribuídos codinomes inspirados em flores e plantas da Amazônia, como Orquídea, Hibisco, Vitória-régia, Helicônia, Maranta, Antúrio e Jasmim-do-mato, reconhecendo simbolicamente a singularidade e a diversidade de suas trajetórias de vida. Além de compreender como o etarismo se expressa nas relações cotidianas, o capítulo apresenta as representações sociais, os impactos dessas práticas na construção da identidade, na autoestima e na participação social dos longevos, ao apresentar estratégias de resistência, ressignificação e fortalecimento construídas por esses sujeitos diante das experiências de desvalorização relacionadas à idade.

Capítulo 4: Discussão - linhas de investigação sobre aspectos da experiência do envelhecimento com os dados coletados em campo. As discussões acerca das dimensões emocionais, sociais e existenciais presentes no processo de envelhecimento, tomando como base os referenciais das Ciências Humanas e as experiências apresentadas durante a pesquisa de campo desenvolvida com os longevos do CRAS II, em Tefé. Ao longo do capítulo, são discutidas as formas pelas quais os sujeitos constroem percepções sobre si mesmos, elaboram suas trajetórias e atribuem significados à velhice em meio às relações estabelecidas no cotidiano amazônico. As narrativas obtidas nas entrevistas são elementos ligados à memória, aos vínculos afetivos, ao sentimento de pertencimento cultural e às experiências espirituais que atravessam o envelhecer, demonstrando como esses aspectos influenciam diretamente a constituição identitária e os modos de vivenciar essa etapa da vida. O capítulo analisa os efeitos produzidos pelos estigmas associados à idade, destacando repercussões emocionais e sociais decorrentes de práticas discriminatórias, bem como as formas de enfrentamento, fortalecimento e valorização construídas pelos participantes diante das adversidades vivenciadas ao longo de suas trajetórias.

CAPÍTULO I: TECENDO CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Este capítulo apresenta os caminhos metodológicos da pesquisa, fundamentados na abordagem qualitativa, na etnografia urbana e na interdisciplinaridade. O estudo foi desenvolvido no município de Tefé, especialmente no bairro do Abial, junto aos longevos atendidos pelo CRAS II. São descritos os procedimentos de coleta e análise dos dados, os critérios éticos da pesquisa, as técnicas utilizadas nas entrevistas e observações, além da relação entre subjetividade, identidade e etarismo no contexto amazônico.

1.1 Percurso Metodológico

Assim como toda pesquisa científica, este estudo teve início por meio de uma pesquisa de cunho bibliográfico, associada à pesquisa de campo com abordagem etnográfica qualitativa no contexto urbano, além da análise documental de leis, estatutos e políticas públicas destinadas à população longeva. Para assegurar a qualidade das fontes utilizadas, foram adotados critérios de inclusão e exclusão, selecionando-se obras que abordam temas relacionados ao envelhecimento, cultura, subjetividade, identidade e etarismo. Foram excluídos os estudos que não tratavam diretamente da temática ou que não apresentavam embasamento científico consistente. A pesquisa envolveu uma análise crítica e reflexiva das obras selecionadas, ao proporcionar uma compreensão específico do tema investigado, além de possibilitar a identificação de lacunas e o estímulo a novas direções de estudo em diferentes áreas do saber.

Sobre a pesquisa bibliográfica Garcia (2016), afirma que em qualquer investigação é fundamental, pois fornece uma base teórica abrangente e uma visão atualizada sobre a temática proposta. Em qualquer pesquisa, independentemente do método utilizado, é indispensável a inclusão de uma revisão bibliográfica, e essa etapa não se constitui num simples acúmulo de conhecimento já estabelecidos, mas é um momento de problematização da produção acadêmica existente (Braga; Braga, 2026). Severino (2017) afirma que o levantamento bibliográfico apresenta formas de explorar registros impressos como livros, artigos e teses, que devem ser lidos criticamente conforme as relações sociais e espaciais que produzem as desigualdades no território amazônico.

A pesquisa de campo etnográfica urbana, faz-se necessário para observar, registrar e analisar os dados coletados de forma presencial, isso busca interpretar os significados das representações simbólicas na relação da pessoa longeva em seu contexto social na realidade urbana. Sobre isso Geertz (2008) relata que praticar a etnografia é uma forma de estabelecer relações, ao selecionar participante, transcrever textos, levantando genealogias, mapeando campos e mantendo o registro como a ferramenta diário de campo. Magnani (2002) acrescenta

quando fala sobre a compreensão a partir de uma imersão nas realidades sociais observadas “De Perto e de Dentro”, ao afirmar que para entender verdadeiramente as dinâmicas de um grupo ou comunidade, é necessário se aproximar de forma empática, ao vivenciar e interpretar os significados e experiências a partir da perspectiva interna dos indivíduos.

A pesquisa adotou a etnografia urbana como método para compreender a experiência dos longevos de Tefé, com ênfase na observação participante dos espaços cotidianos frequentados pelos idosos. Esse procedimento permitiu identificar como se constituem as relações sociais e as formas de interação e participação dos longevos no cotidiano urbano, sem interferir diretamente nas interações. No qual foram realizadas visitas ao CRAS II, registrando as práticas culturais, modos de ocupação do espaço e a dinâmica social dos longevos. A observação participante constitui um recurso metodológico para a compreensão dos sentidos que os sujeitos atribuem às suas práticas cotidianas, uma vez que permite ao pesquisador(a) acompanhar de forma sistemática as interações, os usos do espaço e as dinâmicas simbólicas produzidas no interior dos grupos sociais, ao articular descrição densa e interpretação contextualizada das experiências observadas (Magnani, 2002).

Outrossim, compreender que a subjetividade não é um elemento externo ao processo investigativo, mas como dimensão constitutiva da relação entre sujeito e objeto, uma vez que o pesquisador(a) é perpassado pelos sentidos produzidos no contato com o campo e com os conceitos mobilizados. A subjetividade se constitui na relação com o mundo e com o outro, não sendo um dado isolado da interioridade, mas um processo que se constrói na experiência vivida (Sartre, 2015). Ao mesmo tempo em que a subjetividade é mediada pelas interações sociais, culturais e históricas que conformam os modos de pensar, sentir e agir dos sujeitos (Vygotsky, 2007).

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, pois possibilitou que os participantes da pesquisa expressem suas percepções sobre identidade, subjetividade e vivência do envelhecimento em Tefé. Dessa forma, o método permitiu construir um panorama das experiências dos longevos na cidade, ao articular dimensões culturais, sociais e simbólicas de forma integrada e respeitando as especificidades locais da vida cotidiana amazônica.

No desenvolvimento desta pesquisa, optou-se pela utilização de codinomes inspirados em flores e plantas ornamentais da Amazônia, como forma de preservar o anonimato e a identidade dos participantes, em conformidade com os princípios éticos que orientam as pesquisas com seres humanos. Além da proteção ética, essa escolha possui caráter metodológico e simbólico, ao reconhecer a singularidade, a sensibilidade e a diversidade das trajetórias de vida dos longevos. A utilização de nomes como Orquídea, Hibisco, Vitória-régia,

Helicônia, Maranta, Antúrio e Jasmim-do-mato busca romper com representações negativas associadas ao envelhecimento, reforçando a ideia de que os participantes se encontram na “flor da idade”, pois a expressão remete à valorização da existência, das experiências acumuladas e da continuidade da vida. E é uma metáfora que se refere à juventude, ao auge da vitalidade e ao período em que a pessoa possui mais energia e vigor físico. Assim como as flores apresentam diferentes formas, cores e modos de florescer, os longevos expressam múltiplas maneiras de viver, resistir, sentir e significar o envelhecimento no contexto amazônico.

No âmbito da etnografia urbana, Velho (1987) destaca a complexidade inerente às pesquisas desenvolvidas nas sociedades urbanas, ao enfatizar a necessidade de uma abordagem interdisciplinar diante da insuficiência de dados empíricos consolidados à época. A antropologia urbana, ao investigar as dinâmicas sociais presentes no espaço citadino, deve fundamentar-se na flexibilidade metodológica e no diálogo entre diferentes campos do conhecimento, possibilitando uma compreensão ampla das múltiplas dimensões que constituem a realidade urbana.

E é nesta perspectiva que este estudo se baseia, considerando o Programa de pesquisa em Ciências Humanas como uma composição interdisciplinar que busca uma confluência em diversas áreas como: a Psicologia Social que possibilita analisar como identidades e subjetividades são construídas, negociadas e transformadas em interação com grupos sociais, espaços comunitários e práticas culturais; a Antropologia pois aborda as concepções culturais de velhice entre os povos amazônicos, além de rituais, símbolos e práticas culturais que moldam a experiência do envelhecer em Tefé e a percepção do etarismo como fenômeno que perpassa por valores tradicionais e coloniais; a Sociologia que discorre sobre as relações intergeracionais e sobre as representações sociais da velhice; a Gerontologia que apresenta estudos específicos do envelhecimento como fenômeno biológico, social e psicológico; a Educação como forma de valorização da memória, da experiência e da subjetividade; a Saúde coletiva que aborda condições sobre a saúde mental e física dos longevos, que dispõe explanar sobre os serviços públicos e determinantes sociais da saúde no envelhecimento amazônico; o Direito e as Políticas Públicas que argumentam sobre o estatuto do idoso e outras normativas brasileiras e locais, as garantias de direitos e lacunas na proteção de dignidade dos longevos; os Estudos Culturais que traz o envelhecimento sob a ótica das epistemologias do Brasil e da região norte; e a Comunicação que reforça a produção de narrativas audiovisuais da velhice na Amazônia.

Neste sentido, a interdisciplinaridade que se apresenta nos estudos da gerontologia é uma perspectiva de destaque, pois está de forma inerente vinculada à compreensão do ser velho,

do processo de envelhecimento e suas repercussões biopsicossociais, diante do qual se faz necessário o trabalho interdisciplinar (Matta, 2021).

Para esta pesquisa direcionada aos longevos que frequentam o CRAS II, a adoção de uma perspectiva interdisciplinar no âmbito do SUAS não se dá como um arranjo técnico entre profissionais de distintas áreas, mas como uma resposta estruturante à complexidade que envolve as situações de vulnerabilidade e risco social. Ao reconhecer que essas situações não se apresentam de forma linear ou homogênea, a política de assistência social vai além das lógicas fragmentadas de atendimento, ao passar a demandar estratégias construídas coletivamente, em diálogo com os contextos territoriais e socioculturais onde as demandas se manifestam (Brasil, 2009). Essa abordagem compreende que nenhum campo do saber, é capaz de dar conta das determinações que atravessam a vida dos sujeitos em situação de risco.

Dessa forma, o trabalho interdisciplinar deixa de se configurar como uma simples justaposição de competências profissionais, e passa a constituir-se como um processo articulado de construção de respostas que consideram a totalidade das experiências vivenciadas pelas famílias e indivíduos atendidos. Assim, o SUAS demanda dos profissionais que atuam nesses equipamentos a capacidade de compartilhar saberes, estabelecer diálogos interdisciplinares e produzir inteligibilidades comuns que subsidiem intervenções efetivas, éticas e comprometidas com o enfrentamento das desigualdades sociais. Nessa perspectiva, a interdisciplinaridade compreende-se como um processo dinâmico, consciente e ativo, fundamentado no reconhecimento das diferenças e na articulação entre distintos objetos, métodos e instrumentos de conhecimento, contribuindo para a superação da fragmentação e do isolamento dos saberes (Brasil, 2009).

Para o desenvolvimento da pesquisa, adotou-se a abordagem qualitativa, que, segundo Medeiros (2012), caracteriza-se pela produção de resultados que não derivam de métodos ou procedimentos de quantificação, mas da interpretação e compreensão dos fenômenos investigados em seus contextos sociais e culturais. Desta forma, não se preocupa em quantificar a os valores ou as trocas simbólicas, mas compreender um determinado grupo social sobre um tema/problema e entender o porquê das coisas. Este tipo de metodologia permite explorar o universo simbólico e individual das experiências, comportamentos, emoções e sentimentos, além de fornecer uma compreensão sobre o funcionamento de organizações, movimentos sociais, fenômenos culturais e interações entre pessoas, grupos sociais e instituições.

Assim, esta metodologia, apresenta relevância na subjetividade dos colaboradores longo e sobre isso existe um movimento em torno do aspecto que Granger destaca sobre “o vivido”, isto é, a experiência apreendida não como atributo de um objeto, mas como um fluxo

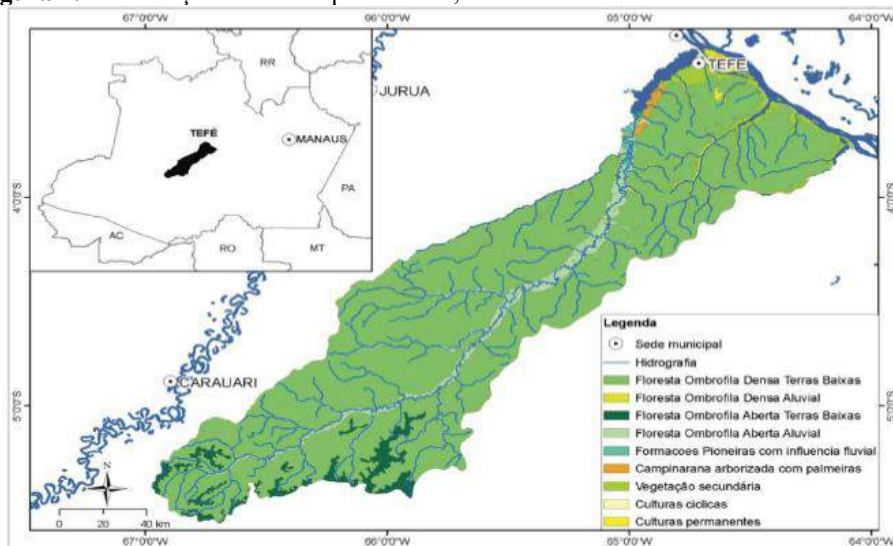
cuja essência se manifesta por meio de lembranças, atitudes, motivações, valores e significados subjetivos, discutindo uma revalorização teórica e uma antropologia enquanto questão social (Minayo, 2004).

Sobre isso, Braga (2024) afirmam que uma das importantes características da pesquisa qualitativa é que as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos e valores, que seu comportamento tem sempre um sentido, um significado, que não se dá a perceber de forma imediata, necessitando ser desvelada. Por isso, associada a metodologia qualitativa foi utilizada para a análise dos dados a abordagem interpretativa de Geertz (2008), por favorecer uma compreensão dos significados culturais presentes nas interações e práticas desse grupo específico, os idosos, mesmo que essas interpretações.

1.2 Identificando a área de investigação

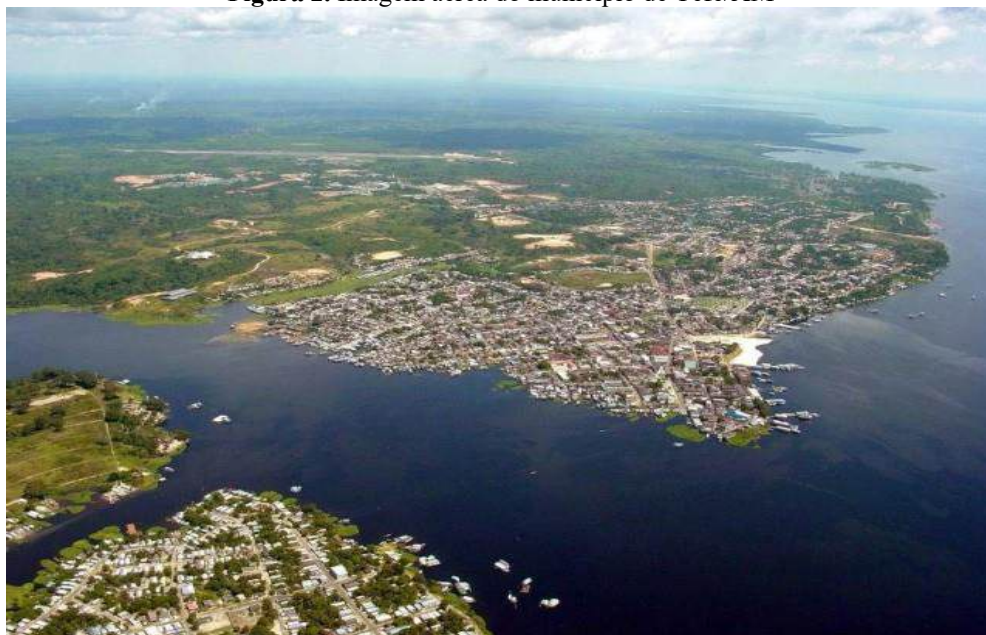
A pesquisa foi realizada no município de Tefé (Figura 1 e 2) conhecido como o “coração da Amazônia” ou “Princesa do Solimões”. Situada no interior do estado do Amazonas, a cidade é composta por uma população de aproximadamente 73.669,00. Com uma área territorial de 23.692,621 km², que compreende um território com características socioculturais e históricas que o tornam um espaço singular para a investigação sobre envelhecimento e etarismo. Sua população, composta por uma diversidade de grupos étnicos e culturais, relações comunitárias intensas e modos de vida ligados ao contexto amazônico, à pesca, às festas populares, à religiosidade e aos saberes tradicionais. E neste cenário, o município apresenta particularidades no acesso a políticas públicas, serviços de saúde e programas de assistência social, aspectos que interagi com o etarismo e impactar a participação e a visibilidade dos longevos (IBGE, 2022).

Figura 1: Localização do município de Tefé, AM e uso e cobertura da terra do município



Fonte: Compilado de CENSIPAM (2005)

Figura 2. Imagem aérea do município de Tefé/AM



Fonte: Portal Amazônia. Disponível em: <<https://x.gd/piyL8>>. Acesso em: maio. 2026.

É importante discorrer que o CRAS II, onde ocorreu a pesquisa de campo, se encontra situado na Rua Copacabana nº 336 Bairro Abial, que é separado do restante da cidade por um lago com acesso pelo transporte fluvial intitulado “catraia”. Castro (2019) comenta que o rio se torna muitas vezes a única via de acesso, restringindo possibilidades de interação. Todavia, na realidade do Amazonas, ocorrem períodos de estiagem, geralmente entre setembro e novembro, com variações anuais, caracterizados pela redução do nível dos rios, fenômeno popularmente denominado “seca”. Durante esse período, o acesso terrestre à região se torna viável, sendo complementado por uma ponte de madeira e ferro, que permite a circulação de veículos motorizados, como motos e carros.

As Figuras 3 e 4 apresentam o percurso de acesso ao bairro do Abial, em Tefé, realizado por meio da catraia. Devido à separação geográfica ocasionada pela bacia do Xidarini, a travessia entre o centro urbano e o bairro depende desse meio de locomoção, cujo tempo de deslocamento varia conforme os períodos de seca e cheia do rio, durando, em média, cerca de cinco minutos. Foi nesse constante ir e vir entre as margens que se desenvolveu a pesquisa de campo, possibilitando a aproximação com o cotidiano dos longevos e a compreensão das dinâmicas sociais, culturais e territoriais que atravessam a realidade do bairro do Abial.

Figura 3. Rio de acesso ao bairro do Abial

Fonte: Própria autora (2026)

Figura 4. Transporte fluvial (catraia) para ir ao Abial

Fonte: Própria autora (2026)

Com isso, é essencial estar ambientada com o local de pesquisa, bem como com os longevos colaboradores da pesquisa, pois essa aproximação permite uma amplitude sobre o espaço a ser pesquisado. Neste sentido, Bourdieu (2007) traz questões no qual destaca a necessidade de adentrar na vivência e experiências do *lôcus* da pesquisa, para tomá-la como objeto de observação, por vezes, tomando caminhos distintos, ora via fluvial, ora utilizando as estradas que levam ao local de pesquisa.

O bairro em questão apresenta vínculo histórico e familiar estabelecido pela pesquisadora, que acompanha o local desde a infância, uma familiaridade com suas dinâmicas sociais e culturais. Trata-se do espaço de origem da mãe da pesquisadora, onde se desenvolveram experiências ao longo de sua infância e juventude, e que atualmente abriga parte de sua família. Essa relação com o território, é marcada por vínculos afetivos e sociais, contribuiu para a definição do foco de pesquisa sobre pessoas na adultez tardia, conferindo ao estudo uma perspectiva localizada e contextualizada, capaz de compreender as experiências de envelhecimento dentro de uma realidade urbana específica do Amazonas.

Velho (1987), destaca termos como “transformar o exótico em familiar e o familiar em exótico” remete à necessidade de estranhamento e reflexão no trabalho etnográfico. Nesse sentido, embora esta pesquisa não inclua participantes com vínculo sanguíneo com a pesquisadora, a perspectiva adotada considera elementos e contextos que, de alguma forma, já são conhecidos ou apresentam certa proximidade com o(a) pesquisador(a). Todavia, se isentar do conhecimento que previamente foi obtido sobre determinadas pessoas ou lugar, é fundamental para compreender de forma empática, ou seja, por meio da perspectiva do outro. Além de considerar a afirmação, quando discorre que “existe aspectos de uma cultura e de uma

sociedade que não aparecem na superfície e que vai exigir um esforço intenso, mais detalhado e aprofundado de observação e empatia” (Velho, 1987).

A pesquisa foi realizada em uma instituição vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social e da Cidadania (SEMASC). Por meio do Termo de Anuência (APÊNDICE C) encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) (APÊNDICE F), a atual Secretária de Assistência Social autorizou a realização do estudo de campo com os longevos participantes das atividades desenvolvidas pelo CRAS II, Maria de Nazaré Ferreira de Lima. O equipamento está em funcionamento no município de Tefé desde 04 de novembro de 2011, a qual oferece serviços como a realização do Cadastro Único, acompanhamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), além da concessão de benefícios eventuais e socioassistenciais destinados, principalmente, às famílias de baixa renda ou em situação de vulnerabilidade social.

O CRAS II (Figura 5) está localizado no bairro do Abial, em Tefé, uma área caracterizada por seu relativo isolamento em relação às demais regiões urbanas da cidade, em razão da separação geográfica ocasionada pela bacia do Xidarini. O prédio apresenta uma estrutura voltada ao atendimento socioassistencial da população local, funcionando como espaço de acolhimento, convivência e fortalecimento de vínculos sociais para famílias em situação de vulnerabilidade. Além de ter funções administrativas e de assistência social, o CRAS II é um espaço de interação comunitária, especialmente para os longevos que participam das atividades desenvolvidas pela instituição.

Figura 5: Loca onde fica situado o CRAS II



Fonte: Própria autora (2026)

Neste sentido, o CRAS II é a principal instância descentralizada de atendimento da política pública de assistência social, especialmente em territórios marcados por situações de

vulnerabilidade e risco social. Sua atuação se dá no âmbito da proteção social básica, articulando e ofertando serviços essenciais que visam a prevenção de agravos sociais e a promoção do acesso aos direitos socioassistenciais (Brasil, 2009). Por sua capilaridade e presença nos territórios, o CRAS constitui-se como a porta de entrada do SUAS, sendo responsável por integrar e direcionar um expressivo número de famílias à rede de proteção social e assistencial e ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Além disso, existem muitas informações sobre os serviços assistenciais que serão explanados de forma detalhada quando for comentado sobre os serviços do SUAS.

1.3 Coletando os dados

Participaram desta pesquisa 08 (oito) colaboradores que atenderam aos seguintes critérios de inclusão: estar vinculado(a) ao grupo de convivência de longevos atendido pelo CRAS II e participar ativamente das atividades há, no mínimo, seis meses; residir no município de Tefé e manter vínculos sociais e afetivos com o território local; apresentar condições cognitivas, emocionais e comunicacionais que possibilitassem a expressão de experiências, percepções e reflexões acerca da identidade, subjetividade e etarismo; além de concordar voluntariamente com a participação no estudo, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE E), após a plena compreensão dos objetivos e procedimentos da pesquisa.

Todavia, não foram incluídos na pesquisa indivíduos que, embora atendessem aos critérios de inclusão, apresentassem condições capazes de comprometer a qualidade, a coerência ou os aspectos éticos da produção e interpretação dos dados qualitativos. Entre os critérios de exclusão, destacam-se participantes com comprometimento cognitivo severo, identificados pela equipe técnica de referência do CRAS II ou durante o contato preliminar, que dificultassem a construção de narrativas consistentes ou inviabilizassem o diálogo reflexivo proposto pela pesquisa; indivíduos em situação de sofrimento psíquico ou em processo de crise emocional, cuja participação pudesse representar risco de agravamento, conforme avaliação ética e técnica da equipe de referência; pessoas que, embora frequentassem o CRAS II, não participassem regularmente do grupo de convivência de longevos, mantendo apenas vínculos esporádicos ou atendimento assistencial pontual, sem inserção efetiva no espaço coletivo de convivência social; bem como participantes que não autorizassem o uso de registros audiovisuais (voz, imagem ou vídeo), quando esses materiais fossem necessários para a análise interpretativa do estudo.

É importante esclarecer que toda pesquisa com seres humanos envolve riscos aos participantes. Nesta pesquisa os riscos que os colaboradores poderiam sofrer eram: a possibilidade de constrangimento; desconforto; estresse e cansaço ao responder às perguntas; quebra de sigilo; quebra de anonimato e vazamento de dados por meio eletrônico. Além disso, por se tratar de uma pesquisa que aborda o tema de etarismo aos longevos, compreende-se que há possibilidade do risco psicológico, mediante ao acesso a memórias que possam ser consideradas difíceis de serem enfrentadas e que contribui para o desconforto emocional.

Neste sentido, no intuito de minimizar os riscos de constrangimento, desconforto e estresse, fez-se um esclarecimento prévio acerca da pesquisa e um resumo das perguntas relacionadas as possíveis problemáticas que possa ter ocorrido ao longo da vida dos longevos, proporcionando um ambiente seguro, sem envolver pressão e dispor de qualquer forma de liberdade para que eles ou elas se sintam à vontade para decidir continuar ou não a entrevista. Da mesma forma, foi efetivado na diminuição ao risco de cansaço em responder as perguntas, no qual procurar-se-á manter um clima de conversa e descontração, criando um ambiente acolhedor. Além disso, tiveram a plena liberdade de escolher o dia e horário confortável para a realização da entrevista.

Como forma de reduzir os possíveis riscos psicológicos, a pesquisadora disponibilizou o acompanhamento de uma psicóloga devidamente habilitada, que deu todo suporte emocional aos colaboradores caso haja necessidade. Preservando a integridade, o sigilo e o anonimato dos entrevistados, buscando o bem-estar e o acolhimento diante dos possíveis desconfortos emocionais que poderiam vir a surgir. E é válido destacar, que todo o custo necessário com a psicóloga foi de inteira responsabilidade da pesquisadora, isentando o colaborador de arcar com os honorários.

Na intenção de minimizar o risco de quebra de sigilo, quebra de anonimato ou vazamento de dados por meio eletrônico, o contato foi sempre individualizado. As entrevistas e o registro de consentimento foram coletados pessoalmente. O(s) instrumento(s) de comunicação se restringiu a equipamentos eletrônicos pessoais de uso exclusivo da pesquisadora responsável. E os dados coletados foram transferidos e armazenados em um dispositivo de dados físico conhecido como “HD externo”, e guardado em um local seguro onde somente a pesquisadora responsável tem acesso, no qual foi arquivado por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, a pesquisadora avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente nesta pesquisa.

Mas a pesquisa não envolveu somente riscos, é importante enfatizar que existem benefícios, mesmo que estes sejam indiretos. Entendendo como benefício: o direito de participar

como sujeitos historicossociais na pesquisa e contribuir no desenvolvimento da ciência. Ademais, a pesquisa poderá ser utilizada no futuro pelos participantes em pesquisa própria acerca do mesmo tema. Garantindo aos(as) colaboradores(as) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e dos dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica.

Considerando os fatores citados anteriormente sobre passos na pesquisa, é importante que a imersão na cultura do CRAS II, aconteceu por meio de visitas nos dias específicos onde ocorrem as atividades aos longevos (Terça-feira e Quinta-feira), permitindo um conhecimento sobre os participantes e as dinâmicas do ambiente. Neste sentido, utilizar a ferramenta da observação não participante assim como caderno de anotações é fundamental no início quando se está conhecendo o ambiente e os sujeitos, assim como durante as entrevistas. A observação não participante, segundo Magnani (2023), configura-se como uma importante estratégia metodológica na etnografia urbana, permitindo ao pesquisador(a) captar comportamentos, interações e dinâmicas sociais sem interferir diretamente nas situações observadas, o que favorece uma apreensão espontânea dos fenômenos cotidianos no contexto urbano.

Braga e Braga (2026) afirma que a observação do pesquisador(a) é fundamental por ser um recurso valioso de coleta, fornecendo informações importantes para compor e compreender a fala dos longevos, além de identificar o que não é explícito por palavras, mas emitidos por meio de expressões corporais e que da mesma forma devem ser interpretadas.

No que se refere as entrevistas com os longevos selecionados, foi seguido um roteiro semiestruturado (APÊNDICE B), contendo perguntas norteadoras, temas relevantes ao estudo, ao mesmo tempo em que permitem a inclusão de novas reflexões trazidas pelos participantes. É importante comentar que a estrutura do roteiro de perguntas é dividida em quatro etapas. Iniciando pela identificação pessoal do longo, seguido por questões relacionadas a identidade e percepção sobre o etarismo, perguntas sobre convivência e participação social, finalizando com questões relacionadas aos efeitos psicológicos e culturais do etarismo. Segundo Minayo (2004), esse modelo de entrevista semiestruturada é frequentemente utilizada em pesquisas qualitativas por permitir que o(a) pesquisador(a) explore a experiência e a subjetividade dos participantes, mantendo ao mesmo tempo um roteiro mínimo que orienta a conversa.

Para garantir a coleta de dados, utilizou recursos como aparelho de celular com câmera para registro de fotos, vídeos e gravações de áudios no decorrer das entrevistas; microfone com *bluetooth* para que os áudios fossem gravados com qualidade; foi necessário um caderno para o registro do diário de campo e caneta; O uso do notebook é fundamental para descrição dos dados, elaboração de resumos, sínteses da pesquisa e análise dos dados coletados. Na mesma

medida que o aparelho de impressão de documentos para o TCLE para cada entrevistado e Roteiro de perguntas semiestruturadas; além do recurso financeiro para utilização de catraia para travessia ao bairro do Abial e para eventuais necessidades dos colaboradores longevos.

A análise dos dados foi conduzida por meio da identificação de padrões e recorrências nas falas. O processo envolveu a leitura tenta das transcrições, a codificação dos dados em categorias temáticas e a organização dessas categorias em eixos interpretativos que evidenciem as relações entre identidade, subjetividade e etarismo. A interpretação dos achados foi feito segundo o contexto sociocultural do bairro Abial no Município de Tefé, buscando compreender como os longevos constroem e ressignificam sua identidade diante das vivências de etarismo.

A pesquisa seguiu rigorosos princípios éticos, assegurando que todos os participantes assinassem um TCLE, para que tenham seus dados preservados e pudessem se retirar do estudo a qualquer momento, sem prejuízo. Esse diálogo é essencial para a pesquisa e a fundamenta de modo ideológico e epistemologicamente. Sobre isso, o “distanciamento” do seu “objeto” de pesquisa buscado pelo(a) pesquisador(a) não é idealizado romanticamente por Fabiann (2006) quando fundamenta a investigação empírica, observação, conversas e entrevistas na coleta de dados, dentro de uma interação comunicativa. Ele reconhece os condicionamentos do(a) pesquisador(a) que, ao escrever, escreve pensando num determinado público.

Assim, é necessário “ficar claro que não há uma separação nítida entre a realização da investigação e o registro escrito”, nem “há separação entre os dados e a teoria” (Fabiann, 2006, p. 511). Além disso, é importante cuidar da comunicação que se busca estabelecer com os sujeitos que se deseja conhecer, o que ele denomina “intersubjetividade”, pois, a atividade etnográfica “é algo que só pode dar certo se o fizermos com eles, e não sobre eles” (Fabiann, 2006, p. 513). Desse modo, os dados consistiram das produções bibliográficas e coletas na pesquisa de campo, como forma de embasamento e de informações dos próprios colaboradores através de técnicas como as observações, registro no diário de campo e entrevistas com roteiros de perguntas semiestruturadas. E esses dados coletados foram transcritos, analisados, e apresentados no texto final da dissertação.

CAPÍTULO II: TEMPO, CULTURA E DIREITOS: A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E BIOPSISSOCIAL DO ENVELHECIMENTO E SUAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Este capítulo apresenta um breve histórico sobre o processo de envelhecimento no Brasil, apresentando uma base em que a sociedade brasileira foi gestada e as múltiplas definições em que a pessoa na adultez tardia era percebida. Além de citar os avanços ao longo dos anos onde foram constituídas as formulações de Políticas Públicas destinadas a pessoas longevas no Brasil e especificamente no Amazonas, argumentando sobre os Marcos legais e diretrizes que embasam ações voltadas à longevidade, Instrumentos legais e programas implementados em Tefé.

2.1 O processo de envelhecimento no Brasil

A compreensão da velhice no Brasil perpassa por múltiplos fatores históricos, sociais e culturais que moldaram, ao longo do tempo, representações e práticas em torno do envelhecer. Essa construção não se deu de forma neutra ou linear, mas foi marcada por processos de dominação, discriminação simbólica e pela permanente tensão entre valorização e desvalorização da experiência do tempo vivido. Compreender a velhice implica reconhecer que as formas de perceber o envelhecimento estão diretamente relacionadas à produção histórica de saberes e discursos, os quais organizam o que é dito, pensado e vivido em determinada época (Foucault, 2008).

Segundo Ribeiro (2022), a formação da sociedade brasileira resultou da combinação entre a matriz cultural portuguesa e os elementos ameríndios e africanos, produzindo uma configuração identitária singular. A identidade, nesse contexto, não é compreendida como algo fixo ou essencial, mas como um processo em constante construção, que perpassa por relações sociais, culturais e históricas. Tal perspectiva dialoga com a compreensão de subjetividade enquanto produção histórica e relacional, na qual o sujeito se constitui nas práticas sociais e nos discursos que o atravessam (Bock; Furtado; Teixeira, 2009).

No período colonial, as estruturas sociais fortemente alicerçadas em uma matriz patriarcal, escravocrata e teocêntrica determinaram as formas de pertencimento e o prestígio social. A velhice era compreendida a partir de um viés utilitarista, vinculado à autoridade do patriarca branco, proprietário de terras e de pessoas, cuja idade avançada era símbolo de poder e domínio. Essa valorização não se estendia aos idosos negros, indígenas ou pobres, cujas trajetórias eram silenciadas ou invisibilizadas. Segundo Ribeiro (2022), a sociedade colonial operava com uma lógica seletiva da dignidade humana, onde o envelhecimento era um privilégio de poucos, compreendendo que no Brasil as desigualdades sociais se expressam de

modo que as distâncias entre ricos e pobres extrapolam os limites econômicos e passam a configurar realidades humanas quase inconciliáveis. A longevidade, o vigor físico e a aparência valorizada eram associadas aos que usufruíam de riquezas sociais, enquanto a fraqueza, o adoecimento e o envelhecimento precoce marcavam os corpos da maioria empobrecida apresentando como a precariedade das condições de vida na época, mostra as desigualdades concretas no processo de envelhecer. Tal dinâmica evidencia como os processos identitários são perpassados por relações de poder, produzindo formas diferenciadas de reconhecimento social e subjetivo, conforme as posições ocupadas na estrutura social (Foucault, 2008).

Nesse contexto, a velhice passou a ser administrada com medicações e cuidados adicionais, frequentemente associada à improdutividade e à dependência. Neste sentido, Debert (2004) ressalta que esse movimento apontava para uma velhice caracterizada como um período de decadência física e ausência de papéis sociais, além de, um processo contínuo de perdas e de dependência, sendo desta forma, um conjunto de imagens e discursos negativos associados ao envelhecimento, porém, foi um elemento importante para a legitimação de direitos sociais, como a universalização da aposentadoria. Todavia, Neri (2018) afirma que essa visão reducionista contribuiu para a sedimentação de estigmas e preconceitos que ainda hoje repercutem nas formas de discriminação social dos longevos. Como aponta Sartre (2015), a subjetividade está intrinsecamente ligada à maneira como o sujeito se posiciona no mundo, sendo construída a partir de suas experiências e escolhas, ainda que estas estejam condicionadas por contextos sociais e históricos.

Seguindo um processo de evolucionista, veio a emergência da industrialização e a consolidação do trabalho assalariado no século XX que acentuaram os estigmas as pessoas longevas, uma vez que a lógica capitalista passou a valorizar a força de trabalho jovem e a agilidade produtiva. A velhice, então, foi alocada fora do centro das relações produtivas, intensificando sua segregação simbólica. Como aponta Debert (2004), a instituição da aposentadoria, embora representasse um avanço no campo dos direitos sociais, reforçou a separação entre os que “produzem” e os que “pesam” sobre o sistema, institucionalizando uma espécie de “segregação etária”. Esse processo indica que a identidade social dos sujeitos está vinculada às formas de participação social e reconhecimento, sendo construída na relação com o outro e com as estruturas sociais (Vygotsky, 2007).

Contudo, é a partir da Constituição Federal de 1988 que se inauguram novas possibilidades para o debate sobre os direitos da pessoa idosa, com o reconhecimento do envelhecimento como um processo natural da vida humana e, sobretudo, como um campo de cidadania. Esse avanço é com a criação do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), que

estabelece garantias legais e reforça o papel do Estado na promoção da dignidade na velhice. Apesar dos avanços legislativos, a cultura brasileira ainda carrega traços de um etarismo estrutural, alimentado por representações sociais que associam o envelhecer à perda, à inutilidade e à degeneração. Até porque de acordo com Laraia (2001), o sistema cultural está sempre mudando, e entender essa dinâmica é importante para atenuar o choque entre as gerações e evitar comportamentos preconceituosos, e saber entender as diferenças que ocorrem dentro do mesmo sistema. Nesse cenário, é fundamental considerar que a subjetividade não é um dado natural, mas uma construção que se transforma à medida que os sujeitos interagem com o meio social e cultural (Bock; Furtado; Teixeira, 2009).

Essa realidade mostra que, embora os direitos estejam formalmente assegurados, a efetivação da dignidade na velhice ainda depende de transformações das formas como a sociedade compreende e se relaciona com o processo de envelhecimento. Assim, é essencial considerar os aspectos subjetivos e individuais que atravessam essa fase da vida, especialmente diante de um cenário em que os preconceitos etários ainda moldam o imaginário coletivo. É nesse ponto que os saberes provenientes da psicologia contribuem para ampliar o entendimento sobre o envelhecer, deslocando o olhar do déficit para a diversidade de experiências, potencialidades e adaptações desenvolvidas ao longo da vida.

Neri (2004a) considera que por meio da psicologia:

O envelhecimento focaliza as mudanças nos desempenhos cognitivos, afetivos e sociais, bem como as alterações em motivações, interesses, atitudes e valores que são característicos dos anos mais avançados da vida adulta e dos anos da velhice. Enfoca as diferenças intra-individuais e interindividuais que caracterizam os diferentes processos psicológicos na velhice, levando em conta os desempenhos de diferentes grupos de idade e sexo e de grupos portadores de diferentes bagagens educacionais e socioculturais (Neri, 2004a p. 72-73).

Assim, a compreensão abrangente do envelhecimento humano, é considerando como um processo biológico, cronológico e como uma experiência complexa permeada por transformações nos domínios cognitivo, afetivo, social e motivacional. Ao destacar as mudanças que ocorrem nos desempenhos mentais, nas atitudes e nos valores. Neri (2004a) a plasticidade do desenvolvimento humano, mesmo nas fases tardias da vida. Essa visão dialoga com o paradigma do desenvolvimento ao longo do ciclo vital, o qual entende o envelhecimento como um processo heterogêneo e influenciado por múltiplos fatores: biológicos, psicológicos, sociais e culturais que se entrelaçam continuamente. E ao reconhecer as diferenças intra-individuais e interindividuais, Neri (2004b) propõe um olhar que escapa das generalizações que frequentemente marcam as abordagens reducionistas sobre a velhice. As diferenças intra-

individuais dizem respeito às variações que ocorrem dentro do próprio sujeito ao longo do tempo, enquanto as interindividuais remetem às variações entre diferentes sujeitos, o que inclui as diferenças de gênero, idade, escolaridade e experiências socioculturais acumuladas.

Com isso, a reflexão sobre o envelhecimento como um fenômeno plural, marcado por singularidades e trajetórias diversas, que desafiam os estereótipos homogêneos e discriminatórios frequentemente reproduzidos pelo etarismo. Ainda, ao enfatizar aspectos como motivações, interesses e valores, a compreensão do envelhecimento para além das perdas funcionais comumente associadas à velhice. A continuidade e a possibilidade de ressignificação dos projetos existenciais, mesmo diante das limitações físicas ou sociais que surgem. Tal perspectiva é fundamental para protagonizar a velhice como etapa produtiva e importante, opondo-se à lógica da falta de integração ou isolamento social dos longevos, comum em contextos que priorizam a juventude e a produtividade econômica como critérios de valor.

Tais ideias ao afirmar que a velhice é um processo que é estudado sob diversos ângulos, mas que agrega muitos preconceitos associados ao que representa, dentre esses preconceitos existem as modalidades que se expressam em várias atitudes do cotidiano, como a isenção social, o desaparecimento subjetivo, o desinteresse pela história de vida e o medo do contato com a velhice devido a sua estreita vinculação com a morte (Rosa; Vilhena, 2016).

Essa tensão mostra como o imaginário social sobre a velhice se constrói de maneira ambígua, em momentos de desvalorização e invisibilidade, e outros como um ideal condicionado por exigências normativas contemporâneas. Ao mesmo tempo em que práticas etaristas se manifestam nas sutilezas do cotidiano, como o medo do envelhecer e a negação do outro idoso, surge uma disputa simbólica em torno dos sentidos atribuídos a essa etapa da vida. A velhice passa a ser tolerada apenas quando enquadrada em parâmetros de funcionalidade e performance, tornando-se aceitável se corresponder ao ideal de autonomia e produtividade. Essa ideia, alimentada por discursos hegemônicos, desconsidera a pluralidade das vivências longevas, apagando as subjetividades que não se encaixam nesse modelo e reforçando estigmas já historicamente consolidados.

Nessa construção cultural da velhice é possível encontrar resistência nos saberes tradicionais, nas comunidades amazônicas, nos povos originários e nos territórios periféricos, onde os longevos são, muitas vezes, valorizados por seus conhecimentos, experiências e memória. No entanto, esses modelos alternativos de valorização do envelhecer convivem com a intensidade dos padrões midiáticos que exaltam a juventude eterna e promovem um ideal de corpo e comportamento incompatível com a experiência longeva. Como observa Silva (2009),

a velhice, quando não negada, é tolerada sob a condição de se manter “ativa”, “autônoma” e “produtiva”, reforçando uma normatividade que exclui os que não se encaixam nesse perfil.

Beauvoir (2018) afirma que a construção da imagem da velhice apresenta-se complexa e diversificada, marcada por variações culturais, temporais e geográficas que tornam sua definição instável e contraditória. A velhice não se prende a uma concepção única ou universal, mas se manifesta como um fenômeno diversificado, adaptado às especificidades de cada contexto histórico e social. Neste sentido, o envelhecimento e a longevidade têm se tornado temas relevantes para discussões acadêmicas, especialmente no contexto das mudanças demográficas globais e seus impactos culturais. Enquanto o envelhecimento é o processo complexo caracterizado pela gradual perda de funções fisiológicas e a maior predisposição a doenças crônicas, a longevidade embora esteja associada ao envelhecimento, apresenta uma extensão da expectativa de vida, está relacionada ao tempo e envolve a investigação dos processos que retardam o envelhecimento.

Dessa forma, a escolha terminológica no âmbito das ciências humanas e sociais carrega implicações semânticas, simbólicas e políticas que não é negligenciadas. Optar pelo uso da palavra “longevos”, em detrimento do termo “idosos”, mostra uma postura crítica diante dos discursos dominantes que, historicamente, associam a velhice à decadência, à dependência e à improdutividade. A nomenclatura “idoso”, embora consagrada juridicamente por documentos como o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), carrega em seu uso cotidiano uma carga estigmatizante que reforça estereótipos etaristas, frequentemente ancorados em perspectivas biomédicas e assistencialistas. O termo “longevo”, por sua vez, enfatiza a trajetória de vida e a experiência acumulada ao longo dos anos, deslocando o foco do déficit para a potência do tempo vivido, ao ressaltar a longevidade como conquista, e não como limitação. Esta escolha contribui para a ressignificação da velhice como uma etapa marcada por conhecimento, experiências e subjetividades múltiplas. Assim, adotar o termo “longevo” é uma forma de resistência simbólica as possibilidades de etarismo e ao processo identitário que muitas vezes incide sobre aqueles que alcançam idades avançadas.

Em diálogo com as perspectivas contemporâneas dos estudos do envelhecimento, tal como defendem autores como Debert (2004), Neri (2004a) e Beauvoir (2018), o termo “longevos” se alinha a uma abordagem que reconhece o envelhecimento como construção social, histórica e relacional. Portanto, a escolha por essa designação ao longo desta escrita, busca promover uma linguagem inclusiva, respeitosa e politicamente engajada, que valorize a diversidade do envelhecer e os modos plurais de ser e estar no mundo seja em qualquer fase da vida ou na adultez tardia.

2.2 Envelhecimento na perspectiva Biopsicossocial

A ciência do desenvolvimento humano busca compreender como e por que as pessoas de todos os tipos, em todos os lugares, de todas as idades, mudam com o passar do tempo (Berger, 2017). Esse trecho afirma que a ciência do desenvolvimento humano tem como objetivo principal entender os processos de mudança ao longo da vida. Isso inclui desde o nascimento até a velhice, investigando como (os mecanismos) e por quê (as razões) ocorrem as mudanças físicas, emocionais, cognitivas e sociais nas pessoas. O foco está em todos os seres humanos, e nas diversidades étnicas, culturais, classes sociais, contextos históricos.

Segundo Berger (2017) “O crescimento é multidirecional, multicontextual, multicultural, multidisciplinar e plástico”, cinco características fundamentais do desenvolvimento humano, que mostram a complexidade do processo de envelhecer, crescer e se transformar ao longo da vida. Sendo o multidirecional destinado ao desenvolvimento que não segue um caminho único, ou seja, melhorar em alguns aspectos como por exemplo a sabedoria, enquanto perdemos em outros como a memória de curto prazo. No multicontextual, as mudanças dependem do contexto histórico, familiar, cultural, socioeconômico e outros, não havendo uma única forma de envelhecer ou se desenvolver, tudo depende do ambiente. No multicultural, a cultura molda comportamentos, valores e expectativas ao longo da vida, o que é visto como desenvolvimento saudável em uma cultura e é ser diferente em outra.

Na modalidade multidisciplinar, essa área do conhecimento integra diversas ciências como psicologia, sociologia, biologia, antropologia, neurociência e educação, para entender o ser humano de maneira completa. E na forma plástica, o termo “plasticidade” é à capacidade que temos de mudar, nos adaptar e aprender ao longo da vida, mesmo na velhice.

O envelhecimento, está longe de ser um processo homogêneo e biológico, deve ser compreendido sob a lente da complexidade que envolve o ser humano em sua totalidade. A perspectiva biopsicossocial oferece uma abordagem ampliada e integradora, permitindo a análise do envelhecer como um fenômeno multifacetado, em que fatores biológicos, psicológicos e sociais se entrelaçam e se influenciam mutuamente ao longo do tempo.

Sob o aspecto biológico, o envelhecimento é caracterizado por mudanças fisiológicas progressivas e inevitáveis que ocorrem no organismo, como a diminuição da massa muscular, perda de elasticidade da pele, alterações no metabolismo, na função imunológica e no sistema nervoso central. Tais alterações, no entanto, não se manifestam da mesma forma para todas as pessoas, sendo influenciadas por condições genéticas, estilo de vida, alimentação, acesso a cuidados de saúde e à prevenção de doenças. O corpo do longo tempo, passa a ser um marcador do tempo vivido, mas não deve ser interpretado como sinônimo de fragilidade ou incapacidade.

Segundo Papalia e Martorell (2022), os cientistas sociais especializados em envelhecimento dividem os adultos mais velhos em três grupos: o “idoso jovem” (entre 65 e 74 anos), o “idoso idoso” (75 a 84 anos) e o “idoso mais velho” (85 anos ou mais). Enquanto os idosos jovens geralmente se mostram ativos e saudáveis, os idosos mais velhos tendem a enfrentar maior fragilidade, doenças e dificuldades nas atividades da vida diária.

Os termos utilizados para classificar os longevos em diferentes faixas etárias surgiram da necessidade de pesquisa e do serviço. A gerontologia, como campo de estudo, e a geriatria, ramo da medicina dedicado ao envelhecimento, reconhecem que as diferenças entre os idosos afetam os resultados, especialmente em termos de cuidados e apoio. A compreensão dessas variações é para fornecer serviços adequados, ao considerar que, alguns idosos enfrentam dificuldades financeiras e necessitam de assistência adicional (Papalia; Martorell, 2022).

A expectativa de vida é determinada pela média de longevidade, ou seja, o tempo médio de vida dos membros de uma população. Os aumentos na expectativa de vida refletem uma redução nas taxas de mortalidade, ou seja, na proporção de pessoas que morrem em determinado ano. O tempo de vida humano é o período mais longo que uma pessoa vive, sendo o recorde atual o de Jeanne Calment, que viveu até os 122 anos (Papalia; Martorell, 2022).

Em praticamente todo o mundo, observa-se que as mulheres possuem maior expectativa de vida e menores índices de mortalidade em comparação aos homens em diferentes faixas etárias ao redor do mundo. Esse fenômeno está relacionado ao fato de que as mulheres tendem a cuidar da própria saúde, procurar assistência médica com maior frequência, contar com níveis elevados de apoio social e apresentar melhorias em suas condições socioeconômicas nas últimas décadas (Papalia; Martorell, 2022).

O processo de envelhecimento é uma realidade no desenvolvimento humano e o corpo passará por transformações associadas a esse processo, como por exemplo a mudança física, no qual há a diminuição da elasticidade da pele, o enfraquecimento do cabelo e o surgimento de varizes, são evidentes para um observador casual. Além disso, a perda de altura, devido à atrofia dos discos intervertebrais, e o aumento do risco de fraturas devido a alterações na composição óssea são comuns. Alterações internas menos visíveis, como no cérebro e no funcionamento sensorial, motor e sexual, impactam a saúde geral do envelhecido (Papalia; Martorell, 2022). A autora comenta sobre as mudanças no funcionamento orgânico e sistêmico variarem entre os indivíduos. Enquanto alguns sofrem um declínio rápido, outros experienciam poucas mudanças. No entanto, há declínios típicos relacionados à idade, como a diminuição da eficiência pulmonar devido à atrofia muscular e redução da função dos cílios. O sistema imunológico e o coração sofrem alterações, com os idosos se tornando suscetíveis a infecções respiratórias e

problemas cardíacos. Além disso, a digestão e a absorção de nutrientes comprometida, aumentando o risco de desnutrição.

Papalia e Martorell (2022), afirma que à medida que as pessoas envelhecem, observam-se declínios na capacidade de processamento rápido de informações, funcionamento executivo e memória episódica. No entanto, esses declínios são geralmente sutis e não afetam o funcionamento diário, pois o cérebro mantém sua plasticidade e é reorganizar seus circuitos neurais para compensar os efeitos do envelhecimento. Além disso, embora ocorram alterações na conectividade funcional do cérebro, como uma menor coordenação entre suas áreas durante tarefas, essa diminuição é compensada por uma ativação ampla de diferentes regiões, especialmente em tarefas desafiadoras.

As funções sensório-motoras tendem a apresentar diferenças acentuadas com o avanço da idade. Enquanto alguns idosos experimentam declínio rápido dessas capacidades, outros mantêm suas habilidades relativamente preservadas ao longo do envelhecimento. Alterações auditivas e visuais compromete a independência e as relações sociais, ao passo que limitações motoras dificultam a realização das atividades cotidianas (Papalia; Martorell, 2022).

Ainda sobre o processo de envelhecimento é importante comentar que ocorrem várias alterações celulares, moleculares e estruturais secundárias e mecanismos diversos (Malloy-Diniz; Fuentes; Consenza, 2013). Neste sentido, o envelhecimento, como um processo biológico complexo, é caracterizado por mudanças celulares, moleculares e estruturais no organismo. Essas alterações, muitas vezes, ocorrem de maneira gradual e afeta as células simples até os sistemas complexos do corpo. A perda de funcionalidade celular, a diminuição da regeneração e o acúmulo de danos ao longo do tempo são fatores que contribuem para o envelhecimento. Além disso, o organismo perde sua capacidade de resposta a estímulos, o que aumenta a vulnerabilidade a doenças. Essas transformações indicam que a natureza progressiva e diversificada do envelhecimento.

No campo psicológico, o envelhecimento implica transformações na forma como o indivíduo percebe a si mesmo, suas relações, seu papel social e seus projetos de vida. Longe de ser uma fase de estagnação, a adultez tardia é ser vivenciada como um período de ressignificação existencial, de elaboração da história pessoal e de reconstrução da identidade. Entretanto, esse processo está condicionado pela forma como a sociedade enxerga o envelhecimento e pelos recursos subjetivos disponíveis para lidar com as perdas e mudanças inerentes à passagem do tempo. Aspectos como autoestima, autonomia, capacidade de adaptação e suporte emocional são decisivos para uma vivência saudável e plena da velhice. Os

efeitos do etarismo, por exemplo, compromete esse percurso ao internalizar estigmas e reforçar sentimentos de inadequação, invisibilidade e inutilidade social.

Segundo Neri (2004a), a Universidade de Stanford teve papel pioneiro na realização de estudos experimentais sobre o envelhecimento, iniciando, em 1928, pesquisas voltadas à aprendizagem e à memória. Contudo, as condições metodológicas adotadas, como instrumentos e ambientes inadequados à realidade dos idosos, contribuíram para resultados que reforçaram equivocadamente a ideia de que a inteligência decresce com o avanço da idade. O tempo insuficiente para a execução das tarefas e a falta de significado das atividades para os participantes foram fatores negligenciados, o que levou à interpretação reducionista de que os déficits observados derivavam exclusivamente do envelhecimento cronológico. Nesse período, prevalecia a concepção de que o desenvolvimento humano cessava na adolescência, entrando em declínio irreversível na velhice.

A autora destaca ainda que, a partir de 1946, surgiram instituições como a *Gerontological Society of America*, impulsionadas pelas projeções sobre o envelhecimento populacional nos Estados Unidos. Da mesma forma, transformações demográficas na Europa despertaram interesse acadêmico e político pelo estudo do envelhecimento, fomentando investigações voltadas à reestruturação das políticas públicas voltadas à população longaeva. Sendo assim, a psicologia tem contribuído com estudos que propõem medidas para a adequação dos idosos aos novos papéis sociais que lhes são relegados e que procuram dar conta das chamadas incapacidades funcionais características do avanço da idade (Borges, 2007).

O envelhecimento, enquanto processo biológico, é um fenômeno psicológico que envolve uma série de transformações na maneira como o indivíduo percebe a si mesmo e o mundo ao seu redor. À medida que os anos avançam, as pessoas experimentam modificações físicas e cognitivas, mas enfrentam desafios emocionais e psicológicos que alteram a sua identidade e subjetividade.

No aspecto psicológico, o envelhecimento tem a percepção da finitude e a reavaliação de projetos de vida, especialmente quando a saúde começa a se deteriorar e o corpo se torna vulnerável. Este processo provocar sentimento de perda no plano físico e em termos de uma sensação de diminuição das capacidades cognitivas e da memória, o que afeta a autoestima e a autopercepção. O envelhecer é uma questão que envolve a perda física, e traz a reconfiguração do eu, desafiando o indivíduo a lidar com as mudanças em sua identidade, muitas vezes sem o suporte adequado de políticas públicas ou redes sociais de apoio (Souza *et al.*, 2026). A adaptação à velhice envolve uma ressignificação dos objetivos e das expectativas de vida.

Em muitos casos, essa nova fase é marcada por uma busca por um significado maior, uma reflexão sobre a realização de um ciclo de vida e a aceitação das limitações impostas pelo tempo. No entanto, essa aceitação nem sempre é simples, e gera conflitos internos entre a idealização de uma juventude prolongada e a realidade de um envelhecimento que exige adaptações. O envelhecimento oferece um potencial de desenvolvimento psicológico, desde que o indivíduo tenha os recursos e o apoio necessários. Em algumas circunstâncias, as pessoas velhas conseguem criar formas de se relacionar com o mundo, reinterpretando sua história e seus valores. Psicologicamente, isso resulta em uma sensação de realização, quando o indivíduo consegue construir um legado, seja em termos familiares, profissionais ou pessoais.

O envelhecimento, em sua complexidade, envolve uma série de mudanças psicológicas que influenciam diretamente a qualidade de vida dos idosos. Esses aspectos psicológicos interagem de maneira complexa, formando um quadro no qual transtornos como a depressão, a ansiedade, e a demência, por exemplo, não são fenômenos isolados, mas sim entrelaçados e muitas vezes exacerbados por fatores sociais e culturais, como o isolamento e o etarismo.

A depressão em idosos, frequentemente está associada ao isolamento social, à perda de independência e à diminuição das capacidades físicas e cognitivas. Esses fatores intensificam os sentimentos de inutilidade, solidão e desesperança, criando um ciclo vicioso que se retroalimenta. Esse quadro depressivo é confundido com o envelhecimento normal, e muitos idosos não recebem o tratamento adequado, o que agrava ainda mais o quadro (Berger, 2017).

A ansiedade é prevalente entre os longevos, sendo exacerbada pelo medo da morte, pela perda de autonomia e pela experiência de doenças crônicas. A preocupação constante com a saúde, as inseguranças sobre o futuro e as dificuldades econômicas resulta em um estado crônico de tensão e nervosismo, o que afeta tanto o bem-estar emocional quanto físico do idoso. Esses transtornos emocionais, contribuir para o desenvolvimento de demência, principalmente da Doença de Alzheimer. As dificuldades cognitivas, que incluem problemas de memória, desorientação e perda de habilidades funcionais, são inicialmente confundidas com os efeitos do envelhecimento, mas acabam se manifestando de maneira severa. A demência, cria um quadro de confusão e desconexão, tanto para o idoso quanto para seus familiares, que enfrentam o desgaste emocional de acompanhar o processo de perda de memória e identidade.

Além disso, o delirium surge como uma condição transitória, desencadeada por doenças físicas, medicamentos ou alterações no ambiente. Embora muitas vezes seja confundido com outras condições cognitivas, como a demência, o delirium é um transtorno agudo que é tratado com eficácia se identificado precocemente. Ele demonstra como os aspectos físicos e

psicológicos do envelhecimento se interrelacionam, já que a deterioração do estado físico provoca alterações mentais temporárias, impactando diretamente a saúde emocional do idoso.

Outros transtornos, como o de sono, são observados entre os longevos. A insônia ou a apneia do sono, por exemplo, tem um efeito devastador sobre a saúde mental do idoso, agravando quadros de depressão e ansiedade. O sono, é importante para a restauração mental e emocional, e é fragmentado com o envelhecimento, o que interfere diretamente na capacidade do idoso de lidar com o estresse e as demandas diárias da vida.

Outro comum é o uso de substâncias que se destaca como um fator de risco psicológico no envelhecimento. Muitos idosos recorrem ao álcool ou a medicamentos como forma de lidar com a dor, o estresse ou a solidão, mas o abuso dessas substâncias intensifica outros transtornos psicológicos, como a depressão e a ansiedade. A dependência de substâncias, seja lícitas ou ilícitas, criam uma dependência emocional, dificultando o enfrentamento saudável das mudanças impostas pelo envelhecimento.

Os transtornos psicológicos que afetam os longevos não são fenômenos isolados, mas sim condições interligadas, que se retroalimentam e se potencializam mutuamente. Diante desses adoecimentos psicológicos frequentes na adultez tardia, Berger (2017) afirma que o etarismo praticado pelos próprios longevos contra si, dificulta a procura de ajuda de um profissional de saúde mental, devido a percepção distorcida de ser velho demais para isso, por vergonha e por negligenciarem os sintomas, acreditando que vão resolver sozinhos.

No eixo social, o envelhecimento é um produto das relações socioculturais, políticas e econômicas que moldam as experiências dos sujeitos. A forma como os idosos são acolhidos, reconhecidos e inseridos nas dinâmicas sociais interfere diretamente na qualidade de vida e no bem-estar. O acesso a políticas públicas adequadas, à previdência social, aos serviços de saúde e assistência, bem como a oportunidades de participação ativa na comunidade, são elementos estruturantes que determinam o modo como se envelhece no Brasil. A perspectiva biopsicossocial, ao integrar esse olhar coletivo, rompe com o reducionismo biomédico e permite vislumbrar o envelhecimento como um processo ativo, interativo e condicionado pelas condições concretas de existência dos indivíduos.

Ao discutir as contribuições, na velhice, muitas pessoas passam a desenvolver maior interesse pelas artes, pelas crianças e pela experiência humana em sua totalidade. Compreender os idosos como “testemunhas sociais”, portadores de conhecimentos construídos a partir da interdependência geracional e das vivências acumuladas ao longo da vida. O estágio denominado integridade versus desesperança é um momento marcado pela ressignificação da

trajetória existencial, no qual ocorre uma “ressíntese” das capacidades de resiliência e das forças desenvolvidas ao longo da experiência humana (Papalia; Martorell, 2022).

As conexões sociais são fundamentais em todas as fases da vida, inclusive na adultez avançada, pois contribuem diretamente para o bem-estar físico e emocional. Nesse sentido, estudos indicam que parcerias duradouras, como o casamento, tendem a promover maior longevidade, saúde e satisfação subjetiva. Adultos que nunca se casaram experimentam uma velhice, especialmente quando mantêm redes de amizade sólidas, por vezes benéficas do que os vínculos mantidos por indivíduos divorciados ou viúvos. No caso dos idosos, os laços familiares, especialmente com filhos e netos, integram suas redes de apoio afetivo e prático. Curiosamente, ainda que as gerações mais jovens, em especial os adultos de meia-idade, sintam-se moralmente responsáveis pelo cuidado dos mais velhos, muitos idosos preferem preservar sua autonomia. A relação com os netos, por sua vez, é frequentemente percebida como uma fonte de alegria e realização; contudo, quando os avós se veem obrigados a assumir a criação dos netos na ausência da geração intermediária, tal configuração gera sobrecarga e sofrimento emocional para todas as partes envolvidas (Berger, 2017).

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), é dever de todos os países garantir os direitos das pessoas idosas e o envelhecimento saudável. Neste sentido, a cultura de cada local apresenta grande influência na contribuição ou no fracasso dessas garantias. Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (2005, p. 20), “a cultura desempenha um papel fundamental sobre o envelhecimento ativo ao influenciar todos os outros fatores que o determinam. A cultura molda a forma como envelhecemos e como a sociedade vê o envelhecimento e os longevos. Segundo Geertz (2008), “a cultura pode ser entendida como um sistema de símbolos e significados compartilhados, que orienta o comportamento e as interações sociais”. Quando se trata de cultura e identidade:

Partimos do princípio que todo ser humano tem sua cultura e a promove na medida em que se comunica com o outro. [...] a cultura das pessoas menos escolarizadas é rica em sabedoria popular, brotada do senso comum, da intuição, que é a origem do conhecimento erudito. Ao buscar compreender a identidade cultural de pessoas com mais de sessenta anos, queremos também refletir sobre a educação, bem como os mecanismos internalizados e as contribuições que nos trouxeram. Sabemos que uma grande parte dessa geração não possuía conhecimento escolarizado devido à política, ao sistema de exclusão, e a cultura da época não valorizava esse tipo de conhecimento, já que a leitura e a escrita eram privilégios de poucos (Freitas; Costa, 2011 p. 203).

Muitas pessoas que se encontram na fase da adultez tardia, não receberam o ensino escolar em sua juventude porque em sua época não havia políticas públicas que garantissem o acesso a educação, isso era privilégio de poucos. Não é por este motivo que não houve

desenvolvimento, aprendizagem e educação, até porque os conhecimentos tradicionais e populares são tão importantes quanto os conhecimentos científicos, cada experiência de vida e interação social, fazem parte da construção do ser humano, ou melhor, no fazimento do sujeito.

Segundo Candau (2018), a identidade é compreendida enquanto construção social que produz efeitos sociais. Essa construção é elaborada, de forma dinâmica e multidimensional na relação entre os grupos onde, à medida que se diferenciam, organizam suas trocas. Esse texto apresenta uma relação estreita entre cultura e identidade, na medida que Geertz (2008) afirma que o conceito de cultura denota um padrão de significados transmitido historicamente, incorporado em símbolos um sistema de conhecimentos herdados e expressados de formas simbólicas por meio dos quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação a vida.

O envelhecimento é um processo que está associado a aspectos individuais e coletivos, onde cada pessoa vivencia o envelhecimento de maneira única, influenciada por experiências pessoais de vida, condições de saúde e interações sociais, sendo que a maneira como cada indivíduo percebe e se adapta às mudanças físicas, cognitivas e sociais que acompanham o envelhecimento é subjetiva e pessoal. E essa percepção do envelhecimento não começa na velhice, mas é construída ao longo de toda a vida, influenciada por expectativas culturais, experiências anteriores e a maneira como a sociedade valoriza diferentes idades e estágios da vida. Dentro desse processo, entende-se por subjetividade o modo particular e único de ser de cada pessoa em várias dimensões psíquicas (atividade, consciência e personalidade), sendo algo singular, a subjetividade não possui origem no interior do indivíduo, mas das suas relações sociais (Silva, 2009).

Entende-se por subjetividade partindo de um contexto psicológico, como um conjunto de experiências internas, sentimentos, pensamentos, percepções e significados pessoais que um indivíduo atribui ao mundo e a si mesmo. Essa perspectiva considera que cada pessoa é única e que suas experiências não são completamente compreendidas de maneira objetiva ou universal, uma vez que estão imersas em um contexto pessoal e emocional. Na psicologia cognitiva a subjetividade influencia a maneira como interpretamos e respondemos aos estímulos do ambiente, baseando-se em processos mentais como atenção, memória e percepção, ou seja, é uma vivência pessoal e a forma como interpretamos e processamos as informações ao nosso redor. No caso da psicologia social, a subjetividade é entendida dentro das relações interativas, onde a percepção de si e dos outros é construída em interações sociais e culturais. Isso implica que as identidades e as emoções são moldadas pelo contexto social, e não são meramente resultados de processos internos.

É através das relações que o sujeito vivencia no mundo, produzindo significações e, como ser significante, vivencia esta sua condição de ser possibilitando singularizar os objetos coletivos, humanizando a objetividade do mundo. Suas significações, articuladas às suas ações em um movimento de totalizações abertas, compõem o sujeito que se constitui a partir de diferentes perspectivas. Com base no que foi citado, a subjetividade é compreendida como uma dimensão desse sujeito, assim como a objetividade que, relacionadas dialeticamente no contexto social, produzem o sujeito.

Assim, pensar o envelhecimento na perspectiva biopsicossocial é reconhecer que ele não é reduzido a um declínio orgânico, tampouco a um colapso psicológico ou social. É, antes, uma construção que se dá ao longo do curso da vida, marcada por desafios, possibilidades e pela singularidade de cada trajetória. Tal compreensão é fundamental para a formulação de políticas públicas mais humanas e eficazes, para o enfrentamento dos preconceitos associados à velhice e para a promoção de um envelhecimento digno, participativo e emancipador.

2.3 Políticas públicas de atenção e proteção à pessoa idosa

O processo de envelhecimento populacional no Brasil tem demandado, de forma crescente, a formulação e implementação de políticas públicas voltadas à garantia de direitos, à promoção da cidadania e ao enfrentamento das vulnerabilidades que atingem a população longeva. Tal fenômeno, intensificado nas últimas décadas, implica um conjunto de desafios sociais, políticos e econômicos, sobretudo no que tange à equidade e à justiça social no acesso aos bens e serviços públicos. Conforme Veras (2021), o Brasil experimenta um envelhecimento acelerado, sendo urgente a formulação de políticas que reconheçam a especificidade das demandas dessa parcela da população. Nesse contexto, é fundamental compreender que tais demandas além de materiais, são simbólicas, uma vez que os sujeitos constroem suas identidades a partir das condições sociais que lhes são oferecidas, bem como das formas de reconhecimento ou negação de seus direitos (Foucault, 2008).

O avanço da medicina e as melhorias nas condições de vida resultaram em uma elevação da longevidade, culminando em uma população cada vez mais idosa. Segundo dados do IBGE (2022), a proporção de pessoas com 60 anos ou mais saltou de 8,3% em 2000 para cerca de 15% em 2020. Esse processo coloca o Brasil diante da transição para uma sociedade envelhecida, o que impõe novos desafios à infraestrutura do país, especialmente em áreas como saúde, previdência e a integração social dos idosos. E esse aumento da longevidade humana desafia o poder público para reanalisar e dialogar sobre as intervenções destinadas à promoção e atenção aos idosos (Morais; Rodrigues; Gerhard, 2008).

O tema envelhecimento demográfico muito discutido nos últimos anos, é à transformação na estrutura etária da população, marcada pelo crescimento proporcional da população longa em comparação a população jovem. Esse processo decorre, sobretudo, da queda contínua nas taxas de fecundidade e natalidade, aliada ao aumento da expectativa de vida, dinâmica observada tanto em países desenvolvidos quanto em nações em desenvolvimento, como o Brasil (Camarano, 2014; 2004). Isso ocorre, porque as famílias estão tendo menos filhos e, ao mesmo tempo, as pessoas estão vivendo por mais tempo. Com o passar dos anos, esse equilíbrio entre gerações vai mudando, e os longevos passam a representar uma parcela maior da sociedade. Essa realidade exige a construção de políticas públicas que não apenas garantam direitos, mas que promovam reconhecimento social e valorização das trajetórias de vida. Isso porque o modo como a sociedade organiza seus discursos e práticas institucionais impacta diretamente a forma como os sujeitos se percebem e são percebidos, influenciando a produção de subjetividades (Foucault, 2008).

Por isso, as articulações sobre o envelhecimento populacional, vão além dos benefícios previdenciários, comprometem diretamente os serviços de saúde, isso porque os longevos e as crianças são os que utilizam desses serviços, da mesma forma é importante determinar que as habitações sejam acessíveis e seguras, e essa adaptação faz parte de uma ação conjunta com os sistemas de transporte, assim como nos serviços de saúde, no comportamento das famílias, e entre outras que forem necessárias (Camarano, 2014).

Ainda sobre o envelhecimento populacional, Escorsim (2021) explica que segue em duas grandes vertentes: “a primeira que leva em consideração os avanços científicos e tecnológicos de modo a ampliar a longevidade dentro de um processo natural do ciclo de vida”. E a segunda vertente, onde se situa esse trabalho, considera os “marcos dos contextos sócio-históricos, políticos e econômicos das sociedades analisadas e, desse modo, desnaturaliza-se a ideia de que o envelhecimento ocorre de modo linear e homogêneo” (Escorsim, 2021).

À medida que olhamos para a “Terceira Idade”, termo muitas vezes associado à última fase do desenvolvimento humano, percebemos que há inúmeros modos de envelhecer, trazendo à tona discussões sobre envelhecimento e qualidade de vida. Essa fase, chamada de “melhor idade”, destaca-se em um contexto global em que a valorização dos idosos varia. No entanto, a perspectiva positiva em relação à Terceira Idade, presente em debates nas conferências da ONU, reflete uma mudança nos valores e condutas em relação aos longevos, como na 5ª Conferência Regional Intergovernamental sobre Envelhecimento e Direitos das Pessoas Idosas na América Latina e no Caribe, em dezembro de 2022, em Santiago, Chile, na CEPAL, onde os “países da Região reafirmaram seu compromisso com a promoção, proteção e respeito aos

direitos humanos, dignidade e liberdades das pessoas idosas, reiterando o plano de Ação Internacional de Madrid, no qual ratificaram a responsabilidade dos Estados de prover as medidas e ações necessárias para garantir um envelhecimento saudável, com dignidade e direitos” (ONU Brasil, 2022).

E quando se fala em pensar, planejar e criar ações de promoção e garantia de direitos em relação aos longevos é maravilhoso, mas limita e mais uma vez relembra uma das estruturas culturais de dominação. Desta forma, porque não modificar e dar vez e voz ao compartilhar essas etapas ou construções possibilitando o empoderamento dos longevos?

Laraia (2001) afirma que “deve existir um mínimo de participação do indivíduo sobre a cultura a fim de permitir sua articulação com os demais membros da sociedade”. Essa afirmação nos apresenta a possibilidade de construção conjunta, que garante a participação do poder público, das instituições, da sociedade civil e principalmente, daqueles que vivenciarão tais mudanças “os longevos”.

2.3.1 Marcos legais e políticas públicas de proteção e assistência à população longeva

Historicamente, as políticas públicas voltadas aos longevos no Brasil começaram a ser delineadas de forma sistemática a partir da década de 1990, quando o envelhecimento passou a ser reconhecido como um fenômeno demográfico com implicações sociais. A promulgação da Constituição Federal de 1988 é um marco inicial, ao estabelecer no artigo 230 a obrigação da família, da sociedade e do Estado de assegurar à pessoa idosa “o direito à vida, à dignidade e à convivência familiar e comunitária” (Brasil, 1988). Embora o debate público sobre envelhecimento ainda fosse incipiente à época, o artigo 230 da Carta Magna³ já introduzia uma concepção avançada e humanista as pessoas longevas. Tal dispositivo inaugurou um novo paradigma de responsabilidade compartilhada, superando concepções reducionistas que anteriormente restringiam a velhice a uma questão meramente familiar ou assistencialista.

Neste sentido, a Constituição de 1988 reconhece o idoso como sujeito de direitos e insere o envelhecimento no escopo das políticas públicas como um tema transversal, de relevância social e intergeracional. A menção expressa à dignidade, à convivência familiar e comunitária e ao papel ativo do Estado, e isso reflete um avanço que consistente na construção de uma cidadania plena para os longevos brasileiros. Como afirma Neri (2018), trata-se de um marco normativo que influenciou diretamente a consolidação de políticas estruturadas nas

³A Carta Magna brasileira assegura os direitos fundamentais da população, incluindo a proteção da dignidade da pessoa idosa por meio de políticas públicas e garantias constitucionais.

décadas seguintes, sobretudo a partir dos anos 1990, quando o Brasil passou a enfrentar de maneira evidente os efeitos do envelhecimento populacional.

A Constituição Cidadã, como ficou conhecida, gerou uma abertura para a criação de um arcabouço legal amplo voltado à proteção da velhice, culminando posteriormente no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), no fortalecimento do SUS e na inclusão de medidas específicas no âmbito da assistência social por meio do SUAS. Estes desdobramentos não são compreendidos sem o marco inaugural da Constituição de 1988, que conferiu legitimidade e obrigatoriedade à atuação estatal na garantia de direitos fundamentais a essa população.

Contudo, apesar dos avanços normativos, persiste o desafio de efetivar tais garantias na prática. Pois o etarismo aos longevos ainda comprometem a implementação plena dos dispositivos constitucionais. Como aponta Debert (2004), o envelhecimento no Brasil é influenciado por desigualdades socioeconômicas e por representações sociais que muitas vezes desqualificam a velhice, reduzindo os sujeitos à condição de passividade ou decadência. Nesse contexto, o artigo 230 deve ser continuamente retomado como referência ética e política, lembrando que o reconhecimento legal de direitos só ganha concretude quando articulado a práticas institucionais e culturais que os sustentem.

Dessa forma, a Constituição Federal de 1988, ao introduzir o envelhecimento como questão de interesse público ampliou o horizonte da cidadania e lançou as bases para uma política de valorização da longevidade. A partir desse marco, tornou-se possível articular uma agenda de direitos que contemple a sobrevivência, a qualidade de vida, a autonomia e o protagonismo dos sujeitos longevos na sociedade brasileira.

Posteriormente, diversos instrumentos normativos e institucionais foram sendo estruturados. O Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) consolidou-se como o principal marco legal da proteção da pessoa idosa, estabelecendo direitos nas áreas da saúde, assistência social, transporte, moradia, cultura, educação e lazer, bem como diretrizes para o enfrentamento da violência e negligência (Brasil, 2003). A priorização do atendimento ao idoso é um desses direitos garantidos, que segundo Silva (2022), é uma medida essencial para garantir a proteção dos direitos fundamentais dessa população, especialmente no que tange ao direito à vida. A implementação dessa prioridade, como no caso do atendimento médico de emergência, é uma estratégia que visa assegurar a sobrevivência do idoso em situações de risco iminente, reforçando a eficácia do Estatuto do Idoso como um mecanismo de proteção indispensável.

Essa legislação, construída a partir de diretrizes constitucionais e do amadurecimento das políticas públicas iniciadas nos anos 1990, um avanço no campo legal e uma resposta às transformações demográficas e sociais em curso. Sua atualização pela Lei nº 14.423/2022, que

substituiu oficialmente o termo “idoso” por “pessoa idosa”, marca uma virada simbólica importante, na medida em que reafirma o compromisso com uma linguagem humanizada, não reducionista e em consonância com os princípios da dignidade da pessoa humana.

O artigo 2º do Estatuto, estabelece que “o idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, estando assegurado, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para a preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade” (Brasil, 2003). Isso mostra uma concepção ampliada de cidadania, que vai além do acesso a serviços básicos e incorpora dimensões simbólicas, relacionais e subjetivas do envelhecimento.

Entre os direitos assegurados, o Estatuto estabelece garantias específicas nos campos da saúde (art. 15 a 20), assistência social (art. 34 a 38), educação, cultura, esporte e lazer (art. 21 a 24), trabalho (art. 26 a 28) e habitação (art. 38), sempre enfatizando a prioridade no atendimento e o respeito à autonomia da pessoa idosa.

A centralidade do Estatuto reside no seu caráter normativo e pedagógico. Ele orienta a atuação do Estado e busca transformar as relações sociais e culturais que historicamente relegaram os longevos a alguma forma de estigmatização. Como argumenta Debert (2004), a institucionalização da velhice como categoria de intervenção pública está intimamente ligada à luta por reconhecimento, autonomia e combate aos preconceitos etaristas.

No entanto, a efetividade do Estatuto ainda enfrenta desafios consistentes. Embora o artigo 19 preveja que “os órgãos e entidades da administração pública direta, indireta ou fundacional, das esferas federal, estadual e municipal, assegurarão à pessoa idosa a efetivação do direito à saúde mediante políticas públicas específicas”, a realidade brasileira mostra-se desigual. O acesso precário à saúde, à assistência e à proteção social nas regiões distantes como nas áreas interiores do Norte brasileiro, da necessidade de territorializar e adaptar essas políticas, de modo que se tornem de fato universais e equitativas. Levando em consideração a cultura local, as dinâmicas de acesso e as demandas sociais existentes.

Além disso, a violência contra a pessoa idosa continua a ser uma questão urgente. O artigo 19-A, incluído por atualização posterior, determina que “é dever de todos prevenir a ameaça ou violação aos direitos da pessoa idosa”, enquanto o artigo 43 trata da responsabilização civil e penal em casos de violência, negligência ou abandono. A esse respeito, o fortalecimento de canais como o Disque 100, bem como a atuação dos Conselhos Municipais e Estaduais da Pessoa Idosa, são mecanismos para garantir o cumprimento da lei.

Nesta perspectiva, afirmar que o Estatuto do Idoso é fruto de uma mudança na percepção sobre o envelhecimento, que deixa de ser visto apenas como uma etapa de declínio para ser

compreendido como parte do ciclo vital, com direitos próprios e demandas específicas. Nesse sentido, o marco legal atua como proteção jurídica e como promotor de um novo imaginário social sobre a longevidade (Agliardi, 2015).

Com isso, o Estatuto deve ser interpretado como um instrumento de afirmação de direitos. Sua eficácia depende da sua aplicação literal e da sua incorporação ética nas práticas institucionais, culturais e intersubjetivas que permeiam o envelhecer no Brasil. Mais do que uma lei, ele representa um projeto de sociedade que valoriza o tempo vivido, reconhece a diversidade dos modos de envelhecer e reafirma o direito de todos à velhice com dignidade, participação e respeito.

Todavia, em muitos casos, o acesso à saúde, ao acolhimento institucional ou à assistência material só se concretiza mediante ações judiciais, isso mostra o descompasso entre as normas legais e a capacidade estatal de resposta (Santos; Gondinho, 2020). Isso indica que, embora o Estatuto do Idoso represente um marco civilizatório, ele opera em um cenário de escassez de recursos, baixa prioridade política e ausência de políticas públicas estruturadas nos níveis local e regional.

Um outro amparo legal e importante é a Política Nacional do Idoso (PNI), instituída pela Lei nº 8.842/1994 surge como uma tentativa de operacionalizar os preceitos constitucionais, propondo diretrizes para a promoção da autonomia, integração e participação da pessoa longeva. Sua proposta intersetorial envolvendo saúde, assistência social, educação, habitação, transporte e cultura, assim a compreensão do envelhecimento como um fenômeno multifacetado, que demanda respostas plurais do Estado (Brasil, 1994). No entanto, a implementação da PNI tem sido marcada por fragilidades estruturais. A ausência de um plano nacional estruturado, a falta de mecanismos de monitoramento e avaliação e a indefinição de competências entre União, estados e municípios comprometem sua efetividade.

No campo da saúde, o SUS, criado pela Lei nº 8.080/1990, representa uma das maiores conquistas da Constituição Federal de 1988 ao instituir a saúde como direito de todos e dever do Estado. Estruturado sobre os princípios da universalidade, integralidade e equidade, o SUS tem buscado, ao longo das décadas, incorporar políticas públicas capazes de atender às transformações demográficas e epidemiológicas do país, dentre as quais destaca-se o progressivo envelhecimento populacional.

A Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI), instituída pela Portaria nº 2.528/2006, consolidou-se como marco orientador da atenção integral ao idoso no Brasil, fundamentada em princípios do SUS e no paradigma do envelhecimento ativo e saudável. A

política busca recuperar, manter e promover a autonomia dos idosos, articulando ações de promoção, prevenção, cuidado e apoio intersetorial (Torres; Campos; Luzia, 2020).

A PNSPI é inovadora ao reconhecer o envelhecimento como processo singular e a funcionalidade como um eixo central para a qualidade de vida na velhice. No entanto, sua efetividade depende da reorganização da rede de atenção, da capacitação dos profissionais de saúde e da articulação entre os níveis de atenção, especialmente no que se refere à atenção básica e aos serviços especializados em geriatria e gerontologia. Segundo Veras (2021), os principais desafios para a efetiva implementação da PNSPI incluem a desarticulação das redes de atenção, a escassez de profissionais capacitados e a limitada institucionalização das ações no âmbito local. Essas fragilidades são agravadas nas regiões consideradas periféricas do país, como o Norte, onde as barreiras de acesso aos serviços de saúde especializados comprometem diretamente os direitos das pessoas longevidade e as desigualdades territoriais.

Um dos principais avanços trazidos por essa política é o reconhecimento da especificidade das demandas dos longevos, exigindo uma reorganização da atenção básica à saúde, a qual se constitui como porta de entrada preferencial no SUS. As Equipes Multidisciplinares passaram a desempenhar papel fundamental na implementação de ações voltadas à saúde da pessoa longeva, tais como consultas médicas regulares, acompanhamento por fisioterapeutas, psicólogos, nutricionistas, terapeutas ocupacionais e assistentes sociais, além da realização de visitas domiciliares para pessoas com mobilidade reduzida ou em condição terminal.

O atendimento domiciliar previsto na atenção básica configura-se como uma estratégia relevante e humanizada, permitindo o acesso contínuo e adaptado às condições reais dos longevos, em especial nas regiões onde há escassez de transporte público, barreiras arquitetônicas ou ausência de redes de apoio familiar. Esse tipo de cuidado, institucionalizado pela Melhoria do Programa Melhor em Casa (Portaria nº 963/2013), reforça o compromisso do SUS com a integralidade da atenção, acolhendo a dimensão biomédica e os determinantes sociais da saúde.

Além disso, a Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa, um instrumento padronizado de registro e acompanhamento clínico e funcional, facilita a sistematização da informação e o planejamento das ações em saúde, contribuindo para a vigilância do envelhecimento e o controle das doenças crônicas não transmissíveis. A avaliação multidimensional da saúde do longevo que envolve aspectos físicos, psicológicos, cognitivos e sociais, está no cerne da abordagem preconizada pela PNSPI.

Cabe destacar que a própria Conferência Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, promovida pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), reforça a importância do controle social, da participação popular e do protagonismo dos longevos na construção das políticas públicas de saúde. Esses espaços deliberativos são fundamentais para a escuta ativa das demandas dos usuários do SUS e para o aprimoramento das práticas institucionais, especialmente em um cenário marcado pelo crescimento acelerado da população com 60 anos ou mais.

Dessa forma, o SUS, por meio da PNSPI, reafirma seu papel como instrumento de cidadania e justiça social, ao reconhecer o envelhecimento como uma etapa da vida que requer cuidados específicos, ações interdisciplinares e o respeito à dignidade dos sujeitos longevos. O desafio contemporâneo está na expansão de serviços e na transformação das práticas de cuidado, de modo a assegurar o direito à saúde com qualidade, equidade e humanização para todas as pessoas que envelhecem no Brasil.

A assistência social, o SUAS, normatizado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS - Lei nº 8.742/1993), organiza as ações de proteção social em dois níveis: básica e especial. E segundo o Art. 203, a assistência social foi prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos no inciso I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice (Brasil, 1993).

A pessoa longeva, especialmente em situação de vulnerabilidade, é público prioritário das ações de proteção social, incluindo o Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto no artigo 20 da Lei Orgânica da Assistência Social, configurando-se como instrumento fundamental para a garantia de renda, dignidade e cidadania na velhice (Veras, 2021). Neste sentido, o longevo que não alcançou o período mínimo de contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), não ficará desassistido, mas poderá realizar seu cadastro único através do sistema do Governo Federal e posteriormente agendar sua perícia no INSS para ter acesso ao BPC. Idosos que recebem até 02 (dois) salários-mínimos, tem direito a carteira do idoso disponibilizada pelo site do Governo Federal e aplicativo “GOV”, que garante o desconto previsto em lei de 50% nas passagens fluviais, terrestres e companhias aéreas.

É a Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842/1994), que estabelece diretrizes para atuação governamental nas áreas de saúde, educação, previdência, assistência social, habitação e trabalho (Brasil, 1994). A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), estabelecida em 2004, instituiu a proteção social não contributiva e reconheceu a velhice como estado que é intensificado por múltiplas vulnerabilidades, incluindo pobreza, isolamento, dependência e fragilização dos vínculos sociais (Veras, 2021). Neste sentido, o SUAS operacionaliza a proteção à pessoa idosa por meio de serviços de proteção social básica e o Centro de Referência

de Assistência Social I (CRAS I) e especial de média e alta complexidade como o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) e o Instituição de Longa Permanência para idosos (ILPIs), priorizando o atendimento aos idosos em situação de negligência, violência ou abandono. No entanto, a carência de Instituições de Longa Permanência para Idosos públicas e a sobrecarga das redes familiares mostra uma estrutura assistencial ainda deficitária.

Sobre o SUAS é importante referir que o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome, ampliou e aprimorou o maior programa do mundo de transferência de renda com condicionalidades – o Bolsa Família, fortaleceu o BPC, da mesma forma que instituiu o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), aperfeiçoou ações voltadas à geração de trabalho e renda para famílias em situação de vulnerabilidade social e instituiu e consolidou o SUAS, e implementou um sistema de monitoramento e avaliação de suas ações (Brasil, 2009).

De acordo com a cartilha de orientação elaborada e publicada pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome, o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS é a porta de entrada aos serviços socioassistenciais de proteção básica do SUAS, no seu território de abrangência. Neste sentido, o CRAS assume como fatores identitários dois grandes eixos estruturantes do SUAS: a matricialidade sociofamiliar e a territorialização.

O CRAS é uma unidade de proteção social básica do SUAS, que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania (Brasil, 2009).

O Serviço de PAIF é reconhecido como o principal serviço da Proteção Social Básica, sendo referência para os demais serviços desse nível, uma vez que assegura a centralidade da ação estatal na efetivação do direito à convivência familiar e fortalece a lógica da matricialidade sociofamiliar, considerada um dos pilares fundamentais do SUAS (Brasil, 2009).

O PAIF se estrutura como uma das expressões concretas da diretriz da matricialidade sociofamiliar presente na PNAS de 2004, ao reconhecer a família como núcleo afetivo ou espaço privado e sobretudo como território político de proteção social. Nesse sentido, o serviço opera sob a premissa de que é na dinâmica familiar e comunitária que se constroem os vínculos fundamentais para o desenvolvimento humano, sendo esses vínculos frequentemente fragilizados pelos múltiplos efeitos da pobreza, da desigualdade e das violências estruturais. Por isso, o PAIF assume como centralidade o fortalecimento da convivência familiar e comunitária, compreendendo que a proteção social básica não deve ser meramente assistencialista ou compensatória, mas promotora de autonomia e corresponsabilidade. Sua

execução, exclusiva do poder público, requer a atuação de equipes técnicas qualificadas no âmbito do CRAS, pois é nesse espaço territorializado que se viabiliza o acompanhamento sistemático das famílias em situação de vulnerabilidade.

O SCFV, integrante da Proteção Social Básica do SUAS, atua de forma articulada com os serviços ofertados pelo PAIF e pelo PAEFI, tem o papel preventivo e protetivo diante das situações que ameaçam os vínculos familiares e comunitários. Reestruturado em 2013, esse serviço busca promover a autonomia e o desenvolvimento de habilidades pessoais e relacionais dos participantes, por meio de atividades coletivas e planejadas conforme as faixas etárias e as especificidades do ciclo de vida. O trabalho em grupo, conduzido por técnicos de referência e orientadores sociais, visa fortalecer laços comunitários, valorizar identidades individuais e coletivas e estimular a participação cidadã em espaços públicos de escuta e deliberação.

O SCFV, quando direcionado à população idosa, tem como finalidade promover um envelhecimento cronológico saudável e autônomo. Para isso, oferece espaços de socialização que favorecem tanto a convivência entre os próprios idosos quanto o intercâmbio intergeracional, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários. Além disso, busca reconhecer as necessidades e motivações desse público, incentivando o desenvolvimento de novas capacidades, projetos de vida e o exercício pleno da autonomia por meio da valorização de suas trajetórias e da ampliação de suas possibilidades de escolha e decisão (Brasil, 2022).

Os longevos participantes desta pesquisa integram grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, onde vivenciam espaços de socialização que estimulam o fortalecimento de laços afetivos, a troca de experiências e a participação ativa na comunidade. Nessas atividades, encontram oportunidades para expressar suas histórias, desenvolver novas habilidades e reafirmar sua autonomia, contribuindo para um envelhecimento ativo, respeitado e substancial.

O Programa Viver instituído pelo Decreto nº 10.133, criado em 2019, propõe uma abordagem intersetorial centrada na promoção do envelhecimento ativo, por meio da inclusão digital, do estímulo ao autocuidado e da valorização da participação social dos idosos (Brasil, 2019). Inspirado nas diretrizes da para o envelhecimento ativo, o programa reconhece a importância de um modelo que promova independência e bem-estar em todas as fases da velhice. O Programa Viver – Envelhecimento Ativo e Saudável tem como objetivos centrais promover a inclusão digital e social das pessoas idosas, por meio do acesso à saúde, educação, mobilidade e tecnologias digitais, com vistas à melhoria da qualidade de vida. Além disso, busca assegurar o direito ao envelhecimento ativo e saudável, conforme previsto no Estatuto do Idoso e na Política Nacional do Idoso (Brasil, 2019).

Apesar de seu potencial, o Programa Viver carece de institucionalização e sua execução depende da adesão voluntária dos municípios, sem previsão orçamentária permanente, o que compromete sua continuidade e alcance. Programas de envelhecimento ativo, quando não acompanhados de marcos legais e financiamento estável, tendem a se tornar experiências pontuais, incapazes de alterar estruturalmente as condições de vida dos idosos (Marin; Panes, 2015). Além disso, instrumentos internacionais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e o Plano de Ação Internacional de Madri sobre o Envelhecimento (2002), ratificado pelo Brasil, orientam a construção das políticas de envelhecimento ativo com foco nos direitos, na dignidade e na participação social (ONU, 2002).

Nesse cenário, é fundamental considerar os direitos previdenciários como um dos pilares que garantem a segurança social na velhice, especialmente diante das recentes reformulações no sistema previdenciário brasileiro. Deste modo, a previdência social, prevista constitucionalmente como direito de todos e dever do Estado (CF/1988, art. 6º e art. 201), constitui-se em uma política pública essencial para assegurar a subsistência e a dignidade das pessoas idosas. No entanto, as reformas implementadas, como a Emenda Constitucional nº 103/2019, trouxeram mudanças nas regras de aposentadoria e pensão, impactando diretamente os longevos, sobretudo os mais vulneráveis socioeconomicamente.

Além disso, estudos apontam que a previdência é, para grande parte da população idosa brasileira, a única fonte de renda regular, funcionando como suporte não apenas do indivíduo, mas muitas vezes de todo o núcleo familiar (Camarano, 2014; 2004). Nesse sentido, o enfraquecimento da seguridade social compromete o bem-estar dos idosos e a estrutura de cuidado intergeracional. Outrossim:

O prolongamento da vida humana é, sem dúvida, um ganho coletivo, mas também tem se traduzido em um perigo, um risco, uma ameaça à reprodução da vida social. Os custos da aposentadoria e da cobertura médico-assistencial da velhice são apresentados como indicadores da inviabilidade de um sistema que, em futuro próximo, não poderá arcar com os gastos de atendimento, mesmo quando a qualidade dos serviços é precária, como no caso brasileiro (Debert, 2004, p.23).

Apesar dos avanços legais e institucionais, Camarano (2014) afirma que “as políticas públicas para a população idosa ainda não alcançaram a capilaridade necessária para responder, de forma eficaz, à heterogeneidade do processo de envelhecimento no Brasil”.

2.3.2 Políticas Públicas no Estado do Amazonas

A proteção jurídica à pessoa idosa no Brasil se estrutura em múltiplos níveis federativos, refletindo o compromisso do Estado com os princípios da dignidade humana, da equidade e da

justiça social. Em nível federal, a Constituição Federal de 1988 reconhece os idosos como sujeitos de direitos no âmbito da seguridade social, prevendo políticas específicas de amparo e proteção (art. 230). Esse arcabouço é reforçado por legislações infraconstitucionais como o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003), que consolida direitos nas áreas da saúde, assistência, previdência, transporte, moradia e participação social. Em consonância com essas diretrizes, a Constituição do Amazonas (1989) contempla os direitos da população idosa, estabelecendo, em seu artigo 4º, inciso VI, que o estados e os municípios devem assegurar o pleno exercício dos direitos sociais, incluindo a proteção à maternidade, à infância, ao idoso, à pessoa com deficiência e ao desamparado. Essa articulação normativa mostra a importância de políticas públicas intergovernamentais que considerem as especificidades territoriais, como ocorre nos municípios interioranos da Amazônia, onde a população idosa enfrenta barreiras no acesso a direitos fundamentais e serviços públicos essenciais.

É importante comentar que referente as políticas públicas, o primeiro marco legal voltado exclusivamente à proteção dos direitos das pessoas idosas no Amazonas foi a Lei nº 2.422, de 19 de novembro de 1996. A partindo desse ponto foi criado o Conselho Estadual, com o objetivo de assegurar os direitos sociais da população idosa e fomentar sua autonomia, integração e participação ativa na sociedade. No entanto, como observa Lisbôa (2011), essa legislação acabou sendo negligenciada pelo poder público, permanecendo inoperante por vários anos. Segundo a autora, nada foi concretizado e a Política Estadual ficou estagnada até o ano de 2004, quando foi regulamentada uma nova publicação da Política Estadual do Idoso através da Lei n.º 2.887/04, efetivando o Conselho Estadual” (Lisbôa, 2011).

Conforme Lei nº 8842/1994 e Lei 10.741/2003, compete ao Conselho, a formulação, coordenação, fiscalização e avaliação das Políticas voltadas à Pessoa Idosa, zelando pelo cumprimento dos seus direitos dispostos nas legislações de referência.

As políticas públicas voltadas para aos longevos do Amazonas têm se consolidado, especialmente quando a Política Estadual do Idoso foi estabelecida pela Lei nº 2.887 de 2004. Conforme o Art 2, fundamenta-se em princípios que asseguram à pessoa idosa o pleno exercício de seus direitos fundamentais, reconhecendo que a velhice é um direito personalíssimo e sua proteção, um direito social. Considera o idoso como portador de saberes essenciais para o desenvolvimento cultural, social, político e econômico da sociedade, e afirma que a idade, isoladamente, não é considerada obstáculo para a realização de qualquer ato inerente à condição humana. Reafirma o dever da família, do Estado e da sociedade em garantir à pessoa idosa a cidadania plena, assegurando sua dignidade, bem-estar e o direito à vida. Reconhece, ainda, que o envelhecimento é uma questão que diz respeito à sociedade como um todo, devendo ser alvo

de conhecimento e divulgação. Defende que o idoso deve ocupar posição central como sujeito ativo e destinatário das transformações propostas pela Política Estadual, entendendo o ser humano como alguém em constante evolução e com permanente capacidade de aprender. Por fim, destaca que as desigualdades sociais e econômicas, especialmente as existentes entre o meio rural e o urbano, devem ser consideradas nas ações do poder público e da sociedade na efetivação dessa política.

O Amazonas, em sua dimensão geográfica e cultural, enfrenta desafios distintos, que exigem uma abordagem integrada e adaptada às peculiaridades da região. Entre os principais elementos dessa política, destaca-se a criação de programas e a articulação de ações que visam garantir direitos, promover a inclusão social e a autonomia dos idosos, especialmente nos municípios de difícil acesso, como os do interior do Amazonas.

No contexto regional, o Amazonas, embora enfrente desafios estruturais em razão de sua extensão territorial, desigualdades socioeconômicas e limitações logísticas, tem aderido às diretrizes nacionais por meio da atuação de órgãos como a Secretaria de Estado da Assistência Social (SEAS) e a Secretaria de Estado de Saúde (SES-AM). Estas instituições têm implementado programas voltados ao atendimento da população idosa, sobretudo por meio de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), ações de saúde da família, e campanhas educativas voltadas à valorização da pessoa idosa (Governo do Amazonas, 2023).

A Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS) e a Secretaria de Estado de Saúde (SES-AM), têm papel fundamental na implementação de políticas públicas voltadas para a saúde e bem-estar dos longevos, com a criação de serviços especializados, como a Rede de Atenção à Saúde do Idoso, que busca proporcionar uma assistência integral e humanizada. A saúde mental e os cuidados paliativos são áreas de atenção, dado o aumento da longevidade da população e o impacto do envelhecimento nas condições de vida dessa parcela da sociedade.

Em 15 de outubro de 2019, foi publicada a Lei Delegada n.º 122/19 que se refere a Reforma Administrativa no âmbito do Governo do Amazonas, e onde a Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJUSC), passa a ser a gestora oficial da política estadual do idoso. Entretanto, devido as mudanças na Gestão Governamental, as alterações na Lei especificamente não foram efetivadas, o que vem sendo abordado em pauta no Conselho Estadual do Idoso para que essa mudança se efetive.

Em relação ao aspecto cultural, o Estado tem se empenhado em fomentar a participação ativa dos idosos nas manifestações culturais locais. Programas de valorização da memória e da história, muitas vezes ligados às raízes indígenas e ribeirinhas da população amazonense, têm dado visibilidade à contribuição dos longevos para a preservação da identidade regional. O

apoio à realização de eventos culturais e à integração dos idosos na produção e fruição de arte, música e dança contribui para a construção de um envelhecimento ativo e com menos estigmas relacionados à velhice. O apoio à participação cultural dos idosos no Amazonas é fortalecido por programas de valorização da memória e das práticas culturais, como o “Cultura em Movimento” e as festividades relacionadas à cultura popular amazônica. Tais programas visam integrar os idosos nas atividades culturais locais, reforçando sua identidade e garantindo seu protagonismo nas expressões artísticas da região (Silva; Araújo, 2020).

Programas como Pé na Estrada, Abrigo Transitório, Envelhecer no Território, Projetos Raízes, objetiva-se interiorizar os serviços, ao fortalecer as identidades culturais, especialmente das populações indígenas, e oferece abrigo emergencial. Além disso, os projetos promovem a valorização cultural, o acesso a cuidados essenciais e garantem um envelhecimento seguro e protegido, mesmo em áreas remotas do estado. Essas ações demonstram um esforço de interiorização consistente e intersetorial, conforme previsto no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), fortalecendo redes de atenção e enfrentamento à violência.

Considerando a existência de múltiplas formas de violência que afetam a população longeva, é fundamental identificar e caracterizar cada tipo de violação de direitos. Neste sentido, o Governo do Estado elaborou uma cartilha de “Enfrentamento a violência contra a pessoa idosa”, que apresenta diversas configurações de violência. Sendo que a violência física envolve o uso intencional da força com o objetivo de ferir, podendo ou não deixar marcas visíveis e, em casos extremos, levar à morte. A violência sexual ocorre quando, por meio de coerção, força ou influência psicológica, uma pessoa é forçada a participar de atos sexuais contra sua vontade, sendo possível identificar sinais como medo de ser tocado, infecções genitais recorrentes, roupas íntimas rasgadas ou ensanguentadas. Já a violência psicológica se manifesta por meio de atitudes de desprezo, humilhação e isolamento social, resultando em sofrimento emocional, tristeza e depressão.

O abandono representa uma forma extrema de negligência, sendo comum em ambientes hospitalares, quando o idoso é deixado sem amparo por seus familiares. A negligência, por sua vez, é a recusa ou omissão de cuidados, por sinais como desnutrição, má higiene e ausência de assistência à saúde. Por fim, a violência econômica, financeira e patrimonial é ao uso indevido ou ilegal dos recursos financeiros da pessoa idosa, configurando exploração e desrespeito à sua autonomia. “Violência contra a pessoa idosa é qualquer ação ou omissão, praticada em local público ou privado, que lhe cause morte, dano ou sofrimento físico ou psicológico” (Estatuto do idoso, cap. IV, art. 19,1, 2003).

A Lei nº 6.586, de 27 de novembro 2023, institui ações de enfrentamento à violência contra o idoso no Amazonas. Para beneficiar a população idosa, o Governo do Amazonas, por meio da SEJUSC, lançou um novo projeto de apoio à rede de atendimento e enfrentamento à violência contra a pessoa idosa. O “EnvelheSER 60+⁴” atualiza as políticas e assistência para o público. A iniciativa tem três eixos de atuação: atendimento às vítimas de violência e garantia de direitos; prevenção e enfrentamento à violência, e com interiorização das políticas; promoção da saúde, bem-estar, e autonomia financeira. Para cada eixo, a SEJUSC vai desenvolver estratégias de forma coordenada. Com o objetivo de proporcionar suporte financeiro para a implantação, manutenção e desenvolvimento de planos, programas, projetos e ações voltadas aos idosos, o governo do Estado deferiu o Fundo Estadual do Idoso, por meio da Lei nº 4.737, em 7 de dezembro de 2018.

É importante citar que em 2022, foi instituída a Política Estadual para o estímulo da atividade de cuidador de idosos, e dá outras providências. Esta política foi decretada por meio Lei nº 6.101 de 13 de dezembro de 2022, e tem como princípios a proteção dos direitos humanos da pessoa idosa, o respeito, a solidariedade e a promoção da qualidade de vida em suas múltiplas dimensões, individual, familiar e social. Entre seus objetivos, destacam-se a formação e valorização de cuidadores, a qualificação da atenção prestada aos idosos e a ampliação do reconhecimento dessa profissão por meio de ações educativas e incentivo à criação de fóruns e espaços de debate sobre o cuidado (Governo do Amazonas, 2022).

A Lei nº 6.175 de 2023, originada no Projeto de Lei nº 311 de 2021, estabelece diretrizes voltadas à formação e capacitação em empreendedorismo de mulheres idosas ativas no interior do Amazonas. A legislação tem como propósito criar um ambiente propício para o acesso qualificado a linhas de microcrédito e assistência financeira, impulsionar o desenvolvimento regional com base em oportunidades locais e promover a inclusão econômica desse público (Amazonas, 2023). Além disso, busca apoiar projetos empreendedores liderados por mulheres idosas, fomentar a criação de novos negócios, viabilizar a inserção no mercado de trabalho com qualificação e inclusão social, além de fortalecer sua independência econômica, cultural e familiar. Também se destaca a promoção da autonomia de mulheres idosas vítimas de violência doméstica ou familiar.

⁴ O programa “EnvelheSER 60+” consiste em uma iniciativa voltada ao fortalecimento da rede de proteção e enfrentamento à violência contra a pessoa idosa, coordenada pela Secretaria Executiva Adjunta de Direitos da Pessoa Idosa (SEADPI), vinculada à SEJUSC. O projeto atua em três eixos principais: garantia de direitos e atendimento às vítimas, prevenção e enfrentamento à violência com interiorização das políticas públicas, além da promoção da saúde, do bem-estar e da autonomia financeira da população idosa, em consonância com os princípios estabelecidos pelo Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003).

Em 2025 a Assembleia Legislativa do estado do Amazonas institui a Política Pública do Cuidado no âmbito do Amazonas por meio da Lei nº 7.367, de 14 de janeiro de 2025.

Art. 1º Fica instituída a Política Pública do Cuidado no âmbito do Estado do Amazonas, com o objetivo de garantir a proteção, a promoção e a valorização do cuidado com pessoas em situação de vulnerabilidade, incluindo crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e outras populações que necessitem de cuidados especiais.

2.1.1 Políticas Públicas e iniciativas direcionadas aos longevos de Tefé

Em consonância com as diretrizes nacionais e estaduais, e de Tefé, observa-se um processo de adesão gradual a esse marco normativo, implementando medidas relevantes para a população longeva, seguindo princípios de promoção do envelhecimento ativo, inclusão e assistência social, embora ainda marcado por desafios estruturais e institucionais. Uma das lacunas críticas identificadas refere-se à ausência histórica de uma ILPIS. Em 2022, o Ministério Público do Estado do Amazonas (MP-AM) recomendou formalmente à Prefeitura de Tefé a criação de uma ILPIS, após constatar que idosos estavam sendo acolhidos indevidamente em instituições destinadas a pessoas com deficiência, violando os princípios do Estatuto do Idoso e as diretrizes da Resolução RDC nº 283/2005 da ANVISA, que regulamenta o funcionamento dessas instituições (Anvisa, 2005; MP-AM, 2022a).

Em resposta a essa recomendação, o município firmou, em novembro de 2022, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o MP-AM, comprometendo-se a elaborar um plano de ação, com cronograma de execução e relatórios periódicos, visando à implementação efetiva da ILPI. O descumprimento do acordo implicaria em sanções administrativas e judiciais (MP-AM, 2022b).

Segundo a Anvisa, as ILPIs são instituições governamentais ou não governamentais, de caráter residencial, destinadas ao domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar e em condições de liberdade, dignidade e cidadania. As normas de funcionamento estão estabelecidas na Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) 283, de 26 de setembro de 2005 (MPAM, 2022).

A informação que se obteve através da SEMASC, é que atualmente a ILPS já está em funcionamento no município de Tefé. Todavia, não foi possível encontrar dados que informem a data de inauguração deste equipamento. Tefé tem desenvolvido estratégias de promoção do envelhecimento ativo e do fortalecimento de vínculos sociais, alinhadas à PNSPI e às diretrizes da Política Nacional do Idoso. No qual de acordo com a Lei Nº 002 de 05 abril de 2024, dispõe sobre a inauguração do Centro de Convivência do Idoso (CCI) do Município de Tefé denominado “Prefeito Manuel Armando da Silva Retto” (Figura 6), que proporciona um espaço

para atender mais de 150 idosos com atividades físicas, oficinas culturais, hidroginástica, ações psicossociais e rodas de conversa. Essa iniciativa, vinculada à SEMASC, segue os moldes preconizados pela tipificação nacional dos serviços socioassistenciais no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 86, inc. VI, da Lei Orgânica do Município de Tefé, atuando na perspectiva preventiva e no estímulo à autonomia (Prefeitura de Tefé, 2024).

Figura 6. Centro de Convivência do Idoso da Cidade de Tefé/AM



Fonte: tefenews.com.br

Segundo o art. 3 da Lei 002 de 05 de abril de 2024, o CCI tem como competências possibilitar ao longo tempo a oportunidade de conviver com pessoas do mesmo ciclo geracional, no intuito de interação, troca de experiências, conhecimentos, formação de novos vínculos sociais e afetivos, vivenciar momentos de cultura e lazer, fomentar a participação e a integração social dos longevos, inclusive por meio de organizações da sociedade civil de caráter representativo e proporcionar ao longo tempo o conhecimento sobre seus direitos, sobre serviços, programas e projetos relacionados a assistência a pessoa idosa, com base na Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, o Estatuto do Idoso.

Segundo Debert (2004), na última década no Brasil uma proliferação de programas voltados aos longevos, como escolas abertas, universidades para a terceira idade e os grupos de convivência para as pessoas idosas, e todos estes programas e espaços vieram por encorajar a busca da autoexpressão e a exploração de identidades, antes exclusivo para pessoas jovens, hoje possibilitam espaços aos longevos estimulando novas experiências de forma coletiva o que indica que a sociedade brasileira atual está sensível ao processo do envelhecimento.

O CCI, juntamente com a Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania coordena campanhas de sensibilização e enfrentamento à violência, como o “Junho Violeta”, e promove mutirões descentralizados, como a “Caravana da Justiça Social”, que oferecem serviços psicossociais, jurídicos e de cidadania com ênfase na população idosa. Neste ano de 2025, ocorreu uma caminhada partindo do CCI até a Praça Remanso do Boto e teve como lema

“Respeitar a pessoa idosa é tratar o futuro com respeito”, e esta ação reuniu dezenas de participantes de acordo com as informações do site de notícias (Portal do Maninho, 2025).

Existem serviços no Município que são ofertados pelos equipamentos CRAS I, CRAS II, CREAS e CRAM (Centro de Referência de Atendimento a Mulher) no atendimento a população, incluindo os longevos quando necessitam realizar seu Cadastro único, receber orientações sobre o BPC, no acesso a impressão da Carteira do Idoso, nos acompanhamentos através do serviço de PAIF e através de visitas domiciliares em caso de risco e vulnerabilidade social, além dos atendimentos especializados no combate as violações de direitos, considerando todos os níveis da assistência social da baixa a alta complexidade.

A Prefeitura de Tefé implantou em 2022, o projeto “Vida em Movimento na Melhor Idade”, promovido em parceria entre Equipe Multidisciplinar da Secretaria de Saúde e as Unidades Básicas de Saúde (UBS), atualmente denominadas de UFS (Unidade de saúde da família) conforme alteração do Cadastro Nacional de estabelecimento de Saúde (CNES). O programa oferece práticas corporais, acompanhamento de doenças crônicas e ações de educação em saúde voltadas à população idosa, reforçando o papel do SUS na promoção da qualidade de vida e na prevenção de agravos entre os longevos (Prefeitura de Tefé, 2022).

Outro avanço importante na atenção à saúde do idoso em Tefé foi a implementação, em 2023, de um serviço de odontogeriatria na Policlínica Santa Teresa, que passou a disponibilizar avaliação e instalação de próteses dentárias. E essa iniciativa responde à necessidade de reabilitação oral, frequentemente negligenciada, mas essencial para a saúde geral e o bem-estar psicossocial das pessoas idosas (Tefé News, 2023).

Tais ações é de caráter municipal e estão alinhadas às diretrizes da PNSPI, instituída pela Portaria MS nº 2.528/2006, cuja finalidade consiste em promover o envelhecimento saudável, preservar a funcionalidade e ampliar a autonomia da população idosa em âmbito nacional (Brasil, 2006). Contudo, a efetivação desses objetivos em contextos amazônicos, como o município de Tefé, enfrenta limitações que ultrapassam a esfera local.

El Kadri, Ferreira e Freitas (2024) destacam que o município de Tefé é estratégico na rede de atenção à saúde do Médio Solimões, especialmente no atendimento especializado à população da região. Contudo, a insuficiência de repasses financeiros e de pactuações intergovernamentais compromete a sustentabilidade dos serviços ofertados. A ausência de maior articulação entre município e Estado dificulta o sistema de referência e contrarreferência dos usuários, afetando principalmente o cuidado integral à população idosa. Esse cenário amplia desigualdades regionais, sobrecarrega a gestão municipal e evidencia a necessidade de fortalecimento das políticas públicas voltadas ao envelhecimento no contexto amazônico.

CAPÍTULO III – ETARISMO: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E IMPLICAÇÕES NA LONGEVIDADE

Este capítulo discute o etarismo a partir de suas dimensões históricas, sociais e culturais, compreendendo-o como um fenômeno que atravessa as experiências da longevidade e influencia os modos de viver, conviver e participar socialmente. Inicialmente, são abordadas as bases históricas relacionadas às heranças coloniais, patriarcais e excludentes que contribuíram para a construção de percepções negativas sobre a velhice. Em seguida, apresentam-se as definições, tipologias e formas de manifestação do etarismo nos diferentes espaços sociais. Posteriormente, o capítulo analisa o papel das representações sociais na adultez tardia, com destaque para os estereótipos, discursos e narrativas que permeiam o envelhecimento. Por fim, discutem-se as implicações do etarismo na vida dos longevos, considerando as especificidades socioculturais do contexto amazônico e suas repercussões na identidade, subjetividade e participação social. A partir deste capítulo, passam a emergir as narrativas das longevas participantes da pesquisa de campo, entrelaçando suas experiências às reflexões analíticas construídas ao longo do estudo. Para preservar suas identidades e, ao mesmo tempo, valorizar simbolicamente suas trajetórias, optou-se por identificá-las com nomes de flores da Amazônia, reconhecendo, em cada narrativa, singularidades, memórias e formas próprias de existir e resistir no processo de envelhecimento.

3.1 Flores da Amazônia e narrativas da longevidade

Assim como as flores que brotam na diversidade da floresta, cada longeva expressa modos próprios de existir, resistir e significar o envelhecer. Em diálogo com as discussões anteriores, essa escolha busca romper com leituras uniformizantes da velhice, a pluralidade de experiências que se desdobram no tempo, na memória e nas relações. Desse modo, as flores tornam-se metáforas vivas, ao acompanhar as narrativas que se seguem como expressões de continuidade, sensibilidade e existência no contexto amazônico.

Mas antes de trazer aspectos coletados sobre o etarismo através das falas que trouxeram suas contribuições a pesquisa, é importante enfatizar a seguinte questão norteadora: “quais configurações de longevidade eram inicialmente projetadas no percurso desta pesquisa, considerando a diversidade sociocultural que caracteriza o território amazônico?”

Partindo desse questionamento, e do reconhecimento da pluralidade sociocultural que contempla o território amazônico é possível compreender que a experiência da longevidade se inscreve em modos de vida distintos, nos quais os sujeitos longevos assumem funções

específicas no interior de suas comunidades, sendo reconhecidos a partir dos saberes, práticas e memórias que acumulam ao longo de suas trajetórias.

Nesse sentido, esperava-se encontrar os ribeirinhos, longevos frequentemente reconhecidos como aqueles que detêm um saber prático e simbólico vinculado ao território, sendo conhecedores dos ciclos das águas, das cheias e vazantes, e orientadores da vida comunitária. Aqueles que fazem da pesca ou da agricultura sua profissão e sustento, ou até mesmo aqueles que atuaram como seringueiros como meu avó Vicente Salazar, que trabalhou anos no seringal e depois se tornou pescador, passando tais conhecimentos as gerações posteriores. É isso que Diegues (2003) afirma sobre as populações tradicionais, no qual o conhecimento ambiental é construído ao longo das gerações e transmitido pelos mais velhos como patrimônio coletivo.

Por sua vez, ao deslocar o olhar para as comunidades indígenas, observa-se que o ancião, muitas vezes identificado como pajé ou tuxaua, ocupa um lugar central na organização da vida social, sendo responsável pela transmissão da memória, dos ritos e das cosmologias que sustentam a identidade do grupo. Sua experiência de vida é valorizada como fonte de orientação para as gerações jovens, fortalecendo vínculos culturais e comunitários. Em contraste, na sociedade contemporânea, marcada pela valorização da produtividade, da juventude e da rapidez. Dessa forma, refletir sobre o papel do ancião indígena permite compreender outras formas de perceber a longevidade, nas quais o envelhecer estar associado à sabedoria, pertencimento e reconhecimento social. Nesse sentido, os sistemas sociais indígenas se estruturam a partir de relações que valorizam a ancestralidade e a continuidade dos saberes, nas quais os mais velhos ocupam posição de referência coletiva.

Na mesma direção, ao considerar o universo caboclo, marcado pela confluência entre matrizes indígenas, africanas e europeias, os longevos, frequentemente chamados de patriarcas e matriarcas, representam a continuidade das experiências vividas e dos modos de adaptação à floresta. Esses sujeitos articulam saberes tradicionais e práticas cotidianas, reafirmando que os sentidos atribuídos à velhice são produzidos no interior das relações culturais e sociais, conforme a perspectiva interpretativa de Geertz (2008).

Do mesmo modo, nas comunidades quilombolas, o longo assume a condição de guardião da memória coletiva, sendo reconhecido como mestre ou mestra na transmissão de saberes que envolvem a história de resistência, territorialidade e identidade negra. Nessa perspectiva, Bosi (2004) contribui ao afirmar que a memória dos mais velhos não se limita à experiência individual, mas constitui um ponto de convergência de diferentes tempos e vivências, sendo fundamental para a continuidade social e cultural dos grupos.

Por conseguinte, os longevos brancos inseridos no contexto amazônico, percebe-se que estes frequentemente ocupam posições associadas à memória histórica dos processos de ocupação territorial e transformação social da região. Ainda que marcadas por trajetórias distintas, essas experiências se inscrevem na dimensão social do envelhecimento, que, conforme Minayo (2004), deve ser compreendido a partir das condições concretas de vida, das relações sociais e das desigualdades que atravessam os sujeitos.

Ao articular ribeirinhos, indígenas, caboclos, quilombolas, populações negras e brancas, é possível entender que a longevidade se configura como um espaço de produção de sentidos, de transmissão de saberes e de sustentação das relações coletivas. Os longevos configuram-se como pontes de memória e símbolos de continuidade cultural, mantendo vivo o legado de seus povos em uma região marcada pela multiplicidade e pela complexidade sociocultural.

3.2 O etarismo como expressão da herança colonial, escravocrata e patriarcal

O preconceito constitui-se como um mecanismo estruturante das relações sociais, operando por meio de classificações que antecedem o encontro com o outro e se apoiam em matrizes históricas enraizadas. Ao categorizar sujeitos a partir de atributos arbitrários, como idade, raça ou gênero, produz-se diferenciação e hierarquização, incidindo diretamente sobre os modos pelos quais identidades são socialmente reconhecidas ou deslegitimadas. Neste sentido, o preconceito e a discriminação participam da constituição das identidades sociais ao posicionar determinados grupos em lugares de inferiorização, sustentando dinâmicas que naturalizam desigualdades.

No Brasil, a herança colonial, escravocrata e patriarcal deixou marcas que ainda hoje se desdobram em práticas de racismo, sexismo, homofobia, xenofobia e capacitismo. A própria formação da sociedade brasileira se construiu por três pilares interligados: a colonização portuguesa, o sistema escravocrata e a lógica patriarcal (Schwarcz; Starling, 2015). Esses elementos moldaram as instituições sociais, a política e a cultura do país, além de produzirem desigualdades e violências simbólicas que persistem nas relações contemporâneas.

A colonização portuguesa impôs ao Brasil um modelo de poder patrimonial que diluiu a divisão entre público e privado em favor dos interesses particulares da elite (Holanda, 1995). Como bem observou Sérgio Buarque de Holanda, a chamada “cordialidade” do brasileiro não é sinônimo de gentileza espontânea, mas expressão de uma sociabilidade enraizada em relações pessoais altamente hierarquizadas, que naturalizam privilégios e dificultam a democratização.

No mesmo contexto, a escravidão africana se constituiu como organização econômica fundamental. No qual o Brasil tem o histórico de ser o país que importou africanos no tráfico

atlântico e o último a abolir formalmente a escravidão, em 1888. Porém, conforme Fernandes (1988), a abolição não promoveu uma ruptura verdadeira com o regime escravocrata, o que perpetuou o racismo estrutural e a marginalização da população negra. A chamada “democracia racial”, muito valorizada por Gilberto Freyre em “Casa-Grande & Senzala” (2003), acabou por encobrir as desigualdades raciais que ainda persistem. Fernandes (1988) enfatiza que a inclusão dos negros foi feita de forma subordinada, com a criação de mecanismos institucionais que os mantêm à margem das esferas de poder.

Por isso, a sociedade foi um terrível moinho de gastar gentes, uma massa de trabalhadores explorados, humilhados e ofendidos por uma minoria dominante, espantosamente eficaz (Ribeiro, 2022). Voltando ao contexto do patriarcado, este consolidou-se como matriz central da organização familiar, social e política. Na obra o senhor de engenho, retratado por Freyre (2003), além de um tipo social, era um símbolo da autoridade absoluta sobre terras, escravizados, mulheres e filhos. Esse modelo patriarcal não só sobreviveu à modernização, mas se adaptou, reproduzindo-se nas desigualdades de gênero, na violência contra mulheres e na precária valorização do trabalho feminino, tanto nas esferas formal quanto doméstica.

Essa herança histórica permanece no Brasil contemporâneo, nas estruturas fundiárias concentradas, na discriminação contra populações negras e indígenas, na subordinação das mulheres, na informalidade do trabalho e no clientelismo político. A naturalização dessas hierarquias representa um dos legados nocivos da história nacional, pois faz com que as desigualdades pareçam naturais, em vez de serem reconhecidas como fruto de escolhas e processos históricos específicos. Onde a elite intelectual e política frequentemente constrói narrativas que legitimam a desigualdade como inevitável, dificultando a identificação das raízes efetivas dos problemas sociais no Brasil (Souza, 2009).

No caso do Amazonas, essas formas de preconceito ganham contornos específicos, perpassada por um histórico de invisibilidade política e negligência institucional. Trata-se de uma região em que a diversidade étnica e cultural convive, contraditoriamente, com a exclusão e o silenciamento. Os povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas e migrantes internos enfrentam cotidianamente múltiplas barreiras para acessar direitos básicos, e são frequentemente reduzidos a caricaturas folclóricas ou tratados como sujeitos de menor valor (Lima, 2015).

Nesse cenário, não é muito diferente quando se refere ao preconceito por idade ou etarismo, no qual os avanços ocorrem de forma silenciosa, por vezes imperceptível, mas com efeitos corrosivos. Ao contrário de outras formas de discriminação que vêm ganhando maior visibilidade e enfrentamento social, o etarismo ainda se naturaliza sob discursos de aparente

cuidado, mas que, no fundo, negam aos idosos a condição de sujeitos de direitos, plenos e atuantes (Neri, 2014).

Mais do que um fenômeno isolado, o etarismo deve ser compreendido dentro de um quadro amplo e histórico, onde classe, etnia, território e gênero se confluem com a idade para desigualdades. A luta contra esse tipo de preconceito exige, portanto, mais do que campanhas de conscientização, impõe a necessidade de reconfigurar as formas de ver, tratar e incluir o longo tempo na vida coletiva.

3.3 Definições, tipologias e manifestações do etarismo

Inicialmente, compreender que o envelhecimento não se configura como um processo naturalmente penoso; ao contrário, as dificuldades associadas a essa etapa da vida decorrem, sobretudo, das construções sociais que produzem e legitimam o preconceito etário. Nesse sentido, Horvath Júnior e Queiroz (2024) argumentam que o etarismo se estabelece como uma forma de discriminação amplamente naturalizada, capaz de opor indivíduos entre si e de tensionar suas relações com a própria sociedade.

Essa discussão, é necessário, problematizar o papel dos estereótipos nesse processo. Isso porque, conforme indicam os autores, tais construções operam como ideias fixas que distorcem e generalizam características dos sujeitos, reduzindo a complexidade da experiência do envelhecer. Dessa forma, o preconceito etário passa a atuar como um mecanismo que limita comportamentos e produz enquadramentos sociais restritivos (Horvath Júnior; Queiroz, 2024).

A partir dessa perspectiva, é possível avançar na compreensão de que tais estereótipos são utilizados na intenção de representar a velhice de uma forma distorcida, além de produzirem efeitos concretos na vida dos longevos. Assim, ao se fundamentarem em visões negativas, acabam por sustentar práticas discriminatórias que favorecem o isolamento social e fragilizam as relações de convivência.

Nesse cenário, reconhecer que o envelhecimento não é compreendido de forma padronizada. Conforme discutem Horvath Júnior e Queiroz (2024), a experiência da idade avançada é perpassada por múltiplos marcadores sociais, como etnia, condições de saúde, gênero e situação socioeconômica, o que reforça sua natureza heterogênea. É justamente nesse ponto que o princípio da dignidade da pessoa humana se apresenta como eixo fundamental, ao exigir o reconhecimento da integridade física e psicológica, da autonomia e das condições dignas de existência. Observa-se que o preconceito etário se materializa de forma concreta quando a idade passa a ser utilizada como justificativa para as diversas formas de desigualdades. Tal dinâmica compromete o acesso a direitos e a dimensão estrutural desse estereótipo.

Neste sentido, é possível entender o etarismo a partir de uma representação social estereotipada que categoriza pessoas com base em sua idade, acarretando consequências que são extremas e prejudiciais, afetando a saúde física, social e mental dos indivíduos. Isso é confirmado com Berger (2017), quando a autora apresenta que o etarismo consiste em uma forma de estereotipar pessoas com base na idade, manifestando-se em diferentes fases da vida, com maior incidência e impacto quando direcionado às pessoas idosas. Essas formas de estigmas direcionadas aos longevos sustentam padrões pré-concebidos de concepções negativas e pejorativas associadas à incapacidade, improdutividade, doença e isolamento social, produzindo uma leitura social da velhice como encerramento da vida ativa (Bosi, 2004).

Ao serem abordados sobre vivências de tratamento diferenciado em razão da idade, emergem narrativas da presença de discursos normativos sobre o que é esperado na velhice, como é possível perceber na resposta de uma das participantes da pesquisa, denominada “Orquídea” quando fez-se a ela a seguinte pergunta: “Você já sentiu que foi tratado de forma diferente por causa da sua idade?” e ela respondeu, *“Minha cunhada falou: Porque, na minha idade, é pra estar em casa. Eu digo: Negativo. Na minha idade é que é pra mim sair”* (Entrevistada Orquídea). A fala de Orquídea explicita a tentativa de enquadramento do comportamento do sujeito longo a padrões socialmente estabelecidos, nos quais a velhice é associada à retração do espaço público e à limitação da participação social. Ao mesmo tempo, sua resposta é um movimento de resistência identitária, no qual a participante recusa essa imposição e reafirma sua autonomia. Tal dinâmica reflete que a identidade na longevidade é construída em tensão com as representações sociais que buscam delimitá-la.

Apesar de existirem pessoas em pleno século XXI que entendem a velhice como um isolamento dentro de casa, a fala desta longeva destaca um envelhecimento ativo e participativo, no qual vai contra as representações sociais da velhice estabelecidas ao longo dos séculos. Considerando que as representações sociais refletem e organizam a realidade, conferindo sentidos compartilhados que orientam percepções, condutas e julgamentos (Moscovici, 1978). No campo do envelhecimento, tais representações tendem a se cristalizar em estereótipos persistentes, como a associação da velhice à fragilidade física, à improdutividade econômica, à dependência social ou, em um polo aparentemente positivo, à ideia de uma sabedoria inata e homogênea, que desconsidera a pluralidade das trajetórias individuais.

Além dessas representações sociais, é acrescentado o etarismo, enquanto fenômeno que abrange atitudes negativas, que se expressam desde manifestações interpessoais, como comentários e julgamentos cotidianos, até práticas institucionais que restringem direitos e oportunidades. Nesse sentido, a experiência relatada no campo mostra situações aparentemente

banais do cotidiano, como no caso da participante da pesquisa, chamada aqui de “Hibisco” ao responder a pergunta: “Você já sentiu que foi tratado de forma diferente por causa da sua idade?”, ela diz: *“É, ia viajar pra cá, pra Tefé, né? Eu tava no tratamento lá. Eu tava na casa do meu filho lá, né? Aí ele me deixou a bordo, aí eu fiquei lá. O homem não quis que nós passássemos com uma caixinha assim, né? Ele disse: ‘ainda mais essa velhinha aqui’”* (Entrevistado Hibisco). Esse relato indica uma forma de discriminação baseada na idade, na qual a condição de “velhinha” é utilizada como justificativa para limitar o acesso e a mobilidade da naturalização de práticas etaristas em espaços públicos, o que claramente hoje se configura como uma discriminação que afeta os direitos estabelecidos por lei.

Tal situação dialoga com o que é previsto no Estatuto da Pessoa Idosa (2022), cujo Art. 96 tipifica como crime a discriminação que dificulta o acesso da pessoa idosa a serviços e direitos fundamentais. A aproximação entre o dado empírico e o dispositivo legal apresenta um descompasso entre a garantia normativa e a experiência vivida. Além disso, a discriminação impõe estigmas que incidem diretamente sobre a imagem e a autoestima dos longevos. Sobre isso, Beauvoir (2018) destaca que a velhice é frequentemente marcada por uma percepção social negativa, na qual o corpo envelhecido passa a simbolizar declínio e perda de valor.

As falas mostram como tais representações são internalizadas, influencia a forma como os sujeitos percebem a si mesmos, um exemplo disso, está na resposta da participante da pesquisa, chamada aqui de “Vitória-Régia”, quando respondeu a seguinte pergunta: “Você sente que sua identidade mudou ao longo dos anos? Como?”, a participante respondeu: *“É, eu mudei porque a gente vai ficando mais idosa, vai ficando mais acabada, né?”* (Entrevistada Vitória-Régia). Nesta fala de Vitória-Régia, percebe-se um processo de incorporação dos discursos sociais sobre o envelhecimento, nos quais a velhice é associada à deterioração e à perda. Trata-se de um movimento em que a identidade passa a ser perpassada por significados socialmente produzidos, ao indicar que o etarismo opera no plano subjetivo, influenciando a autoimagem e os sentidos atribuídos ao próprio envelhecer. Aqui é evidente ver que o etarismo nem sempre é externo, mas é interno, ou seja, a forma como a longeva se percebe apresenta argumentos de que a idade está associada ao desgaste físico.

Na subjetividade, o etarismo impacta a construção da identidade e da autoestima na adultez tardia. A internalização de estereótipos negativos como a associação entre velhice e incapacidade, produz a inutilidade, medo da dependência e retraimento social, o que afeta o bem-estar psicológico e a percepção de si. Neri (2014) apresenta os processos que contribuem para o chamado “autoetarismo”, no qual o próprio idoso passa a reproduzir discursos desvalorizadores sobre o envelhecer, ao limitar suas possibilidades de ação e participação.

Durante as entrevistas foi possível observar que metade das longevas se percebem a partir do que consideram deterioração de seus corpos, com expressões de “tudo caído”, “muitas rugas”, ou associando as comorbidades que afetam a saúde nesta fase da vida.

O etarismo, é uma forma de violência simbólica e estrutural que impacta negativamente o modo como os sujeitos longevos vivenciam o envelhecimento nas diferentes esferas da vida social. Esse termo foi criado por Robert Butler na década de 1960 e refere-se tanto a atitudes negativas quanto a práticas institucionais que marginalizam os mais velhos, desqualificando sua participação na vida pública e privada (Neri, 2018). No Brasil, embora ainda não se tenha instituído uma política pública nacional específica voltada ao enfrentamento do etarismo, o ordenamento jurídico e as políticas sociais existentes oferecem dispositivos que contribuem para a garantia dos direitos da pessoa idosa e para a valorização de sua presença nos espaços sociais, políticos e culturais (Veras, 2021).

3.4 Representações sociais na adultez tardia: estereótipos e narrativas sociais

A cultura, enquanto dimensão constitutiva da vida social, não é compreendida como algo dado ou estático, mas como um processo contínuo de produção da existência humana. Nesse sentido, Santos (2007) argumenta que a cultura surge das relações estabelecidas entre os sujeitos e o meio em que vivem, bem como das interações que constroem entre si, configurando-se como expressão do modo como percebem, vivem e significam o mundo. Tal compreensão permite deslocar a cultura de uma perspectiva essencialista para uma abordagem dinâmica, na qual os sentidos são constantemente produzidos e reelaborados no cotidiano.

Santos (2007) destaca que o interesse analítico pela cultura envolve uma pluralidade de temas que incluem a cultura popular, o folclore, as expressões étnicas, as relações de gênero, as práticas religiosas e as diversas formas de manifestação artística, como a música, a literatura e a poesia. Assim, a cultura não se limita a um campo específico, mas se expande como um conjunto de práticas simbólicas que estruturam os modos de viver e de interpretar a realidade.

É possível compreender que as produções culturais estão diretamente relacionadas às formas de identificação e pertencimento social. Isso porque, conforme Santos (2007), os sujeitos constroem suas identidades a partir das relações que estabelecem com os territórios que habitam e com os significados socialmente atribuídos a esses espaços. Assim, a cultura passa a operar como um campo no qual se produzem tanto reconhecimentos quanto estigmatizações.

Nessa mesma direção, os efeitos dessas representações incidem diretamente sobre o sentimento de pertencimento dos moradores de determinado lugar. Diante disso, observa-se que determinados territórios são influenciados por representações sociais que impactam diretamente

a forma como seus moradores são percebidos e se percebem, que o próprio local do campo de pesquisa, já sofreu diversas formas de discriminação. Santos (2007) relata que a dinâmica ao apontar que jovens de determinados bairros, como o Abial, por vezes ocultam sua origem territorial ao circularem em outros espaços da cidade, como estratégia para evitar rótulos e estigmas associados à violência ou à sexualidade. Esse movimento, a cultura é perpassada por relações de poder, nas quais determinados grupos e territórios são marcados por significações negativas que influenciam processos de identidade e pertencimento.

Mas essa construção da imagem social do bairro do Abial foi sendo historicamente marcada por representações negativas, especialmente por parte de moradores de outras áreas da cidade. Essa percepção está associada a um episódio ocorrido no início da década de 1970, durante uma festividade local, no qual um conflito resultou em morte e ferimentos (Santos, 2007). A partir desse acontecimento, o bairro passou a ser progressivamente associado a situações de violência, contribuindo para a consolidação de processos de discriminação territorial que perduram ao longo do tempo.

A análise das dinâmicas sociais que perpassa o bairro do Abial, mostra que os processos de discriminação territorial não se configuram como fenômenos pontuais, mas como construções históricas que permanecem atuantes no presente. Essa problemática, é possível observar que essas percepções se expressam na forma como o próprio bairro é reconhecido dentro da cidade.

Por frequentar o bairro Abial desde criança nas idas e vindas entre as visitas a casa dos meus avós, sempre ouvi a expressão vamos para a cidade, uma referência a travessia ao restante dos bairros de Tefé como o centro, como se o Abial não fosse parte da mesma cidade. Além de ouvir pessoas de outros bairros que faz referência de que no Abial só tem homossexuais ou zagaieiros⁵, esta última reforçando o acontecimento citado anteriormente sobre um conflito que houve em 1970. Como apresenta Santos (2007) em sua pesquisa de campo, no qual ele demonstra que muitos sujeitos residentes no bairro Abial, não se reconhecem plenamente como parte da cidade de Tefé, sobretudo em razão das experiências de discriminação vivenciadas.

⁵O termo “zagaieiros” deriva de “zagaia”, instrumento tradicional de pesca amplamente utilizado na região amazônica, geralmente composto por uma haste longa de madeira com ponta metálica afiada, empregado na captura de peixes em rios, lagos e igarapés. Historicamente, a expressão refere-se aos pescadores que utilizam essa técnica, atividade associada a conhecimentos empíricos sobre os ciclos das águas, os hábitos dos peixes e a dinâmica ambiental amazônica, constituindo importante prática cultural e de subsistência das populações ribeirinhas. Contudo, no contexto mencionado, o termo passou por um processo de resignificação pejorativa, sendo utilizado de forma discriminatória e ofensiva em referência aos moradores do bairro Abial. Tal uso relaciona-se a estigmas sociais e a conflitos históricos ocorridos na década de 1970, isso reforça processos de preconceito territorial e marginalização social.

Nesse sentido, a pesquisa de campo indica que tais fatores continuam a repercutir nas relações sociais, fazendo com que os moradores do bairro ainda sejam alvo de estigmatização por parte de habitantes de outras áreas da cidade, manifestando-se de maneira sutil e, por vezes, naturalizada (Santos, 2007).

Conforme apontam os dados empíricos, há uma ausência de consenso quanto ao status do Abial, sendo ora compreendido como parte integrante de Tefé, ora reduzido a uma localidade periférica e dependente dos recursos urbanos centrais (Santos, 2007). Essa ambivalência mostra disputas simbólicas sobre o território e diferentes formas de legitimação espacial.

Em contrapartida, observa-se o fortalecimento de vínculos com o próprio bairro, onde as relações sociais se mostram intensas, próximas. Tal dinâmica indica que o pertencimento não se estabelece somente por delimitações geográficas, mas sobretudo pelas experiências sociais e afetivas construídas no cotidiano.

Por isso, entendemos as representações sociais como construções simbólicas que adquirem certa materialidade no cotidiano, circulando e se consolidando continuamente por meio das falas, gestos e interações sociais, de modo que as relações estabelecidas, os objetos produzidos, consumidos e as formas de comunicação, se encontram impregnadas por esses significados, ao mesmo tempo em que correspondem ao conteúdo simbólico elaborado e às práticas que o produzem e o sustentam, assim como ocorre com a ciência e os mitos em suas respectivas formas de produção social (Moscovici, 1978).

A partir dessa compreensão, é possível reconhecer que as representações sociais não operam como elementos abstratos ou distantes da realidade vivida, configurando-se como forças ativas que orientam percepções, organizam expectativas e regulam as formas de interação entre os sujeitos. No contexto do envelhecimento, essas representações assumem papel central na definição dos lugares sociais atribuídos aos longevos, influenciando diretamente os modos como são vistos, tratados e como passam a se perceber.

Nesse sentido, as imagens socialmente construídas sobre a velhice frequentemente associadas à fragilidade, dependência ou improdutividade, não emergem de forma neutra, sendo produzidas e reiteradas nas práticas cotidianas, nos discursos institucionais e nas relações interpessoais. Ao se cristalizarem no tecido social, essas representações passam a operar como referenciais normativos que delimitam o que é esperado do sujeito na adultez tardia, interferindo na sua participação social e na construção de sua identidade.

As imagens socialmente construídas sobre a velhice estão associadas à fragilidade, dependência ou improdutividade, não emergem de forma neutra, sendo produzidas e reiteradas nas práticas cotidianas, nos discursos institucionais e nas relações interpessoais. Ao se

cristalizarem no tecido social, essas representações passam a operar como referenciais normativos que delimitam o que é esperado do sujeito na adultez tardia, ao interferir na sua participação social e na construção de sua identidade. É nesse ponto que o etarismo se inscreve como expressão concreta dessas representações, traduzindo-se em práticas, discursos e atitudes que posicionam o longo em lugares de desvalorização, limitação ou controle, ao indicar que tais construções simbólicas representam a velhice, diretamente na forma como ela é vivida.

Essa dinâmica é visível nas experiências relatadas pelas participantes da pesquisa, nas quais o etarismo se manifesta cotidiana, como as representações sociais são incorporadas e reproduzidas, isso é percebido a fala das participantes da pesquisa intituladas aqui como “Maranta”, “Antúrio” e “Jasmim-do-mato”, ao responderem a pergunta: Você já sentiu que foi tratado de forma diferente por causa da sua idade? Como isso afetou a forma como você se vê? Pode contar um pouco sobre essa experiência?

Maranta respondeu: *“Quando eu cheguei para estudar no Mayara, algumas pessoas tiveram preconceito comigo pela idade que a gente tem. Ai eles ficaram assim: mas a senhora podia estar deitada na sua casa. Eu digo, não. Eu digo, não importa. Eu tenho minha hora de deitar, eu tenho minha hora de levantar. Em várias filas, assim, que você chega do banco, né? Assim que a gente, muitas vezes, vai lá, ele não deixa a gente passar na frente, né? Quando você passa na frente, ele diz. Ah, essa velha já tá na minha frente, essa velha é pra ir pra ali. Eles empurram a gente, né? E já aconteceu muitas vezes isso comigo também. Ah, a senhora tem que voltar lá pra trás.”* (Entrevistada Maranta).

Nesta fala é possível perceber uma tentativa de limitar o aprendizado a pessoa longa, e que essa oportunidade é direito somente aos jovens, como se o longo fosse impossibilitado de aprender, de se desenvolver, ou de adquirir conhecimentos. Da mesma forma, se percebe o etarismo que tenta impedir a prioridade que o longo tem por lei nas filas de atendimento em serviços públicos. Além da violência verbal e física no ato de utilizar o termo “velha” na intenção de ofender e no empurrar.

No caso de Antúrio afirma que: *“Um dia eu ia passando aí o rapaz disse: pra onde que essa velha vai?”* (Entrevistada Antúrio). Mas uma vez o termo “velha” está presente na intenção de ofender, mesmo sabendo que o processo de envelhecimento faz parte do desenvolvimento humano, falta empatia em muitas pessoas jovens no tratamento aos que possuem uma idade avançada.

Nesta situação Jasmim-do-mato relatou: *“A minha cunhada, a Maria, ela disse: Menina, volta pra tua casa, vai cuidar de teus filhos, o quê que tu faz pela casa alheia? Eu disse: Maninha, eu não tô na casa alheia, não. Eu estou dentro do que é meu. Ela disse: não,*

mas tu tem que cuidar do teus filhos. Eu disse: olha eu não tenho mais filho pequeno não, eu não tenho mais marido, não tenho mais ninguém que me bate, eu quero cuidar é da minha vida, quero cuidar da minha vida.” (Entrevistada Jasmim-do-mato)

Neste relato a longeva detalha uma crítica direcionada aos cuidados da família, no qual sua cunhada acredita que nesta fase ela deveria continuar cuidando dos filhos já adultos que ainda residem na sua casa. Essa crítica traz uma importância aos outros, isso torna a longeva invisível diante da necessidade de atenção e cuidado. Outro fato importante é que na sua resposta a longeva destaca uma vida conjugal de violência, e que somente agora olha para si e para o seu cuidado pessoal quando afirma “quero cuidar da minha vida”.

Um ponto muito interessante que a longeva relatou em outro momento, foi que usava bengala e sentia muita dor nas pernas, mas após começar a participar das atividades no CRAS II melhorou sua mobilidade e hoje não necessita da bengala e que não falta porque gosta de encontrar com as amigas. O que reforça a importância de locais que promovam a qualidade de vida, a prática de exercícios e a interação social.

Tais falas indicam que o etarismo se concretiza em múltiplos espaços entre eles educacionais, serviços de atendimento ao público, familiares e nas interações cotidianas, e as representações sociais sobre a velhice atravessam diferentes dimensões da vida social. Ao serem nomeadas como “velha” de forma pejorativa, ao terem seu direito de prioridade negado ou ao serem interpeladas sobre seus modos de viver, as participantes vivenciam processos de deslegitimação que não se restringem ao plano individual, estando ancorados em construções simbólicas amplamente compartilhadas. Nesse contexto, as representações sociais operam como matrizes de sentido que sustentam práticas etaristas, ao mesmo tempo em que são continuamente reafirmadas por elas, configurando um ciclo no qual significados e ações se retroalimentam na produção da experiência do envelhecer.

No decorrer das observações, ao conversar com uma longeva, ela relatou que antes de vir participar das atividades no CRAS II estava com depressão, não queria sair de casa, não queria falar com outras pessoas, tomava remédios que constantemente tinham efeitos colaterais nos quais ela sentia muito sono. Mas depois que começou a participar das atividades sua forma de perceber a vida foi mudando, e só o fato de conversar com outras pessoas lhe proporcionava felicidade. Este isolamento em casa que esta pessoa relata é a realidade de muitos que estão passando pela mesma fase. As longevas que com quem conversei sempre falavam “eu chamo minha vizinha”, “minha cunhada”, e outras pessoas “para participar das atividades dos idosos”, “mas eles não querem”.

A mídia, os discursos biomédicos e as políticas públicas desempenham papel central na reprodução de narrativas seja no incentivo ou na desmotivação. Ainda que documentos internacionais, como o marco do Envelhecimento Ativo da Organização Mundial da Saúde - OMS (OMS, 2005), traz uma visão ampla e participativa da longevidade, persiste uma tensão entre discursos normativos e experiências concretas. Debert (2004) aponta que o envelhecimento tem sido frequentemente tratado como problema social ou ônus econômico, o que reforça leituras homogeneizantes e pouco sensíveis às desigualdades de classe, gênero, território e cultura que atravessam a experiência de envelhecer.

Essas representações, não se manifestam de maneira uniforme. Elas variam conforme os contextos históricos, geográficos e culturais, e assumi contornos específicos em sociedades urbanas, rurais e ribeirinhas. Na Amazônia, as narrativas sobre a velhice são perpassadas por modos de vida vinculados ao território, aos ciclos da natureza e às redes de parentesco e vizinhança. E esta realidade do território no Amazonas, inclusive em Tefé, considerando o bairro Abial, é possível ver uma proximidade entre as pessoas, onde na maioria se conhecem. Eu vejo muito essa experiência através do meu avô Vicente Salazar, que todos os dias sai de casa para comprar o pão ou a comida e no caminho sai cumprimentando as pessoas pelo nome.

Em comunidades ribeirinhas, a longevidade estar associada à memória coletiva, ao conhecimento prático da floresta e dos rios e à participação ativa na vida comunitária, tensionando a ideia urbana de improdutividade na velhice (Diehl; Langdon, 2017). Ainda assim, essas leituras convivem com processos contemporâneos de marginalização simbólica, intensificados pela urbanização, pela precarização das políticas sociais e pelo enfraquecimento das formas tradicionais de transmissão de saberes.

Descrever como essas representações se apresentam, implica reconhecer seu caráter ambíguo e contraditório. Se, por um lado, o idoso é idealizado como guardião da memória e da tradição, por outro, é frequentemente excluído dos espaços de decisão e participação social.

De acordo com Moscovici (1978), as representações sociais configuram-se como um dos principais caminhos pelos quais os sujeitos apreendem o mundo concreto, não sendo escolhas arbitrárias, mas construções que mobilizam possibilidades socialmente disponíveis. E a partir dessa compreensão, é evidente que aquilo que se pensa sobre o envelhecimento não surge de forma isolada, mas ser sustentado por repertórios coletivos que orientam a leitura da realidade. Assim, o etarismo passa a ser compreendido como efeito dessas mediações simbólicas, que organizam percepções e legitimam determinadas formas de tratamento direcionadas aos longevos.

E ainda existem influências de campos como a ciência, a técnica e a filosofia, constituindo-se tanto como prolongamento quanto como contraponto a esses saberes que atravessam as representações sociais (Moscovici, 1978). Nesse movimento, percebe-se que os discursos sobre a velhice reproduzem conhecimentos científicos e reinterpretam segundo as experiências sociais. Isso explica por que, mesmo diante de avanços nas concepções sobre envelhecimento ativo, persistem visões negativas sobre a mesma fase da vida humana.

Mais do que refletirem interpretações já dadas, essas articulações são como o sujeito se constitui em meio a disputas de sentidos, nas quais determinados significados sobre o envelhecer ganham centralidade, enquanto outros permanecem secundarizados. Desse modo, a experiência da longevidade passa a ser perpassada por referências que orientam a forma de compreender o mundo e os limites e possibilidades de se posicionar nele.

As representações sociais se aproximam de noções como opinião, atitude e imagem, constituindo uma organização psicológica singular nas sociedades contemporâneas (Moscovici, 1978). Essa proximidade é como o etarismo se manifestar de maneira naturalizada, diluído em opiniões cotidianas e discursos aparentemente inofensivos, mas que, ao serem compartilhados, consolidam expectativas limitadoras sobre os sujeitos longevos.

Mais do que orientar comportamentos, as representações sociais reconfiguram o ambiente em que esses comportamentos ocorrem, atribuindo sentido às relações e estabilizando práticas sociais (Moscovici, 1978). Assim, o etarismo influencia atitudes individuais e estruturar o próprio espaço social, definindo lugares, papéis e possibilidades de participação, o que impacta diretamente a forma como os longevos experienciam sua inserção na vida coletiva.

Mas algo muito importante que Moscovici (1978) apresenta, é que as representações sociais devem ser compreendidas como sistemas dinâmicos, que produzem comportamentos e relações com o meio, modificando-os continuamente. Dessa perspectiva, abre-se a possibilidade de pensar o etarismo não como uma realidade fixa, mas como um fenômeno passível de transformação, desde que novos sentidos sobre o envelhecer sejam produzidos e compartilhados nas tramas sociais em que a vida se desenrola.

É fundamental tensionar as narrativas hegemônicas sobre o envelhecimento, confrontando-as com as experiências reais dos idosos e com suas vozes historicamente silenciadas. Ao abrir espaço para memórias, trajetórias e formas de resistência cotidiana, especialmente em contextos amazônicos, é possível desestabilizar imagens sociais fixas e reconhecer a velhice como uma experiência plural, situada e perpassada por relações de poder. Tal movimento além de contribuir para o enfrentamento do etarismo, amplia as possibilidades

de compreender a longevidade como dimensão viva da experiência humana, e não como sinônimo de ausência ou perda.

Ao ser perguntando “Como a longeva percebe a mudança da identidade ao longo dos anos?”, Jasmim-do-mato relata: *“Porque antes eu vivia desprezada. Desprezada mesmo. Eu chorava de desprezo, porque não tinha quem ligasse pra mim, né? E se eu estivesse doente, eu mesma me arrastando ia pra beira do fogão pra fazer as coisas pra mim comer e beber. E os outros ainda diziam: É, deixa ela morrer”*. (Entrevistada Jasmim-do-mato). Neste relato, é possível observar a necessidade da rede de apoio, principalmente no ambiente familiar, nos casos em que a saúde se encontra fragilizada, em questões afetivas e na retribuição dos cuidados aos de idade avançada.

Na verdade, a adultez tardia não representa o fim da vida, mas uma continuidade ou para alguns longevos como a Sra. “Jasmim-do-mato”, representar o começo de uma vida que reflete em saúde e qualidade de vida. Principalmente quando suas responsabilidades não são direcionadas aos cuidados dos filhos ou das tarefas domésticas. E durante a entrevista essa longeva destaca que antes nunca teve a oportunidade de participar de atividades ou sociais, nos quais pudesse socializar, expressando uma convivência familiar muito rígida e limitada.

3.5 Vivências e repercussões do etarismo na longevidade

As repercussões do etarismo na experiência da longevidade é uma forma complexa no cotidiano das pessoas longevas, isso incidi diretamente sobre os modos de viver, conviver e participar socialmente. Mais do que um conjunto de atitudes individuais, o etarismo configura-se como um fenômeno estrutural, inscrito nas práticas institucionais, nas políticas públicas e nas dinâmicas comunitárias, produzindo efeitos objetivos e subjetivos que fazem a experiência do envelhecer. Nesse sentido, o envelhecimento passa a ser regulado por normas sociais que definem quais formas de viver na velhice são reconhecidas como legítimas, ao mesmo tempo em que criam estereótipos para aqueles que “não se enquadram nesses padrões”, ou seja, a velhice é socialmente construída e perpassada por valores culturais que redefinem continuamente seus significados (Debert, 2004).

Essa dinâmica é compreendida, ainda, de acordo com as relações de poder que produzem discursos sobre o corpo envelhecido, classificando-o, normatizando-o e delimitando suas possibilidades de existência no campo social (Foucault, 2008). Como consequência, tais construções discursivas e sociais repercutem diretamente na forma como os sujeitos longevos percebem a si mesmos, influenciando sua autoestima, participação social e sentidos atribuídos ao envelhecer, uma vez que, conforme aponta Neri (2004b), o envelhecimento envolve

mudanças nos domínios cognitivos, afetivos e sociais, sendo marcado por variações individuais que influenciam diretamente a forma como cada sujeito vivencia essa etapa da vida.

A desvalorização simbólica dos idosos dos espaços de decisão, lazer e convivência intergeracional reforça a segregação etária e enfraquece vínculos sociais fundamentais para a manutenção da autonomia e da saúde. Debert (2004) observa que, embora o discurso do envelhecimento ativo tenha ganhado centralidade nas últimas décadas, ele frequentemente convive com práticas que restringem a presença dos longevos no espaço público, sobretudo daqueles que não se enquadram nos padrões de produtividade, consumo e independência valorizados socialmente.

Isso é observado na fala da participante “Orquídea” ao responder a seguinte pergunta: O etarismo já influenciou a sua participação em atividades sociais, familiares ou comunitárias? Ela respondeu: *“Ah, já. Eu tenho uma cunhada que já é da minha idade. Uma vez eu fui convidar ela: Bora participar, que é bom, a gente fica bem das pernas, bem das coisas que a gente faz. Tá doido, rapaz, eu fazer um trabalho desse, andar. Isso pra mim não é pra mulher que presta não, ela disse mesmo assim. Aí eu: Me respeite, eu sou uma mulher de respeito, mas eu vou. Eu vou porque me sinto bem.”* (Entrevistada Orquídea).

A fala de Orquídea relata como o etarismo se manifesta de forma externa ou institucional, envolvendo as relações familiares, sendo reproduzido no interior das próprias redes de convivência. A recusa da cunhada, sustentada por um julgamento moral associado à idade e ao gênero da internalização de normas sociais que delimitam o que seria “adequado” para mulheres na adultez tardia. Contudo, a resposta de Orquídea expressa um movimento de afirmação identitária e de resistência subjetiva, ao reivindicar respeito e legitimar sua participação. Nesse sentido, observa-se que o etarismo, ao mesmo tempo em que impõe limites simbólicos, mobiliza processos de resignificação, nos quais os longevos reafirmam sua autonomia e reconstroem sentidos sobre o envelhecer.

Apesar desse cenário, a experiência da longevidade não se resume à passividade diante do preconceito. Os longevos constroem, cotidianamente, estratégias de resistência, resignificação e participação social, seja por meio do engajamento em grupos comunitários, religiosos e associativos, seja pela manutenção de práticas culturais, de busca por qualidade de vida, narrativas e memórias que afirmam sua presença no território.

Essas resistências mostram que o envelhecer, mesmo sendo afetado pelo etarismo, permanece como um campo de disputas simbólicas e políticas, no qual se produzem sentidos, pertencimentos e formas de agência. Ao responderem a pergunta: Existem espaços em Tefé onde os longevos se sentem mais incluídos ou excluídos? As participantes “Orquídea”,

“Hibisco” e “Maranta” relatam bem em suas respostas essas resistências como pode-se observar abaixo. *“Ah, já, mana. Tem lugar que a gente se sente assim olha, às vezes até no banco.”* (Entrevista Orquídea). Esta participante relata que na agência bancária que sentiu excluída, mas não quis informar de que forma isso ocorreu. Em outra fala ela complementa, *“Eu já vi muitas pessoas, por acaso, aqui tem muito crente, né? Esse pessoal não gosta disso não: vai é se mancar, já é uma pessoa de idade, tinha era que ter vergonha. Eu não tenho vergonha não!”* (Entrevista Orquídea).

Neste caso “Orquídea” foi criticada por pessoas da igreja devido sua participação no grupo de longevos do CRAS. Mais uma vez ela afirma, *“Sim, nessas coisas aí. Até quando a gente vai no INSS, sabe, eles tratam assim com aquela coisa, com aquela ignorância, né? Não é com aquela delicadeza não. Esse ponto aí sobre... dinheiro.”* (Entrevista Orquídea). “Orquídea” faz referência de locais como o INSS, agências que envolvem benefícios ou avaliação de formas de renda ao longo, tem tratamento indiferente e o classifica como negativo.

“Hibisco” respondeu, *“Aí, sempre, quando está na fila, eles ficam xingando a gente, né? Assim, pra receber dinheiro, qualquer coisa no banco.”* (Entrevistado Hibisco). Nesta situação, a participante faz referência a ausência de entendimento das pessoas (clientes) devido a preferência que os longevos têm em filas de agências bancárias.

A participante Maranta respondeu, *“Olha, muitas vezes você chega num banco, né? Eles dizem que tem prioridade pras pessoas idosas, mas não tem. Principalmente na caixa. O idoso fica lá do lado de fora, naquela monstra fila, esperando. Aí o sol esquenta, a gente está lá. A gente pede pra entrar. Elas botam lá, vão botando, vão botando, e os idosos vão ficando.”* (Entrevista Maranta). Já neste caso, a participante situa que os funcionários de agências bancárias que não consideram a lei sobre a prioridade aos longevos. Em relação a outro contexto, “Maranta” respondeu, *“Muitas vezes nos hospitais, né? Porque muitas vezes o idoso chega lá, às vezes não vai muito bem. Aí ele diz “espera aí, espera aí”. A pessoa fica lá, sentada, esperando, esperando. Aí, isso pra mim não é acolhimento.”* (Entrevista Maranta). O mesmo acontece no relato de Maranta, mas modificando agora para o atendimento em hospitais.

Os relatos apresentados demonstram que o etarismo se materializa em diferentes espaços institucionais e cotidianos, especialmente naqueles que deveriam assegurar direitos, como bancos, serviços previdenciários e unidades de saúde. Observa-se um descompasso entre a garantia legal de prioridade e sua efetivação prática, o que indica formas sutis de desvalorização dos longevos. Além disso, as falas indicam que o etarismo é sustentado tanto

por práticas institucionais quanto por interações interpessoais, como no caso das filas e dos comentários depreciativos. Tais experiências produzem efeitos diretos na subjetividade, podendo gerar sentimentos de desrespeito, indignação e, em alguns casos, retraimento social. Contudo, se percebe, nas falas, uma postura ativa de enfrentamento, na qual os sujeitos não apenas reconhecem a violência simbólica, mas a nomeiam e a contestam, o que reafirma sua posição como agentes sociais.

Ao responderem a pergunta: Existem espaços em Tefé onde os longevos se sentem mais incluídos ou excluídos? As participantes expressam isso nas suas falas como é observado. “Vitória-Régia” respondeu: *“Porque tem o CRAS que dão física pra gente. Primeiro ninguém não via isso, né? E a gente faz física. Ajuda muito. Hoje tem tanta gente que a gente vê o resultado, né?”* (Entrevista Vitória-Régia). Nesta fala, a participante faz referência a importância dos serviços ofertados pelos CRAS II, no que se refere a atividade física, como é possível ver na figura abaixo.

A Figura 7 apresenta uma atividade física realizada com os longevos no Ginásio Poliesportivo Sebastião Urbano de Lima, isso mostra a importância das ações desenvolvidas pelo CRAS II na promoção da saúde, socialização e qualidade de vida da população idosa. A fala de “Vitória-Régia” demonstra como essas práticas passaram a ocupar um espaço no cotidiano dos participantes, especialmente por possibilitarem experiências antes pouco acessíveis aos longevos. Ao afirmar que “primeiro ninguém não via isso”, a colaboradora evidencia mudanças nas formas de atenção destinadas à velhice, destacando o reconhecimento das necessidades físicas e sociais dessa população.

Figura 7. Atividade física no Ginásio Poliesportivo Sebastião Urbano de Lima



Fonte: Própria autora (2026)

A participação coletiva no ambiente esportivo reforça sentimentos de pertencimento e integração comunitária, contribuindo para o enfrentamento do isolamento social e das percepções etaristas que associam a velhice à improdutividade ou incapacidade. Além disso, a narrativa evidencia que os próprios longevos percebem os resultados positivos dessas ações, tanto no bem-estar físico quanto nas relações sociais estabelecidas no grupo.

“Helicônia” falou: *“Graças a Deus que sempre eu falo pros meu filhos. Eu disse: ‘olha meus filhos, a gente, vai ali pro CRAS mas nós somos bem cuidados, faz vocês irem com a gente como não, mas elas vão tudinho de lá pra cuidar a gente, elas tem maior cuidado com a gente’”*. (Entrevistada Helicônia). Esta é uma referência ao CRAS II, onde ela pontua o bom acolhimento e cuidado dos funcionários. Em todos os dias de atividades com os longevos eles chegam e tomam café juntos, após participam das atividades práticas de exercício ou de oficinas de artesanato, e ao final fazem outro lanche (Figura 8).

Figura 8. Nos dias de atividade (Terça e Quinta) é servido primeiro o café da manhã



Fonte: Própria autora (2026)

A “Orquídea” respondeu: *“É, olha, lá no São Miguel, por acaso, no regional, é um lugar que a gente vai doente, mas aquelas enfermeiras são ótimas, aquelas pessoas. E lá na UEA⁶ também eu tinha uma neta que ela se formou não faz tempo.”* (Entrevistada

⁶ A Universidade do Estado do Amazonas (UEA) é uma instituição pública de ensino superior criada em 2001 pelo Governo do Estado do Amazonas, com a finalidade de promover ensino, pesquisa e extensão em diferentes regiões do estado. Possui estrutura multicampi, abrangendo municípios do interior amazônico, e desempenha importante papel na formação acadêmica, científica e profissional, contribuindo para o desenvolvimento social, educacional e cultural da Amazônia.

Orquídea). Neste relato, temos o inverso que a fala de Maranta relata. Aqui Orquídea relata que as funcionárias do hospital são bem receptivas.

Em contraste com as experiências de desvalorização, emergem, nas falas, espaços que promovem acolhimento, reconhecimento e pertencimento, como o CRAS e determinados serviços de saúde. Esses ambientes configuram-se como territórios de produção de vínculos e de valorização da pessoa idosa, contribuindo para a reconstrução de sentidos positivos sobre o envelhecer. O reconhecimento institucional, aliado a práticas de cuidado e escuta, fortalece a autoestima e a participação social, do papel estratégico das políticas públicas de assistência social na mediação dos impactos do etarismo. Dessa forma, o campo empírico surge não apenas a presença de práticas discriminatórias, mas a existência de iniciativas que tensionam essa lógica, ao promover experiências dignas e inclusivas no cotidiano dos idosos.

Como foi citado no primeiro capítulo, é possível perceber nas falas das idosas que espaços como o CRAS II e outros, colocam em prática o que consta no estatuto da Pessoa Idosa através da Lei nº 10.741/2003, sobre os direitos nas áreas da saúde, assistência, previdência, transporte, moradia e participação social aos idosos.

Uma das atividades realizadas no CRAS II consiste nos momentos de diálogo conduzidos pelo Educador Social junto aos idosos participantes do grupo de convivência. Conforme apresentado na Figura 9, esses encontros funcionam como espaços de interação, escuta e orientação, nos quais são discutidas as atividades desenvolvidas pela instituição, além de temas relacionados ao cotidiano, saúde, convivência social e fortalecimento de vínculos comunitários. Esses momentos contribuem para estimular a participação ativa dos idosos, promovendo integração social, acolhimento e valorização de suas experiências de vida.

Figura 9. Momento de diálogo com Educador Social sobre as atividades do CRAS II



Fonte: Própria autora (2026)

A figura 9 retrata um momento de diálogo entre o educador social e os integrantes do grupo, para alinhar atividades que os longevos gostariam de realizar além das atividades habituais. Uma construção feita em conjunto, oportunizando protagonismo aos longevos em opinar sobre melhorias ou novas atividades que desejavam inserir na programação do CRAS II. A participação de pessoas idosas em grupos de convivência tem sido apontada como um importante fator de promoção da saúde e fortalecimento de vínculos sociais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para a ampliação das redes de apoio (Santos *et al.*, 2023).

CAPÍTULO IV – IDENTIDADE, SUBJETIVIDADE E OS SENTIDOS PSICOLÓGICOS E SOCIAIS DO ENVELHECER

Este capítulo discute o envelhecimento a partir das contribuições das Ciências Humanas, compreendendo a velhice como uma experiência construída nas relações sociais, culturais, psicológicas e subjetivas. Ao longo da discussão, são analisadas as formas como os longevos percebem a si mesmos, constroem sentidos sobre suas trajetórias de vida e experienciam o pertencimento, a memória, a espiritualidade e as relações sociais no contexto amazônico. Além disso, o capítulo aborda os impactos dos estigmas etários e suas repercussões psicossociais, refletindo sobre as estratégias de enfrentamento desenvolvidas pelos longevos diante das múltiplas experiências do envelhecer.

4.1 O envelhecer na ciência humana: fundamentos teóricos da identidade e subjetividade

Os fundamentos teóricos oferecem aportes centrais para a compreensão do envelhecimento enquanto fenômeno social, cultural e subjetivo, afastando-se de leituras estritamente biomédicas ou naturalizantes da velhice (Silva, 2014). Nessa perspectiva, a adultez tardia é compreendida como uma construção histórica e simbólica, perpassada por relações de poder, valores sociais e processos identitários que se produzem ao longo do curso da vida. Como assinala Beauvoir (2018), não é o corpo envelhecido em si que define a velhice, mas o significado social que lhe é atribuído, o que desloca o debate para o campo das representações, das experiências e das formas de reconhecimento social.

A identidade não se constitui como uma dimensão fixa ou isolada, mas como um processo continuamente moldado pelas relações que os sujeitos estabelecem com o ambiente em que vivem. Hall (2006) destaca que a cultura e o contexto sociocultural exercem influência direta na construção identitária, ao estabelecer uma relação entre os modos de vida, as experiências cotidianas e as formas de pertencimento. Compreender a identidade implica considerar os vínculos entre sujeito, território e cultura, e reconhecer que esses elementos se entrelaçam na produção de sentidos e na forma como os indivíduos se percebem e são reconhecidos socialmente.

A identidade na velhice, longe de constituir um núcleo fixo ou estável, é continuamente refeita a partir das interações sociais, das memórias acumuladas e das condições materiais e simbólicas em que o sujeito está inserido. Sob a influência da sociologia e da antropologia, autores como Goffman (2019) demonstram que a identidade é produzida no encontro com o outro, sendo impactada por processos de estigmatização e categorização social. No caso dos longevos, tais processos tendem a reduzir a complexidade da trajetória individual à idade

cronológica, comprometendo o reconhecimento da singularidade e da agência do sujeito em processo de envelhecimento.

Com base em Braga (2024), é possível compreender que a trajetória de cada indivíduo se constitui como um percurso singular, por experiências, acontecimentos e escolhas que se articulam à sua maneira de perceber o mundo, configurando um conjunto de vivências que, ao serem narradas, tornam-se fundamentais para a compreensão de sua história e da construção de sua identidade. No contexto, tal compreensão permite reconhecer que as narrativas das longevas de Tefé não se limitam à descrição de eventos isolados, mas expressam processos contínuos de construção subjetiva, nos quais memória, cultura e experiência se entrelaçam, apresentam modos próprios de significar o envelhecer em meio às dinâmicas do etarismo e às particularidades socioculturais amazônicas. É nesse horizonte interpretativo que a análise do campo empírico se insere, permitindo deslocar a compreensão da velhice para além de leituras reducionistas centradas na perda, e da identidade como um processo que se ancora na permanência e na reelaboração de sentidos ao longo da vida.

A experiência do envelhecer, quando observada a partir do campo empírico, mostra que a identidade além de se organizar sob a lógica da perda, está relacionada a permanência e da reelaboração de sentidos. A narrativa da participante mostra modos singulares de significar a própria idade, articulando corpo e continuidade da vida cotidiana. Pode-se constatar isso, nas falas das participantes em resposta a pergunta: Como você se sente em relação a sua idade? Na fala da participante “Vitória-Régia” *“Eu me sinto bem, né? Porque a gente vai ficando idosa, tudo aparece, né? Eu tenho pedra na vesícula, tenho gordura no fígado, pressão alta, vivo porque Deus é bom e maravilhoso. A gente não se arreia tão rápido, né?”* (Entrevistada Vitória-Régia). Esta fala indica que a subjetividade na velhice se constitui como processo ativo de ressignificação, no qual o sujeito negocia com as limitações pontuando comorbidades de saúde e alterações corporais, mas ao mesmo tempo não se reduz a elas, reafirmando sua continuidade existencial e seu lugar no mundo.

É possível perceber que na maioria dos relatos sobre a percepção de si na fase da velhice ou da adultez tardia como cita Berger (2017), o que primeiro vem são relatos de problemas associados a idade, mas uma vez o biológico sendo o primeiro a ser descrito. Somente após vem as experiências de vida e o reconhecimento do tempo vivido.

Do ponto de vista da psicologia social e cultural, a subjetividade na velhice é entendida como resultado de um percurso biográfico marcado por continuidades, rupturas e ressignificações. Berger (2017) destaca que a última etapa do desenvolvimento humano é perpassada pela tensão entre integridade do ego e desesperança, na qual a elaboração da própria

história assume papel central para a manutenção do sentido de si. Essa leitura permite compreender a velhice não apenas como tempo de perdas, mas como momento privilegiado de reflexão, síntese e reconstrução identitária.

A memória do longo tempo emerge, nesse contexto, como dimensão fundamental da subjetividade e da experiência do envelhecer. Mais do que um repositório individual de lembranças, a memória constitui-se como prática social, permeada por narrativas, afetos e pertencimentos coletivos. Conforme argumenta Halbwachs (2006), toda memória é socialmente situada, sendo reconstruída a partir dos quadros sociais nos quais o sujeito está inserido. Na velhice, a rememoração adquire papel estruturante, tanto na organização da identidade quanto na transmissão de saberes, valores e experiências.

A memória dos idosos é compreendida como forma de resistência simbólica frente aos processos de apagamento social. Bosi (2004; 2003) enfatiza que a escuta das memórias dos velhos permite acessar versões da história que permanecem à margem das narrativas oficiais, o modo de vida, as relações de trabalho e as experiências cotidianas invisibilizadas. Essa perspectiva é particularmente relevante em contextos periféricos e amazônicos, onde a oralidade, a memória coletiva e a experiência acumulada dos longevos desempenham papel central na sustentação dos vínculos comunitários e na relação com o território.

Assim, ao revisar os fundamentos teóricos das Ciências Humanas sobre envelhecimento, identidade e subjetividade, estes pontos reafirmam a velhice como experiência plural, situada e permeada pela memória. Compreender o longo tempo como sujeito de história, portador de narrativas e produtor de sentidos, permite tensionar leituras reducionistas do envelhecer e sustentar abordagens que reconheçam a dignidade, a agência e a complexidade da experiência humana ao longo do tempo.

Heidegger (2015) mostra a subjetividade como estrutura constitutiva da relação do ser humano com o mundo moderno. Ao problematizar a centralidade do sujeito na modernidade, indica que a subjetividade não se reduz a uma instância interna, mas se configura como modo de ser-no-mundo, isto é, como forma de relação com o tempo, com os outros e com as coisas. Essa abordagem oferece subsídios metodológicos importantes para compreender o envelhecimento como experiência situada, na qual a subjetividade dos longevos é construída na relação com o território, com a memória e com as transformações sociais que atravessam suas vidas, especialmente em contextos amazônicos.

Vygotsky (2007) afirma que os processos subjetivos têm origem social e cultural, ao sustentar que o desenvolvimento humano ocorre por meio da internalização das relações sociais mediadas pela linguagem, pelos signos e pelas práticas culturais. A subjetividade, nessa

perspectiva, é produzida na interação, sendo inseparável das condições socioculturais nas quais o sujeito está inserido. Metodologicamente, essa concepção legitima a análise das narrativas, das práticas comunitárias e das interações sociais dos longevos como espaços privilegiados de produção de subjetividade.

Compreender a subjetividade como algo tecido nas relações permite deslocar o olhar para os modos como os sujeitos se reconhecem e se reinventam ao longo de suas experiências. O envelhecimento, então, deixa de ser apreendido como uma etapa de encerramento ou estabilidade e passa a ser entendido como um tempo em que sentidos continuam sendo produzidos, negociados e transformados. É nesse movimento que a experiência de si vai sendo reconfigurada, perpassada pelas vivências acumuladas, pelas relações mantidas e pelas condições sociais que incidem sobre o viver.

É a partir dessa tessitura de vivências que a construção identitária na velhice se configura como um processo dinâmico, marcado por reelaborações constantes que articulam história pessoal, mudanças corporais, transformações sociais e reposicionamentos simbólicos. Longe de representar um estágio de identidade cristalizada, a adultez tardia indica que a capacidade dos sujeitos de reinterpretar a própria trajetória, mobilizando mecanismos de adaptação frente às perdas, rupturas e redefinições impostas pelo tempo e pelas normas sociais. A identidade na velhice deve ser compreendida como uma experiência relacional e processual, construída na tensão entre continuidade e mudança. A noção de *tessitura* oferece um eixo interpretativo consistente para compreender a construção da subjetividade e da identidade na velhice, sobretudo quando o envelhecer é analisado a partir de suas múltiplas determinações sociais, culturais, históricas e simbólicas. Essa perspectiva afasta-se de leituras lineares ou fragmentadas do processo de envelhecimento e permite reconhecer que as experiências dos longevos são produzidas no entrelaçamento contínuo de trajetórias individuais, vínculos coletivos e condições sociais marcadas, no caso desta pesquisa, pelo etarismo.

As transformações no envelhecimento como alterações na saúde, aposentadoria, redefinição de papéis familiares e reconfiguração das redes sociais impõem desafios concretos à manutenção do sentido de si. Tais desafios não operam de forma homogênea, mas mediados pelas condições materiais, culturais e simbólicas a qual o sujeito está inserido.

Ao mesmo tempo, a velhice se apresenta como espaço de reinvenção. A redefinição de papéis sociais, anteriormente centrados no trabalho produtivo ou em funções familiares específicas, abrir possibilidades para novas formas de participação, pertencimento e expressão subjetiva. Para Braga (2024), a identidade na modernidade tardia é sempre inacabada e negociada, o que se intensifica na velhice, quando o sujeito é convocado a reposicionar-se frente

a expectativas sociais frequentemente marcadas pelo etarismo e pela desvalorização da longevidade.

Nesse processo, emergem vulnerabilidades que não se restringem às dimensões biológicas, mas incluem experiências de desqualificação simbólica, invisibilidade social e restrição da autonomia. Tais vulnerabilidades, entretanto, coexistem com estratégias de afirmação identitária, nas quais os sujeitos longevos reafirmam sua capacidade de decisão, sua autoridade narrativa sobre a própria história e sua inserção ativa no mundo social. A identidade resulta da articulação entre identidades atribuídas e identidades construídas, sendo na velhice que essa negociação se torna particularmente evidente.

A continuidade biográfica assume, assim, papel central na sustentação da identidade. A possibilidade de narrar a própria história, atribuir sentidos às experiências vividas e integrar passado, presente e expectativas de futuro contribui para a manutenção da coerência subjetiva. Nessa perspectiva, a identidade não se reduz à adaptação passiva às perdas, mas envolve um trabalho ativo de ressignificação, no qual o sujeito reconstrói sentidos para si e para o mundo.

4.2 Sentidos Psicológicos do envelhecer: reflexões sobre a autopercepção

4.2.1 Pertencimento, experiências culturais e a vivência da velhice na Amazônia

O pertencimento constitui uma dimensão central na vivência da velhice, especialmente quando compreendido como experiência relacional e simbólica construída no interior de práticas culturais compartilhadas. Longe de ser um sentimento individual, o pertencimento surge como elemento estruturante da identidade, ancorado na participação em coletividades, na partilha de memórias e na continuidade de modos de vida socialmente reconhecidos. Na velhice, essa dimensão assume relevância particular, uma vez que o reconhecimento social tende a se fragilizar em sociedades marcadas pela lógica produtivista e pelo etarismo.

As entrevistas mostram que Tefé é percebida de forma ambivalente, em resposta a pergunta: O que significa ser uma pessoa idosa em Tefé? A participante “Orquídea” respondeu: *“Maninha, eu acho que Tefé ainda é um lugar... tem muito preconceito, mas ainda é um lugar bom pra pessoa idosa.”* Em outra resposta, ela comenta: *“É ter liberdade, principalmente aqui no Abial. O Abial é um lugar pequeno, você conhece todo mundo. É por isso que eu digo que eu não tenho vontade de sair do Abial não porque é um lugar que você tem amigos, você pode conversar. Hoje eu encontro com fulano ali, a gente conversa, a gente bate um papo, eu vou pra onde eu quero. Já nos outros cantos já é diferente, né?”* (Entrevistada Orquídea). “Hibisco” respondeu: *“Tem umas que tratam bem, né? Mas tem umas que passa junto da gente, só falta pisar.”* (Entrevistado Hibisco).

As narrativas indicam uma experiência marcada por ambivalência, na qual o pertencimento se constrói em meio a tensões cotidianas. De um lado, Tefé é reconhecida como um espaço ainda possível de acolhimento, onde a velhice é vivida com certa dignidade; de outro, emergem relatos que denunciam práticas de desrespeito e situações de violência simbólica que atravessam a experiência dos longevos. Essa coexistência de percepções demonstra que o pertencimento não se estabelece de forma homogênea, mas é constantemente negociado nas interações sociais.

A fala de Orquídea reflete o que citei anteriormente sobre o meu avô quando sai de casa e cumprimenta a todos por onde passa. Em muitos momentos da pesquisa de campo, ele me acompanhou, e sempre observava pessoas pedindo a benção a ele, cumprimentando com bom dia, outros perguntando se ele estava bem. E no CRAS II, muitos longevos o conheciam e conversavam com ele, perguntando se estava bem e como foi para ela depois do falecimento da minha avó. No início percebi um incômodo, mas com o passar dos dias ele foi se acostumando e chegou a participar de algumas atividades, mas com certo preconceito pois havia muitas mulheres e só ele de homem. Este é um outro fator que os educadores sociais falam sobre a dificuldade de homens longevos participarem. Sempre que a equipe fazia busca ativa nos bairros próximos, compareciam as mulheres. No grupo do CRAS II havia somente um homem que conhecia no decorrer da pesquisa de campo, mas ele tinha 57 anos e faltava com frequência.

Todavia, na fala de Hibísco percebemos pessoas que tratam os longevos com respeito e outras que são opostas a isso, na referência “faltam pisar”, demonstra uma desvalorização na forma de direcionamento aos longevos. Nesse cenário, o reconhecimento aparece como elemento instável, condicionado às relações específicas que cada sujeito estabelece ao longo de sua trajetória. Enquanto algumas experiências apontam para vínculos de cuidado e respeito, especialmente no âmbito familiar, outras tem-se a presença de atitudes que desqualificam e tensionam a permanência desses sujeitos no espaço social.

A participante “Helicônia” respondeu: *“Pra mim, tudo bem, né, que a gente vai envelhecendo, né? Ai a gente vai criando mais juízo, né.”* (Entrevistada Helicônia).

Demonstrando que através da experiência de vida a pessoa vai aprendendo, sendo moldada em sua forma de perceber, pensar, sentir e principalmente no comportamento. A percepção do envelhecimento associada não à perda, mas à construção gradual da maturidade e da sabedoria adquirida ao longo da vida. Em sua narrativa simples e espontânea, observa-se uma compreensão do envelhecer enquanto processo natural e inevitável, marcado pela ampliação da experiência e pela capacidade de discernimento diante das vivências cotidianas. O uso da expressão “né” demonstra um traço da oralidade amazonense presente no contexto

social de Tefé e um movimento de busca por confirmação e de sentido com o interlocutor, como se a participante reafirmasse culturalmente a naturalidade do envelhecimento.

Sob uma perspectiva etnográfica, a expressão “criando mais juízo” ultrapassa a ideia meramente cognitiva ou racional, assumindo um significado social e cultural relacionado ao amadurecimento subjetivo. Por isso, a identidade dos longevos é continuamente elaborada a partir das experiências acumuladas e das referências simbólicas disponíveis no grupo social ao qual pertencem. E todo esse conteúdo de vivência é acessado por intermédio da memória. Sobre isso, Bosi (2004) alega que a memória dos idosos se configura como lembrança individual, além de ser constituída como expressão de uma memória social que conecta passado e presente, conferindo sentido à trajetória vivida. Nesse sentido, a velhice é um lugar privilegiado de transmissão cultural, em que narrativas, saberes e práticas cotidianas sustentam a continuidade simbólica da comunidade.

Maurice Halbwachs (2006) reforça essa perspectiva ao afirmar que a memória individual se organiza sempre a partir de quadros sociais de referência. Assim, a recordação não se reduz a um ato isolado, configurando-se como um processo mediado pelas relações sociais e pelos contextos coletivos de pertencimento. Para os longevos de Tefé, essa mediação ocorre de forma intensa por meio da vida comunitária, das práticas religiosas, das festas tradicionais, do trabalho coletivo e da relação cotidiana com o território, que funcionam como marcadores identitários duradouros.

As formas de organização social baseadas na reciprocidade, na oralidade e na convivência intergeracional fortalecem os vínculos simbólicos dos idosos com o grupo, atenuando processos de invisibilização ou até mesmo do isolamento social. A cultura, enquanto experiência vivida, é construída no cotidiano das relações e se manifesta nos modos de fazer, narrar e celebrar a vida. Para os idosos, essas práticas culturais operam como dispositivos de reconhecimento social e reafirmação identitária.

Segundo Hall (2006), as transformações da modernidade tardia provocam uma crise nas identidades tradicionais, levando os sujeitos a reconstruírem continuamente suas referências de pertencimento e reconhecimento. Além disso, o território deve ser compreendido como lugar de memória, pertencimento e produção de sentidos, para além de sua dimensão geográfica. Diegues (2003) ressalta que, nas comunidades tradicionais, a relação com o território envolve dimensões simbólicas, afetivas e culturais que estruturam a identidade coletiva. Na velhice, essa relação se intensifica, pois o território passa a concentrar as marcas da história pessoal e comunitária, funcionando como suporte material da memória e da identidade.

Os vínculos coletivos, portanto, desempenham papel fundamental na sustentação subjetiva dos longevos. Pollak (1992) aponta que a identidade é construída a partir de processos de reconhecimento e pertencimento, sendo continuamente reafirmada nas interações sociais. Quando os idosos permanecem inseridos em práticas comunitárias, suas experiências de envelhecimento tendem a ser vivenciadas de forma menos fragmentada, preservando sentimentos de utilidade social, dignidade e continuidade biográfica.

É nesse entrelaçamento entre memória, pertencimento e reconhecimento que emergem, de forma concreta, as tensões do etarismo no cotidiano. As narrativas das participantes, são relatos que mesmo em contextos em que os vínculos familiares e comunitários ainda operam como suporte simbólico, persistem práticas sutis de desvalorização social associadas à idade:

“Helicônia” relatou que: *“Muita gente trata, às vezes a pessoa de idade, trata bem, mas muitos não tratam, as pessoas. Porque eu já vi, né as pessoas tratar mal às vezes a pessoa idosa, só que graças a Deus meus filhos me tratam bem.”* (Entrevistada Helicônia). “Orquídia” relata que: *“Tem delas que tratam bem, mas tem delas que não tratam bem não. A gente vê que tem aquele preconceitosinho, mas é isso aí, a gente quando tá nessas idades a gente espera qualquer coisa porque a gente vê que acontece com os outros não pode só acontecer com eles, pode acontecer com a gente, né.”* (Entrevistada Orquídia). Essas falas mostra a dimensão particularmente: o reconhecimento da ambivalência nas relações sociais. Ao mesmo tempo em que há experiências de cuidado e valorização sobretudo no âmbito familiar, há a percepção de um tratamento desigual, ou seja, um “preconceitosinho” que, embora nomeado de forma aparentemente branda, carrega implicações na constituição da subjetividade. E é um etarismo que não se apresenta somente em formas de rejeição, nas interações cotidianas, isso produzir antecipações, expectativas e uma naturalização da desvalorização.

Nesse sentido, observa-se que a identidade na longevidade é sustentada pelos vínculos e memórias compartilhadas, ao mesmo tempo em que é tensionada por experiências de deslegitimação social. A fala de Orquídea, que: “a gente espera qualquer coisa”, é um movimento subjetivo de antecipação do desvalor, indicando como o etarismo é internalizado como horizonte possível da experiência. Já Helicônia, ao destacar o cuidado recebido pelos filhos, aponta para a importância das redes afetivas como espaços de resistência simbólica frente às práticas sociais excludentes.

Em contraposição, a ruptura desses vínculos seja pela urbanização acelerada, pela fragilização das tradições ou pela desvalorização dos saberes dos mais velhos, intensifica processos de apagamento social e sofrimento subjetivo. Beauvoir (2018) já alertava que a condição da velhice é socialmente produzida, é influenciada pelo lugar que a sociedade reserva

aos seus idosos. O pertencimento configura-se como um fator cultural e político, na medida em que as formas pelas quais determinadas populações envelhecem com ou sem reconhecimento.

Dessa forma, a velhice nesse cenário se configura como um espaço de negociação constante entre reconhecimento e desvalorização, onde memória, território e cultura se entrelaçam, atravessados por relações de poder que incidem diretamente sobre os modos de ser, sentir e existir na adultez tardia.

4.2.2 Memória do longo

A memória ocupa lugar central nos estudos das Ciências Humanas e da Psicologia ao ser compreendida como elemento estruturante da identidade e da subjetividade ao longo do curso de vida. Longe de se restringir a um simples repositório de acontecimentos passados, a memória constitui um processo ativo de elaboração simbólica, por meio do qual os sujeitos organizam suas experiências, interpretam o presente e projetam sentidos sobre si mesmos. Na velhice, esse processo adquire especial relevância, uma vez que as narrativas memoriais se tornam um dos principais recursos de continuidade identitária diante das transformações corporais, sociais e simbólicas que acompanham o envelhecimento.

Na tradição das Ciências Humanas, a memória é entendida como fenômeno socialmente situado. Maurice Halbwachs (2006) sustenta que toda lembrança é construída a partir de quadros sociais de referência, sendo a memória individual inseparável das relações e dos grupos aos quais o sujeito pertence. Dessa forma, recordar implica reinscrever experiências pessoais em contextos coletivos, mobilizando valores, linguagens e sentidos compartilhados. Para os longevos, essa dinâmica permite a reafirmação de pertencimentos e a manutenção de vínculos simbólicos com a comunidade, especialmente em contextos nos quais a oralidade e a convivência intergeracional permanecem vivas.

No campo da Psicologia, a memória é concebida como um eixo fundamental na constituição da subjetividade. Bosi (2004) destaca que a memória dos idosos se organiza como narrativa, na qual o sujeito revisita o passado a partir do presente, selecionando, reorganizando e ressignificando experiências. Esse movimento não somente preserva lembranças, mas produz sentidos sobre a própria trajetória, permitindo ao indivíduo reconhecer-se como sujeito de uma história contínua. Assim, a memória atua como mediadora entre o vivido e o narrado, entre o que foi experienciado e o que é simbolicamente elaborado.

Ricoeur (2007) afirma que a identidade se constrói narrativamente, a partir da articulação entre memória, tempo e linguagem. Segundo o autor, é pela narrativa que o sujeito confere coerência à sua história de vida, integrando rupturas, perdas e continuidades. Na

velhice, esse exercício narrativo ganha densidade, pois as lembranças funcionam como dispositivos de estabilização identitária diante das experiências de desvalorização social frequentemente impostas aos idosos.

As narrativas memoriais, não se limitam a relatar fatos, mas os modos de interpretar o mundo e a si mesmo. Pollak (1992) argumenta que memória e identidade estão intrinsecamente relacionadas, uma vez que lembrar implica selecionar acontecimentos que reforçam determinados pertencimentos e sentidos de si. Nesse processo, silêncios, esquecimentos e ênfases mostra tanto experiências individuais quanto marcas de contextos sociais e históricos.

Moscovici (1978), compreende a imagem como uma construção interna que se organiza a partir da realidade externa, sendo possível reconhecer que aquilo que o sujeito percebe não corresponde a uma simples reprodução do mundo, mas a uma elaboração constituída na relação entre experiência, memória e interpretação. Nesse processo, as imagens não se apresentam de forma isolada, mas articuladas entre si, compondo um sistema dinâmico no qual a alteração de um elemento repercute em outros, reorganizando continuamente os sentidos atribuídos ao real. Nesse mesmo movimento, tais imagens são entendidas como impressões mentais que se inscrevem na memória, preservando vestígios do vivido e assegurando certa continuidade entre passado e presente. Ao ocuparem esse espaço, contribuem para estabilizar referências sobre o mundo e sobre si, ainda que em meio às transformações sociais e individuais.

Tal dinâmica permite compreender que as percepções sobre o envelhecer são sustentadas por um conjunto de imagens socialmente construídas, que se reforçam, se ajustam e, por vezes, entram em tensão, influenciando a maneira como os sujeitos longevos são reconhecidos e como se reconhecem em suas próprias trajetórias.

As lembranças relacionadas ao trabalho, às práticas culturais, às relações com os rios, à vida comunitária e às experiências familiares, são recordações pessoais, que está relacionado a fragmentos da memória coletiva. Candau (2018), relata que a memória é um operador de identidade, pois conecta experiências individuais a heranças culturais compartilhadas, permitindo a produção de sentidos sobre o pertencimento e a continuidade social.

É possível observar como os longevos de Tefé mobilizam suas memórias para narrar e interpretar seus sentidos de viver. Os relatos das vivências pessoais e as percepções sobre mudanças sociais, rupturas geracionais e processos de estigmatização associados ao envelhecimento. Ao narrar suas histórias, os idosos reafirmam sua condição de sujeitos históricos, resistindo simbolicamente aos estereótipos sociais e ao etarismo. Neste sentido, Bosi (2004; 2003) fala que a memória é compreendida como uma forma de resistência simbólica, especialmente diante de contextos que tendem a silenciar determinadas trajetórias, uma vez que

lembrar é afirmar a própria história. Dessa forma, a memória configura-se como um recurso subjetivo e coletivo fundamental na vivência da velhice. Ela permite aos longevos organizar suas experiências, sustentar a continuidade identitária e atribuir sentidos à própria existência, conectando o vivido individual aos contextos sociais, culturais e históricos nos quais suas trajetórias foram construídas.

Essas experiências, ao serem narradas, são tecidas pela memória, que atua como um fio condutor na interpretação do vivido, permitindo aos sujeitos estabelecer comparações entre diferentes tempos sociais e atribuir sentidos às transformações observadas. Ao perguntar as participantes: Você percebe alguma dificuldade em ser ouvido(a) ou respeitado(a) por pessoas mais jovens?

A participante “Helicônia” respondeu: *“Na geração de hoje em dia muito esses novos não respeitam os mais velhos, né? Aí eu acho feio isso, porque eu pelo menos eu não fui criado assim. Quando meu pai e minha mãe era viva, que nós era assim garota, chegava os idosos em casa o papai fazia nós tomar benção daquele idoso, era “vovô” “era “vovó”, seja lá quem fosse.”* (Entrevistada Helicônia). No relato de Helicônia, observa-se uma comparação entre diferentes gerações, na qual o passado é mobilizado como referência de valores e práticas de respeito. Ao rememorar a forma como foi educada, a participante mostra uma ruptura geracional, marcada pela percepção de que os jovens contemporâneos não reproduzem os mesmos códigos de valorização dos mais velhos. Essa narrativa aponta para uma transformação nas formas de sociabilidade e reconhecimento, ao mesmo tempo em que reafirma a importância da memória como elemento organizador da experiência e da identidade.

Eu me recordo que desde criança meus pais me ensinaram a pedir benção dos avós, tios e de todos os familiares com mais idade. Como uma forma de respeito e simbologia de proteção advinda da crença religiosa. No caso da participante “Vitória-Régia” esta respondeu: *“É, tem muitos jovens que respeitam, mas tem uns que... meus netos, né? Os outros não.”* (Entrevistada Vitória-Régia). A fala de Vitória-Régia introduz uma perspectiva mais ambivalente, ao reconhecer que o respeito não está ausente de forma generalizada, mas se manifesta de maneira desigual. Ao destacar que seus netos não demonstram respeito, mas tem jovem que respeitam. Nesta situação, as relações intergeracionais são perpassada por proximidade, vínculos afetivos e contextos específicos, o que relativiza a ideia de uma experiência homogênea do etarismo.

A participante “Hibisco” respondeu que, *“Eles ficam aí olhando os idosos, né? Aí, quando tu vem andando pra cá: “lá vai aquele bando de idoso, já vão querer dançar.”* (Entrevistada Hibisco). Neste relato de Hibisco, o etarismo aparece, por meio de

estigmatizações e comentários depreciativos associados à velhice. A fala mostra a presença de discursos que reduzem os longevos a categorias generalizantes, reforçando estereótipos e produzindo constrangimentos nas interações sociais. Observa-se como o olhar do outro incide diretamente sobre a forma como os sujeitos são percebidos e posicionados no espaço social.

Esta fala mostra como o etarismo opera através de microviolências cotidianas, frequentemente naturalizadas no convívio social. Embora possam surgir em tom de brincadeira ou deboche, esses comentários produzem impactos subjetivos importantes, uma vez que reforçam sentimentos de vergonha, inadequação e não pertencimento. Conforme discute Beauvoir (2018), a sociedade tende a atribuir à velhice um lugar de inutilidade, decadência e afastamento da vida social, fazendo com que o sujeito longo seja frequentemente percebido a partir da limitação e não de sua potência existencial. A associação presente na fala, de que idosos reunidos para dançar seriam motivo de ridicularização, como determinadas práticas de lazer e sociabilidade ainda são socialmente vinculadas à juventude, enquanto a velhice é associada à passividade e ao recolhimento. Além disso, a narrativa de “Hibisco” permite dialogar com as contribuições de Goffman (2019) acerca do estigma social, no qual para o autor, o estigma produz identidades socialmente desacreditadas, fazendo com que determinados sujeitos sejam percebidos prioritariamente por características consideradas desviantes ou inferiores. Nesse caso, a condição etária é elemento de marcação social, interferindo na forma como os longevos são vistos e tratados nos espaços públicos e comunitários.

Ainda na mesma pergunta, a participante “Maranta” respondeu que, *“Tem muitos que valorizam, né, mas tem muitos que não. Tem muitos que não dão nem atenção pra você. Mas tem muitos que são bem-educados com você.”* (Entrevistada Maranta). A narrativa de Maranta reforça a coexistência de experiências distintas, ao indicar que o respeito varia conforme as pessoas e os contextos. Ao reconhecer que há tanto atitudes de desvalorização quanto de consideração, a participante indica que o etarismo não se manifesta de maneira uniforme, sendo atravessado por múltiplas formas de interação social.

Desse modo, as falas analisadas das relações intergeracionais constituem um campo marcado por tensões entre reconhecimento e desvalorização, no qual os longevos interpretam suas experiências a partir de suas trajetórias, memórias e referências culturais. Esses estereótipos operam como dispositivos simbólicos de regulação social, produzindo expectativas normativas acerca do que significa envelhecer “adequadamente”. Como observa Beauvoir (2018), a velhice é menos uma condição biológica do que uma posição social, definida pelo olhar do outro e pelos valores atribuídos à utilidade, ao trabalho e à autonomia. Nesse sentido, a associação recorrente entre envelhecimento e declínio contribui para a naturalização de

práticas de exclusão, silenciamento e infantilização dos idosos, reforçando o que Goffman (2019) descreve como processos de estigmatização, nos quais determinados atributos passam a encobrir a totalidade da pessoa.

Ao mobilizarem suas narrativas, esses sujeitos não apenas descrevem situações vividas, mas produzem sentidos sobre o envelhecimento, reafirmando sua posição enquanto participantes ativos na construção das dinâmicas sociais.

4.2.3 Espiritualidade e sentido existencial na velhice

A espiritualidade constitui uma dimensão fundamental na vivência da velhice, especialmente quando compreendida como experiência simbólica que atravessa a construção de sentidos sobre a existência, o sofrimento e a finitude. Nos estudos das Ciências Humanas e da Psicologia, a espiritualidade não se restringe à adesão institucional à religião, mas abrange formas diversas de relação com o transcendente, com o sagrado e com valores que orientam a vida. Na velhice, essa dimensão tende a ganhar centralidade, uma vez que o sujeito é confrontado com perdas, mudanças corporais, reconfigurações de papéis sociais e com a consciência ampliada da finitude. Ao responderem a pergunta: Como você se sente em relação a sua idade? As participantes demonstraram em suas respostas certa espiritualidade e sentido existencial, conforme se observa a seguir.

“Orquídea” respondeu: *“Ai, eu me sinto feliz, né, e agradeço muito a Deus porque tem pessoas da minha idade que não sai mais de casa, não faz mais nada, e eu graças a Deus, eu faço tudo ainda, sou feliz do jeito que eu sou.”* Depois complementou a resposta dizendo: *“Eu sou católica, eu participo da minha igreja desde que eu me entendo como gente, eu participo da minha igreja, sou firme nela, sabe? Todo evento que tem eu tô lá pelo meio, vou tudo direitinho.”* (Entrevistada Orquídea).

A narrativa de “Orquídea” indica uma percepção positiva acerca da própria longevidade, associando o envelhecimento à permanência da autonomia, da participação social e do sentimento de felicidade. Ao comparar sua realidade com a de “pessoas da mesma idade que não saem de casa”, a participante demonstra reconhecer as limitações e os processos de isolamento frequentemente associados ao envelhecimento, mas, ao mesmo tempo, constrói para si uma identidade marcada pela atividade, pela funcionalidade e pela continuidade da vida social.

Observa-se que o sentimento de felicidade mencionado pela participante não está relacionado apenas às condições físicas, mas principalmente à possibilidade de permanecer inserida nos espaços de convivência. A expressão “eu faço tudo ainda” carrega um significado

simbólico importante, pois demonstra como a autonomia funcional se torna elemento central na construção subjetiva da autoestima e da percepção de dignidade durante a longevidade. Assim, permanecer ativa representa, para a participante, não apenas capacidade física, mas reconhecimento de si enquanto sujeito socialmente participante.

Outro aspecto presente na fala refere-se à espiritualidade e à religiosidade como dimensões estruturantes da experiência de envelhecer. Ao afirmar que participa da igreja “desde que se entende como gente”, “Orquídea” demonstra que a vivência religiosa atravessa toda a sua trajetória identitária, constituindo-se como espaço de pertencimento, estabilidade emocional e fortalecimento subjetivo. A religião, nesse contexto, ultrapassa a dimensão ritualística, assumindo função de suporte afetivo, social e existencial diante das transformações do envelhecimento.

A Figura 10 apresenta o momento de encerramento das atividades realizadas no CRAS II, no qual os participantes se reúnem em círculo para realizar a oração do “Pai-Nosso”. Esse instante representa não apenas uma prática religiosa, mas um momento de união, acolhimento e fortalecimento dos vínculos afetivos entre os longevos. A espiritualidade, nesse contexto, é um importante elemento de apoio emocional e sentido coletivo, contribuindo para sentimentos de pertencimento, solidariedade e convivência comunitária no cotidiano do grupo.

Figura 10. Reza do “Pai nosso” sempre ao final das oficinas e atividades



Fonte: Própria autora (2026)

Tal evidência mostra que a experiência do envelhecer é perpassada por práticas que articulam fé, cultura e convivência, constituindo-se como dimensões fundamentais na produção de sentidos sobre si. Neste sentido, Berger (2017) compreende que a religiosidade exerce

importante papel na construção da identidade e do sentimento de pertencimento social, especialmente entre sujeitos mais velhos, uma vez que os vínculos religiosos tendem a fortalecer sentidos existenciais, culturais e comunitários ao longo da vida. Nesse contexto, a fé atua como fator de proteção emocional, contribuindo para a redução de sentimentos de tristeza, solidão e quadros depressivos, sobretudo entre mulheres que encontram na espiritualidade suporte afetivo e social.

A dimensão espiritual é fundamental na elaboração subjetiva da finitude. Beauvoir (2018) observa que a velhice coloca o sujeito diante da proximidade da morte, exigindo novas formas de lidar com o tempo e com o sentido da existência. Nesse cenário, as crenças espirituais e religiosas oferecem narrativas que auxiliam na aceitação da finitude, seja por meio da ideia de transcendência, de continuidade espiritual ou de pertencimento a uma ordem maior de significados. Tais narrativas não eliminam a angústia existencial, mas oferecem recursos simbólicos para torná-la suportável.

No contexto amazônico, a espiritualidade assume contornos singulares, frequentemente articulados à vida comunitária, às tradições locais e às formas coletivas de expressão da fé. As práticas religiosas como cultos, novenas, círculos de oração e celebrações comunitárias, não apenas fortalecem vínculos sociais, mas funcionam como espaços de escuta, partilha e reconhecimento das histórias de vida dos idosos.

No caso dos pajés, estes desempenham um papel central nas comunidades indígenas, não se restringindo à dimensão espiritual, mas atuando na construção da identidade cultural, uma vez que suas práticas e crenças contribuem para a singularidade e diferenciação desses grupos (Braga, 2024).

A partir da pesquisa de campo, é possível compreender como os longevos de Tefé mobilizam a espiritualidade para interpretar suas trajetórias e atribuir sentido à velhice. Os relatos mostram que a fé e as vivências espirituais operam como suportes subjetivos diante das incertezas do envelhecimento, permitindo aos idosos elaborar perdas, reafirmar esperanças e sustentar uma percepção de continuidade existencial. Assim, a espiritualidade amplia os horizontes de sentido da existência, configurando-se como um elemento central na experiência de envelhecer em contextos marcados por fortes vínculos comunitários e simbólicos.

No decorrer das entrevistas, quando se perguntava “Quais locais que as longevas participavam?”, elas afirmavam que além do CRAS II, faziam parte do grupo da igreja, umas bem atuantes nos festejos da igreja católica, produzindo peças, outras alimentos para vendas no arraial. Ao ser perguntado a Sra. Jasmim-do-mato “Você sente que sua opinião é valorizada em espaços públicos, familiares ou comunitários?”, ela respondeu: “*Dão mesmo. Quando*

é tempo de arraial daqui da igreja, as meninas vão lá em casa me chamar pra ajudar. Ai eu venho, eu faço, eu trabalho na cozinha com eles. Quando é seis horas, eu venho pra ajudar eles venderem. Ali no padre é do mesmo jeito. Quando é dia de São Sebastião ele vai lá em casa me buscar pra ajudar eles a fazerem as coisas, e todo canto que me chamam eu vou.” (Entrevistada Jasmim-do-mato).

A longeva expressa sua felicidade vinculada à participação em atividades de sua igreja e no sentimento de utilidade que isso promove, mobilizando novas formas de ressignificar o envelhecimento, deslocando-o de uma perspectiva restrita à limitação para um campo de experiências marcado por pertencimento, sentido e continuidade existencial. Além do plano individual, a espiritualidade desempenha um papel relevante na coesão social. Berger (2017) argumenta que a religião funciona como um poderoso sistema de construção de sentido, capaz de integrar experiências individuais a uma ordem simbólica compartilhada.

Outra participante da pesquisa, “Vitória-Régia” respondeu: *“Eu sou feliz, né? Porque eu faço as atividades, né? Danço carimbó. Eu me sinto feliz porque Deus é Deus, né? A gente tá sob o sentimento de Deus, né? A gente tem que pensar também no nosso Deus.”* (Entrevistada Vitória-Régia).

A fala de “Vitória-Régia” é uma percepção da vida marcada pela valorização das atividades realizadas no cotidiano e pela importância atribuída às experiências vividas no grupo de convivência. Ao afirmar “eu sou feliz, né? Porque eu faço as atividades, né? Danço carimbó”, a participante relaciona diretamente sua felicidade à participação nas ações desenvolvidas e às vivências construídas nesses espaços coletivos. A referência ao carimbó destaca uma manifestação cultural fortemente presente na região amazônica, demonstrando como a dança integra suas experiências diárias e sua forma de interação com outras pessoas do grupo.

Durante a entrevista, observou-se que “Vitória-Régia” mencionava as atividades com entusiasmo, principalmente ao falar da dança, ao indicar que satisfação ao recordar os momentos vivenciados no CRAS II. Sua fala demonstra que esses espaços fazem parte de sua rotina e ocupam lugar em suas experiências sociais.

Outro elemento presente em sua narrativa é a espiritualidade. Ao dizer “eu me sinto feliz porque Deus é Deus, né? A gente tá sob o sentimento de Deus”, a participante associa sua percepção da vida à presença da fé e à relação estabelecida com o sagrado. A repetição da palavra “Deus” ao longo da fala indica que a centralidade da religiosidade em sua maneira de compreender sua trajetória e suas vivências cotidianas. Além disso, ao afirmar “a gente tem que pensar também no nosso Deus”, “Vitória-Régia” expressa a espiritualidade como parte integrada à sua forma de viver e interpretar suas experiências.

Para Frankl (2008), é possível compreender que a sustentação da existência humana está relacionada à capacidade de atribuir sentido à vida, mesmo diante de condições adversas. Como é afirmado que, “quem tem um porquê para viver suporta quase qualquer coisa” (Frankl, 2008), ou seja, o sofrimento não elimina a possibilidade de continuidade existencial, mas é ressignificado. Mesmo diante do sofrimento e das limitações impostas pelo envelhecimento, a possibilidade de atribuir sentido à existência constitui um recurso essencial de enfrentamento. Nesse contexto, a espiritualidade surge como um campo privilegiado de elaboração subjetiva, pois oferece narrativas, símbolos e valores que auxiliam o indivíduo a interpretar sua trajetória e a ressignificar experiências de dor, perda e finitude.

Na pergunta: Você em algum momento sentiu que foi tratada de forma diferente por causa da sua idade? Orquídea respondeu: *“às vezes, a gente vai representar carimbó lá, e a gente tem que ficar pra trás. A gente que fica pra frente é o pessoal da cidade. Então, a gente se acha excluída, né? A senhora estuda, né? A senhora chega na escola, que todo mundo vira a cara, a senhora se sente mais mal, né? Pois é, é assim que a gente se sente lá.”* (Entrevistada Orquídea).

A fala de “Orquídea” mostra as experiências marcadas por diferenciações percebidas em espaços de convivência e apresentações culturais. Ao relatar que, durante as apresentações de carimbó, “a gente tem que ficar pra trás” enquanto “o pessoal da cidade” permanece à frente, a participante demonstra perceber uma divisão entre grupos de longevos do CRAS I e CRAS II, associando essa organização espacial diferenciada. O uso da expressão “a gente” aparece repetidamente em sua narrativa, indicando que a experiência mencionada não é percebida apenas de maneira individual, mas compartilhada entre outras participantes que vivenciam situações semelhantes.

Durante a entrevista, “Orquídea” falou sobre essas experiências em tom de incômodo, relacionando as apresentações culturais a sentimentos de afastamento e desconforto. A referência ao “pessoal da cidade” sugere uma distinção construída entre quem ocupa maior visibilidade nos eventos e aqueles que permanecem em posições secundárias. Na sequência da fala, ao afirmar “a gente se acha excluída”, a participante nomeia diretamente como interpreta essas experiências vividas nesses contextos.

Ao trazer o exemplo da escola, “a senhora chega na escola, que todo mundo vira a cara”, “Orquídea” amplia sua narrativa para outros espaços sociais além das apresentações culturais. Sua fala demonstra que determinadas atitudes, olhares e comportamentos são percebidos por ela como formas de distanciamento nas relações cotidianas. A expressão “a senhora se sente

mal” é a maneira como essas situações são emocionalmente interpretadas pela participante, isso significa, sentimentos produzidos a partir dessas interações sociais.

A narrativa apresenta um movimento entre experiências individuais e coletivas. Embora relate situações a partir de suas próprias vivências, “Orquídea” utiliza constantemente expressões no plural, como “a gente”, demonstrando reconhecer essas experiências como parte da realidade compartilhada por outras pessoas do grupo. Dessa forma, sua fala mostra as percepções construídas nas relações estabelecidas em diferentes espaços sociais e culturais frequentados ao longo de seu cotidiano.

As Figuras 11 e 12 apresentam momentos de ensaio e interação dos longevos participantes das atividades desenvolvidas pelo CRAS II, com destaque para a dança do carimbó e para os momentos de confraternização em comemoração aos aniversariantes do mês e do semestre. Essas atividades configuram-se como importantes espaços de lazer, descontração e fortalecimento dos vínculos sociais, promovendo a participação coletiva e valorizando manifestações culturais presentes no contexto amazônico. Além de contribuir para o bem-estar físico e emocional, a dança favorece a socialização, o sentimento de pertencimento e a valorização das experiências compartilhadas entre os longevos, fortalecendo a convivência comunitária e a integração do grupo.

Figura 11. Ensaio para a apresentação do Carimbó



Fonte: Própria autora (2026)

Figura 12. Comemoração dos aniversariantes do mês



Fonte: Própria autora (2026)

4.3 Estigmas etários, consequências psicossociais e estratégias no enfrentar da velhice

Ao explicar a pergunta: De que forma o etarismo afeta seus sentimentos e autoestima? Respondendo essa pergunta, “Vitória-régia”: *“A gente fica triste, mas fazer o que, né?”* (Entrevistada Vitória-Régia). Embora curta, o sentimento de tristeza e, ao mesmo tempo, uma certa conformação diante das situações de preconceito relacionadas à idade. A expressão “fazer

o que?” é como muitas manifestações etaristas acabam sendo naturalizadas no cotidiano dos longevos, como se fossem algo esperado nessa fase da vida. Nesse sentido, percebe-se que o etarismo afeta emocionalmente, atingindo diretamente a autoestima e a forma como esses sujeitos passam a se perceber dentro da sociedade.

É possível perceber como semblante da longeva muda ao lembrar de preconceitos que sofreram ao longo de sua experiência, com uma expressão abatida e a necessidade de aceitar esses estereótipos como algo normal. Esses processos de discriminação baseados na idade constituem-se como produções socioculturais que incidem diretamente sobre a experiência de envelhecer. Não se trata de manifestações isoladas, mas de construções simbólicas que associam a adultez tardia a ideias de limitação, dependência e perda de valor social.

Conforme Goffman (2019), a desqualificação social opera ao reduzir o sujeito a atributos depreciativos, restringindo seu reconhecimento. Como discute Neri (2004), tais construções incidem sobre autoestima, autonomia e pertencimento, afetando a forma como os sujeitos se percebem.

Em outro trecho, faz o seguinte comentário: *“Fica triste, né? A gente vai ficando velha e o pessoal não respeita a gente, né? Tá nem aí, né. Tem uns que respeitam, mas tem muitos que não respeitam. Tá nem aí pra vida do idoso.”* (Entrevistada Vitória-Régia). Neste relato, observa-se a associação direta entre envelhecimento e perda de reconhecimento social. A participante explicita a percepção de que o avanço da idade vem acompanhado por atitudes de indiferença e desconsideração. Ao mesmo tempo, ao mencionar que “tem uns que respeitam”, isso quer dizer que essas experiências não são homogêneas, mas perpassada por diferentes formas de relação, ainda que marcadas por tensões predominantes.

“Helicônia” respondeu: *“Eu fico triste, às vezes eu choro, que nem meu filho, esse que trabalha aqui, eu fico muito triste com ele.”* (Entrevistada Helicônia). A fala mostra que os impactos do etarismo não se restringem aos espaços públicos ou às relações sociais, mas perpassar o contexto familiar. Nesse caso, o sofrimento mencionado pela participante ganha maior intensidade justamente por envolver vínculos afetivos próximos, nos quais geralmente se espera acolhimento, respeito e cuidado.

A presença do choro na narrativa demonstra que essas experiências produzem consequências emocionais, despertando sentimentos de tristeza, mágoa e fragilidade emocional. Além disso, percebe-se que determinadas atitudes, falas ou formas de tratamento dentro da própria família são afetadas diretamente a autoestima e o sentimento de valorização dos longevos. Sob esse aspecto, o etarismo manifesta-se de maneira sutil nas relações cotidianas, por meio de desconsiderações, impaciência ou desvalorização da pessoa longeva.

A fala de “Helicônia” mostra, ainda, como o envelhecimento tornar os sujeitos emocionalmente vulneráveis às atitudes daqueles com quem possuem fortes laços afetivos. Dessa forma, quando o preconceito ou a falta de reconhecimento parte da própria família, o sofrimento tende a ser vivido de maneira que afetando não apenas a dimensão emocional, mas o sentimento de pertencimento e apoio familiar.

Teixeira (2025) afirma que a qualidade das relações familiares, marcada pela afetividade e proximidade, exercem um impacto do bem-estar emocional ao longo da vida, especialmente na velhice. O que evidentemente está longeva não recebeu em seu ambiente familiar.

“Hibisco” respondeu: *“É, me senti magoada, né?”* (Entrevistado Hibisco). Ainda que breve, o relato sintetiza a força subjetiva dessas experiências. A mágoa expressa que situações aparentemente cotidianas de desrespeito produzem marcas emocionais importantes. A fala não diminui sua densidade, ao contrário, indica como esses processos são internalizados e sentidos de forma direta.

“Maranta” respondeu: *“Ah, eu me senti envergonhada, né, fiquei com vergonha, né. Fiquei ali com vergonha. Eu ia até voltar para casa, só não voltei por causa da colega: ‘Não, não vai, não.’”* (Entrevistada Maranta). A fala da participante é como determinadas experiências relacionadas ao etarismo produzem impactos emocionais imediatos, especialmente sentimentos de vergonha, constrangimento e desejo de afastamento social. O fato de “Maranta” cogitar retornar para casa demonstra como situações de desvalorização ou exposição que afeta diretamente sua permanência nos espaços de convivência e participação social.

Percebe-se, ainda, que o sentimento de vergonha não aparece apenas como emoção passageira, mas como uma reação produzida pelo olhar do outro e pelas formas como os longevos são percebidos socialmente. Nesse contexto, o etarismo atua silenciosamente, fazendo com que o próprio sujeito se sinta inadequado ou deslocado em determinados ambientes. A vontade de ir embora, portanto, um movimento de retraimento emocional e social diante da possibilidade de julgamento ou ridicularização. Como aponta Ribeiro (2002), essas hierarquizações estruturam os lugares sociais e influenciam as formas de valorização ou desvalorização de determinados grupos ou pessoas.

Ao mesmo tempo, a presença da colega que a incentiva a permanecer indica a importância dos vínculos de apoio e pertencimento entre os próprios longevos. A fala “não vai, não” representa uma forma de acolhimento e resistência frente às experiências que tendem a afastar esses sujeitos dos espaços coletivos. Assim, as relações de amizade e convivência mostram-se fundamentais para fortalecer a permanência social, minimizar sentimentos de isolamento e reafirmar o direito desses sujeitos de ocupar os espaços comunitários.

A longeva “Antúrio” respondeu: “*Eu senti, assim, naquela hora desrespeito, né? Senti só raiva.*” (Entrevistado Antúrio). Neste relato, a experiência é marcada pela percepção imediata de desrespeito, acompanhada de uma resposta emocional intensa, expressa pela raiva. Diferentemente de sentimentos que tendem à retração, a raiva é compreendida como uma reação que trata-se da consciência da injustiça vivida. Essa resposta indica que o sujeito além de vivenciar a situação, ainda a interpreta como inadequada, o que configura uma forma de resistência simbólica frente às práticas etaristas.

“Jasmim-do-mato” respondeu: “*Eu me senti muito magoada, né? Magoada, porque isso não era o dever deles estarem fazendo comigo, né?*” (Entrevistada Jasmim-do-mato). A fala expressa um sentimento de mágoa associado à percepção de violação de um princípio de respeito esperado nas relações sociais. Ao afirmar que “não era o dever deles”, a participante mobiliza uma compreensão normativa sobre o comportamento do outro, indicando que reconhece a situação como inadequada e injusta. Esse elemento não apenas o impacto emocional da experiência, mas a elaboração de um julgamento sobre a conduta alheia, de um posicionamento crítico diante da situação vivida.

Conforme a perspectiva histórico-cultural de Vygotsky (2007), tais experiências são compreendidas como constitutivas da subjetividade, uma vez que o sujeito se forma nas relações sociais. Quando essas relações são marcadas por desvalorização, produzem impactos na forma como o indivíduo se percebe e se posiciona no mundo. As narrativas analisadas indicam que o sofrimento decorrente do etarismo ultrapassa o momento da interação, reverberando na vida psíquica e nos modos de significar a própria existência.

A partir de Foucault (2008), compreende-se que tais práticas se articulam a regimes de saber que produzem e legitimam discursos sobre a idade, orientando comportamentos e delimitando papéis sociais. Nesse sentido, não se trata apenas de atitudes individuais, mas de uma lógica social que sustenta essas formas de relação. Apesar dessas tensões, observa-se que os longevos mobilizam formas de enfrentamento que, ainda que sutis, mostra a capacidade de elaboração e continuidade. Conforme Morin (2005), a experiência humana constitui-se como uma tessitura dinâmica, na qual coexistem fragilidades e possibilidades.

Assim, a articulação entre teoria e campo mostram que os efeitos do etarismo se manifestam de forma concreta no cotidiano, produzindo impactos emocionais e relacionais. Ao mesmo tempo, sujeitos que, mesmo atravessados por tais experiências, seguem construindo sentidos e mantendo sua presença no mundo. Nesse movimento, o CRAS II surge como um espaço fundamental para Fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, tornando experiências de desvalorização em possibilidades de reconstrução subjetiva e social. Para além

de sua dimensão institucional, o que dialoga diretamente com a concepção de que a assistência social, no âmbito do SUAS, deve operar na perspectiva da proteção social básica, voltada à prevenção de situações de risco por meio do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (Brasil, 2009).

O espaço do CRAS II possibilita que os idosos sejam reconhecidos em sua condição de sujeitos históricos, rompendo, ainda que parcialmente, com as lógicas que os colocam em posições de invisibilização. Tal processo é compreendido na perspectiva de Vygotsky (2007), ao afirmar que os processos subjetivos se constituem nas relações sociais, sendo o outro e o contexto elementos centrais na formação da consciência e da identidade. Assim, ao participar de atividades coletivas, os idosos não apenas interagem, mas reelaboram suas experiências e produzem novos sentidos sobre si e sobre o envelhecer. Conforme Candau (2018), a relação existente entre identidade social e memória desempenha um papel crucial na formação do sujeito, em que, ele é responsável por ressignificar sua maneira de ser, estar e agir no mundo.

Neri (2004) afirma o envelhecimento não deve ser reduzido a perdas, mas compreendido como um processo diferenciado, no qual fatores sociais e psicológicos influenciam diretamente a qualidade de vida e a forma como os sujeitos percebem a si mesmos. Nesse sentido, ao favorecer a participação, o convívio e a expressão, o CRAS contribui para a reconstrução da autoestima e para o fortalecimento da autonomia dos idosos.

Além disso, ao promover encontros, escuta e circulação de narrativas, o CRAS II atua como um espaço de produção de pertencimento, elemento fundamental para a sustentação da identidade na velhice. Como aponta Bosi (2004), a memória e a partilha de experiências são centrais na construção do sentido de si, permitindo que os sujeitos organizem suas trajetórias e reafirmem sua existência no mundo. Assim, ao compartilhar histórias, vivências e saberes, os idosos não apenas recordam, mas se reposicionam socialmente.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que o etarismo incide sobre os sujeitos, produzindo marcas em suas trajetórias, o CRAS II se configura como um espaço de contraposição, onde novas possibilidades de existência são tecidas. Trata-se de um território onde o envelhecimento deixa de ser compreendido apenas sob a lógica da perda e passa a ser vivenciado como continuidade, relação e produção de sentido, reafirmando os idosos como sujeitos ativos, portadores de história, cultura e saberes.

É possível compreender que o envelhecimento, no contexto investigado, é vivido de maneira que perpassada pelas relações sociais, pelos vínculos comunitários e pelas representações construídas sobre a velhice. As narrativas das participantes, que a adultez tardia não é reduzida apenas às transformações biológicas, pois envolve dimensões emocionais,

culturais, subjetivas e simbólicas que influenciam diretamente os modos de viver e perceber essa etapa da vida.

Ao longo das entrevistas, tornou-se evidente que as experiências dos longevos são marcadas por ambiguidades. Em muitos momentos, os participantes demonstraram sentimentos de pertencimento, autonomia e continuidade da vida social, especialmente quando envolvidos em espaços de convivência, relações afetivas e práticas religiosas. Contudo, emergiram situações de desvalorização, constrangimento e desrespeito que demonstraram como o preconceito relacionado à idade permanece presente nas interações cotidianas.

As observações realizadas no CRAS II mostraram que os grupos de convivência vão além da função recreativa, um espaços de fortalecimento subjetivo, produção de vínculos e reconstrução de sentidos sobre o envelhecimento. Durante as atividades, percebia-se a formação de relações de amizade, apoio mútuo e acolhimento, fazendo com que muitos longevos passassem a se sentir novamente incluídos socialmente. A convivência coletiva aparecia frequentemente associada à melhora do humor, da disposição e da autoestima, sobretudo entre aqueles que anteriormente vivenciavam situações de isolamento no ambiente doméstico.

Outro aspecto observado refere-se à importância da oralidade, da memória e do território na experiência da longevidade. As falas dos participantes apresentavam constantes referências às trajetórias de vida, aos vínculos familiares, ao trabalho, à religião e às transformações vivenciadas ao longo do tempo, demonstrando que a memória exerce papel fundamental na construção da identidade e no sentimento de continuidade existencial. Além disso, a pesquisa mostrou que o território influencia diretamente as formas de envelhecer, uma vez que, no bairro Abial, as relações de vizinhança, proximidade e reconhecimento entre os moradores fortalecem o sentimento de pertencimento e mantêm vivas as relações comunitárias no cotidiano dos longevos.

Ao mesmo tempo, observou-se que as marcas do etarismo se manifestam em práticas sutis do cotidiano, por meio de comentários, brincadeiras, olhares e formas de tratamento direcionadas aos longevos, além de tentativas de limitar sua participação em espaços públicos, institucionais e familiares. Essas experiências reforçam associações entre envelhecimento, incapacidade, dependência e improdutividade, produzindo impactos emocionais significativos. Entretanto, muitos longevos desenvolvem formas de resistência frente a essas representações, mantendo-se ativos em atividades coletivas, exercendo autonomia sobre a própria rotina e reafirmando seus desejos e modos de existir. Assim, o envelhecimento mostrou-se como uma experiência plural, marcada simultaneamente por vulnerabilidades, afetos, resistências e produções contínuas de sentido.

CONSIDERAÇÕES

A tessitura desta pesquisa permitiu apresentar que o etarismo, está longe de se configurar como um fenômeno abstrato, materializa-se nas tramas do cotidiano dos longevos de Tefé, que perpassa suas relações, seus modos de participação social e a construção de suas identidades e subjetividades. Ao articular os dados empíricos produzidos no campo com o referencial teórico mobilizado ao longo desta dissertação, é possível afirmar que o envelhecimento, no contexto amazônico investigado, é vivido sob tensões constantes entre reconhecimento e desvalorização, pertencimento e deslocamento, potência e limitação socialmente atribuída.

As experiências relatadas pelos colaboradores da pesquisa, sem que se alterem suas falas ou sentidos originais, que o etarismo se manifesta tanto de forma evidente quanto sutil, operando por meio de práticas cotidianas, discursos naturalizados e interações sociais que, muitas vezes, deslegitimam a presença dos longevos em determinados espaços. Tais manifestações não apenas incidem sobre o lugar social desses sujeitos, mas reverberam em suas formas de sentir, perceber e significar a si mesmos, isso significa que o etarismo atua como um dispositivo que atravessa a subjetividade.

Os dados de campo confirmam que a experiência do envelhecimento não é compreendida dissociada das condições socioculturais e territoriais nas quais os sujeitos estão inseridos. Em Tefé, as especificidades amazônicas, marcadas por dinâmicas comunitárias, territorialidades próprias e desafios no acesso às políticas públicas, configuram um cenário singular, no qual o envelhecer se constrói em meio a atravessamentos históricos, culturais e institucionais. Assim, o etarismo não se apresenta como um fenômeno isolado, mas como parte de uma estrutura de desigualdades que incidem sobre os corpos e trajetórias longevas.

Os longevos não se constituem como sujeitos passivos diante dessas experiências. Ao contrário, a presença de estratégias de resistência, ressignificação e produção de sentido que se manifestam nas práticas cotidianas, nas relações sociais e nos espaços de convivência, como o CRAS II. A participação em atividades coletivas, a valorização da espiritualidade, da cultura e das memórias compartilhadas emergem como elementos fundamentais na reconstrução do lugar social desses sujeitos, reafirmando sua existência para além dos estigmas etários.

Desse modo, observa-se que a identidade, longe de ser fixa ou determinada, é continuamente reconstruída na relação com o outro, com o território e com os discursos que circulam socialmente. A subjetividade, por sua vez, é um campo dinâmico, atravessado por experiências de reconhecimento e negação, onde os longevos elaboram sentidos sobre si e sobre o envelhecer. Essa compreensão dialoga com os achados empíricos da pesquisa, que

demonstram como os sujeitos, mesmo diante de práticas etaristas, mobilizam recursos simbólicos e afetivos para sustentar sua dignidade e seu pertencimento social.

No que se refere às políticas públicas, os dados indicam que, embora existam avanços normativos importantes no campo da proteção à pessoa idosa, ainda persistem lacunas importantes na efetivação desses direitos no contexto local. O CRAS II, enquanto equipamento da proteção social básica, é um espaço fundamental de acolhimento, convivência e fortalecimento de vínculos, desempenhando um papel central na mediação entre os sujeitos e as políticas públicas. No entanto, a pesquisa demonstra que tais dispositivos, por si só, não são suficientes para enfrentar as múltiplas dimensões do etarismo, sendo necessária a ampliação de ações intersetoriais que considerem as especificidades do território amazônico.

Dessa forma, os resultados desta investigação reforçam a necessidade de deslocar o olhar sobre o envelhecimento, superando perspectivas reducionistas que o associam exclusivamente à perda, à dependência ou à improdutividade. Ao contrário, a longevidade, deve ser compreendida como um campo de experiências múltiplas, atravessado por histórias, saberes e modos de existir que contribuem para a construção da vida coletiva.

A tessitura que orienta esta pesquisa, os sentidos aqui produzidos permanecem abertos, em constante (re)elaboração, acompanhando as transformações do campo, dos sujeitos e das próprias inquietações que mobilizaram este estudo. Nesse percurso, reafirma-se a importância de seguir tecendo reflexões que contribuam para o reconhecimento dos longevos como sujeitos de direitos, de saberes e de existência plena, especialmente em contextos como o amazônico, onde o envelhecer carrega marcas, desafios e potências singulares.

Nesta pesquisa foi possível perceber formas de manifestações do etarismo presentes na realidade cultural de Tefé, além de compreender como esse tipo de estigma influencia a maneira como os longevos constroem sua identidade e percebem seu lugar na sociedade. Além de ampliar o debate sobre o envelhecimento e incentivar estratégias que fortaleçam a dignidade e o reconhecimento dos longevos no contexto cultural local. Espera-se que este estudo possa fornecer direções para futuras ações voltadas à inclusão social dessa parcela da população. E ao considerar as especificidades culturais de Tefé, a pesquisa deixa a possibilidade de subsídios para a formulação de futuras políticas que incentivem o respeito intergeracional e valorizem os saberes dos longevos e seu empoderamento como parte essencial da identidade coletiva no município de Tefé.

REFERÊNCIAS

AGLIARDI, Delcio Antônio. **Os direitos humanos da pessoa idosa numa perspectiva comparada em países ibero-americanos**. Olhar de Professor, Ponta Grossa, v. 18, n. 1, p. 82–90, 2015. Disponível em: <https://publica.ciar.ufg.br/ebooks/ebook_projeto_fortalecer/artigos/Mod1_A1.html>. Acesso em: 7 jul. 2025.

BERGER, Kathleen S. **O desenvolvimento da pessoa do nascimento à terceira idade**. Trad. Gabriela dos Santos Barbosa. - 9. ed. - Rio de Janeiro: LTC, 2017.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Tradução: Maria Helena Franco Martins. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da Memória: ensaios de uma psicologia social**. São Paulo: Ateliê Educacional, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção crítica social do julgamento**. Tradução de Daniela Kern. Porto Alegre: Zouk, 2007.

BORGES. **A produção de conhecimento sobre o envelhecimento humano: aspectos históricos e sociais**. Brasília: UNICEUB, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/123456789/2991?mode=full>>. Acesso em: 20 jul. 2025.

BRAGA, Adriana Nonato. **A Oração que Cura: Olhares e Vivências de benzedores(as) no município de Tefé/AM**. Dissertação, Mestrado em Ciências Humanas do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – PPGICH. Universidade do Estado do Amazonas. Tefé-AM, 2024. Disponível em: <<https://pos.uea.edu.br/data/area/dissertacao/download/64-3.pdf>>. Acesso em: janeiro de 2026. Acesso em: 10 mar. 2026.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 7 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social. Diário Oficial da União, Brasília, 1993. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm>. Acesso em: 7 jul. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate a Fome, 2004. Disponível em: <<https://x.gd/LITnL>>. Acesso em: 7 jul. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social, 2009. Disponível em: <<https://x.gd/38wGQ>>. Acesso em: 7 jul. 2025.

BRASIL, Ministério da Cidadania. **Perguntas Frequentes: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)**. Brasília: Ministério da Cidadania, 2022. Disponível em: <<https://x.gd/6dHAC>>. Acesso em: 7 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Estatuto do Idoso. Brasília-DF, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/pessoa-idosa/estatuto-da-pessoa-idosa.pdf/view>>. Acesso em: 08 out. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 10.133, de 26 de novembro de 2019**. Institui o Programa Viver - Envelhecimento Ativo e Saudável. Diário Oficial da União, Brasília, 27 nov. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10133.htm . Acesso em: 7 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.423, de 22 de julho de 2022**. Altera a terminologia do Estatuto da Pessoa Idosa. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2022. Disponível em: <<https://x.gd/Fk3ja>>. Acesso em: 7 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso. Reimpresso em 2010. Diário Oficial da União, Brasília, 1994. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18842.htm>. Acesso em: 7 jul. 2025.

BRAGA, Eson Gama; BRAGA, Adriana Nonato. Procedimentos metodológicos na pesquisa científica: tipos, abordagens e uso ético da IA segundo o CNPq. **Revista Egan**, v. 1, n. 4, p. e0024, 2026. Disponível em: <<https://revistaegan.com.br/index.php/revistaegan/article/view/28>>. Acesso em: maio. 2026.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2018.

CAMARANO, A. A. **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CAMARANO, Ana Amélia (Org.). **Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?** Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

CASTRO, Fernanda F. **Envelhecendo e cuidando da saúde: a vivência de idosos ribeirinhos do Amazonas**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2019. Disponível em: <<https://ppgenf.sites.ufsc.br/tese-ou-dissertacao/envelhecendo-e-cuidando-da-saude-a-vivencia-de-idosos-ribeirinhos-do-amazonas/>>. Acesso em: 7 jul. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Envelhecimento e Subjetividade: desafios para uma cultura de compromisso social**. Conselho Federal de Psicologia, Brasília-DF, 2008.

DEBERT, Guita Grin. **A Reinvenção da Velhice: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento**. 1. Ed. 1. Reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2004.

DIEHL, Eliane; LANGDON, Esther Jean. **Saúde indígena: políticas comparadas na América Latina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00024117>>. Acesso em: 10 jan. 2026.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O Mito Moderno Da Natureza Intocada**. 5ª Edição, Editora: Annablume, 2003.

EL KADRI, Michele R.; FERREIRA, Claudio P.; FREITAS, Carlos M. **A saúde na região do Médio Solimões no estado do Amazonas: a centralidade de Tefé**. *Saúde debate*. Saúde em Debate, [S. l.], v. 48, n. 140, p. e8338, 2024. Disponível em: <<https://www.saudeemdebate.org.br/sed/article/view/8338>>. Acesso em: 05 jun 2025.

ESCORSIM, Silvana Maria. O envelhecimento no Brasil: aspectos sociais, políticos e demográficos em análise. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 142, p. 427-446, set./dez. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.258>>. Acesso em: 02 dez. 2024.

FABIANN, Joannes. A prática etnográfica como compartilhamento do tempo e como objetivação. *Mana*, 12 (2), p. 503-520, 2006. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S0104-93132006000200010>>. Acesso em 02 dez. 2024.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1988.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FRANKL, Viktor E. **Em busca de sentido: um psicólogo no campo de concentração**. Petrópolis: Vozes, 2008.

FREITAS, Silvane A.; COSTA, Maria J. A identidade social do idoso: memória e cultura popular. *Revista conexão*. Ponta grossa: editora UEPG, v. 7 n.2 julho-dezembro, 2011.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Global, 2003.

GARCIA, E. **Pesquisa bibliográfica versus revisão bibliográfica-uma discussão necessária**. *Línguas & Letras*, v. 17, n. 35, 2016.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução Márcia Bandeira de Melo Leite Nunes. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2019.

GOVERNO DO AMAZONAS. **Lei nº 2.887, de 04 de maio de 2004.** Institui a Política Estadual do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Amazonas, Manaus, 2004.

GOVERNO DO AMAZONAS. **Lei Nº 6.101 de 23 de dezembro de 2022.** Institui a Política Estadual para o estímulo da atividade de cuidador de idosos, e dá outras providências. Gabinete do Governador do Estado do Amazonas, Manaus, 2004. Disponível em: <<https://x.gd/f6xG7>>. Acesso em: 25 de jul. 2025.

GOVERNDO DO AMAZONAS. **Lei nº 6.175, de 6 de fevereiro de 2023.** Estabelece diretrizes para a formação e capacitação em empreendedorismo de mulheres idosas ativas no interior do estado do Amazonas. Diário Oficial do Estado do Amazonas, Manaus, 6 fev. 2023. Disponível em: <<https://sapl.al.am.leg.br/>>. Acesso em: 25 de jul. 2025.

GOVERNO DO AMAZONAS. **Lei nº 7.367, de 14 de janeiro de 2025.** Institui a Política Pública do Cuidado no âmbito do Estado do Amazonas. Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, Manaus, 2025. Disponível em: <<https://sapl.al.am.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2025/13786/7367.pdf>>. Acesso em: 25 de jul. 2025.

GOVERNO DO AMAZONAS. **Governo realiza mais de 1,2 milhão de atendimentos nos Centros de Convivência da Família em 2023.** Agência Amazonas, 26 dez. 2023. Disponível em: <<https://www.agenciaamazonas.am.gov.br/noticias/governo-realiza-mais-de-12-milhao-de-atendimentos-nos-centros-de-convivencia-da-familia-em-2023/>>. Acesso em: 1 jul. 2025.

GOVERNO DO AMAZONAS. **Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania.** 2024. Disponível em: <<https://www.sejusc.am.gov.br/pe-na-estrada-projeto-de-turismo-rural-encerra-atividades-de-2024-com-4-mil-idosos-atendidos>>. Acesso em: 7 jul. 2025.

GOVERNO DO AMAZONAS. **Cartilha: Enfrentamento à violência contra a pessoa idosa.** SEJUSC, 2022. Disponível em: <https://www.sejusc.am.gov.br/wp-content/uploads/2022/12/CARTILHA_IDOSO_2022.pdf>. Acesso em: 02 de Julho de 2025.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** 1ª Ed. Centauro, 2006.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo.** 10ª Edição, Editora Vozes, 2015.

HORVATH JÚNIOR, Miguel; QUEIROZ, Vera. Etarismo à luz do princípio da dignidade da pessoa humana. **Revista Brasileira De Direito Social**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 95–110, 2024. Disponível em: <<https://rbds.ieprev.com.br/rbds/article/view/271>>. Acesso em: 23 maio. 2026.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama de Tefé, 2022. Disponível em: <<https://x.gd/OMQS3>>. Acesso em: setembro de 202.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura - Um conceito antropológico**. 14ª ed. — Rio de Janeiro-RJ: Jorge Zahar Ed., 2001.

LIMA, Ana Claudia S. **Sobre tutela e participação: povos indígenas e formas de governo no Brasil, séculos XX/XXI**. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 425–457, 2015.

LISBÔA, S. M. **A política pública para idosos na cidade de Manaus: avanços e desafios para sua efetivação**. Dissertação de mestrado. Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM, Brasil, 2011.

LOBATO, Tatiana Caroline Lima *et al.* Caracterização sociodemográfica, de saúde e apoio social de idoso longo vivo no interior do Amazonas. **Revista Kairós-Gerontologia**, [S. l.], v. 24, n. 3, p. 115–134, 2022. DOI: 10.23925/2176-901X.2021v24i3p115-134. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/52198>>. Acesso em: 22 maio. 2026.

MAGNANI, Jose G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol 17, n. 49 - São Paulo, junho de 2002.

MAGNANI, Jose G. C. **Etnografias urbanas: quando o campo é a cidade**. Petrópolis: Vozes 2023.

MALLOY-DINIZ, Leandro F. FUENTES, Daniel; CONSENZA, Ramon M. **Neuropsicologia do envelhecimento: uma abordagem multidimensional**. Porto Alegre: Artmed, 2013.

MARIN, Maria José Sanches; PANES, Vanessa Clivelaro Bertassi. Envelhecimento da população e as políticas públicas de saúde. **Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília**, Marília, v. 1, n. 1, p. 26–34, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/331295107_ENVELHECIMENTO_DA_POPULACAO_E_AS_POLITICAS_PUBLICAS_DE_SAUDE>. Acesso em: 7 jul. 2025

MATTA, Betânia de A. R. **Memórias e identidades do ser idoso: as experiências do Centro Municipal de Convivência da Família de Tefê (AM)**. Tefê-AM: UEA, 2021. Disponível em: <https://pos.uea.edu.br/data/area/dissertacao/download/45-19.pdf> . Acesso em 04 dez. 24.

MEDEIROS, M. Pesquisas de abordagem qualitativa. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 14, n. 2, p. 224-9, 2012. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/fen/article/view/13628/11615>>. Acesso em: 16 de Janeiro de 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: HUCITEC, 2004.

MORAIS, E. P.; RODRIGUES, R. A. P.; GERHARDT, T. E. Os idosos mais velhos no meio rural: realidade de vida e saúde de uma população do interior gaúcho. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v. 7, n. 2, p. 374-383, Abr/Jun. 2008.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. Disponível em:

<<https://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2265/2004>>. Acesso em: 10 jan. 2026.

NERI, Anita Liberalesso. **Velhice e representação social: estudos no Brasil**. Campinas: Alínea, 2014.

NERI, Anita Liberalesso (Org.). **Qualidade de vida na velhice: enfoque multidisciplinar**. Campinas: Alínea, 2018.

NERI, Anita Liberalesso. **Palavras-chave em gerontologia**. Campinas: Alínea, 2004a.

NERI, Anita Liberalesso. Contribuições da psicologia ao estudo e à intervenção no campo da velhice. **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano, Passo Fundo**, p. 69-80, jan./jun. 2004b. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/rbceh/article/view/46/55>>. Acesso em: 03 dez. 2024.

ONU BRASIL, Nações Unidas Brasil. **Conferência Regional reafirma direito ao envelhecimento digno e saudável**. 12 de dezembro de 2022. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/212375-confer%C3%A0ncia-regional-reafirma-direito-ao-envelhecimento-digno-e-saud%C3%A1vel>>. Acesso em: 28 nov. 2024.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Plano de Ação Internacional de Madri sobre Envelhecimento**. Madri: ONU, 2002. Disponível em: <<https://fiapam.org/wp-content/uploads/2013/11/idoso1.pdf>> Acesso em: 21 abr. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Envelhecimento ativo: uma política de saúde**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2026.

PAPALIA, Diane E.; MARTORELL, Gabriela. **Desenvolvimento humano**. 14 ed. Porto Alegre: Artmed, 2022.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. Edição comemorativa (100 anos). São Paulo: Global Editora, 2022.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

ROSA, Carlos M.; VILHENA, Junia. O silenciamento da velhice: apagamento social e processos de subjetivação. **Revista Subjetividades**. Fortaleza: 2016. Disponível em <https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692016000200001>. Acesso em: 08 out. 2024.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 78, p. 3–46, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-33002007000300004>>. Acesso em: 10 jan. 2026.

SANTOS, Laís Cristina Barbosa dos; GONDINHO, Brunna. Judicialização do acesso de idosos ao Sistema Único de Saúde – SUS e Sistema Único de Assistência Social – SUAS. **Journal of Management & Primary Health Care**, v. 12, p. 1076, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.14295/jmphc.v12.1076>>. Acesso em: 7 jul. 2025.

SANTOS, P. R. S. *et al.* Benefícios da inserção da pessoa Idosa em Grupos de Convivência: Revisão Integrativa: Benefits of inserting elderly People in Living Groups: Integrative Review. ID on line. **Revista de psicologia**, [S. l.], v. 17, n. 65, p. 213–224, 2023. DOI: <https://doi.org/10.14295/idonline.v17i65.3678>

SARTRE, Jean-Paul, 1905-1980. **O que é a subjetividade?** Tradução Estela dos Santos Abreu. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SEVERINO, Antonio J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

SILVA, L. R. F. Autonomia, imperativo à atividade e “máscara da idade”: prerrogativas do envelhecimento contemporâneo? **Psicologia & Sociedade**; 21 (1): 128-134, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-71822009000100015>>. Acesso em: 06/05/2026.

SILVA, Ana Amélia Camarano da. **Envelhecimento da população brasileira: uma abordagem demográfica**. Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

SILVA, M. S.; ARAÚJO, F. R. Cultura e Inclusão Social no Envelhecimento: O Caso dos Idosos no Amazonas. **Revista de Estudos Regionais e Políticas Públicas**, 15(3), 134-156. 2020.

SILVA, Carlúcio G. O atendimento prioritário ao idoso no brasil como direito fundamental. **Revista FT**, vol 26, set, 2022. Disponível em: <https://revistaft.com.br/o-atendimento-prioritario-ao-idoso-no-brasil-como-direito-fundamental/?utm_source=chatgpt.com>. Acesso em: 07 de jul. 2025

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite**. Rio de Janeiro: Leya, 2009.

SOUZA, Angelice Rafael de *et al.* O Impacto das Redes Sociais na Formação do “Eu”. **Revista Egan**, [S. l.], v. 1, n. 5, p. e0029, 2026. Disponível em: <<https://revistaegan.com.br/index.php/revistaegan/article/view/33>>. Acesso em: 22 maio. 2026.

TEIXEIRA, Thayline Carius. **Os efeitos da pandemia da COVID-19 na saúde mental de idosos do Centro de Convivência do Idoso de Tefé/AM**. Dissertação de Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2025.

TORRES, K. R. B. de O.; CAMPOS, M. R.; LUIZA, V. L. Evolução das políticas públicas para a saúde do idoso no contexto do Sistema Único de Saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, e300113, 2020. Disponível

em: <<https://www.scielo.br/j/physis/a/XqzFgPPbgmsKyJxFPBWgB3K/>> . Acesso em: 7 jul. 2025.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e Cultura: notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea**. 2. Reimp. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

VERAS, Rodrigo P. Envelhecimento populacional contemporâneo: demandas, desafios e inovações. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, 2021.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE A - CRONOGRAMA

Atividades	Período
Submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)	10 ago. a 20 ago. 2025
Seleção e revisão bibliográfica	21 ago. a 15 set. 2025
Exame de Qualificação	21 set. a 30 set. 2025
Seleção dos colaboradores longevos	01 out. a 15 out. 2025
Coleta de dados (entrevistas semiestruturadas)	16 out. a 30 nov. 2025
Transcrição e organização dos dados coletados	01 dez. a 20 dez. 2025
Análise dos dados e redação dos resultados preliminares	02 jan. a 30 jan. 2026
Elaboração do trabalho e revisão final	02 fev. a 15 mai. 2026
Defesa pública da dissertação	30 mai. a 10 jun. 2026
Devolução do trabalho aos participantes da pesquisa	15 jun. a 30 jun. 2026

APÊNDICE B - ROTEIRO DE PERGUNTAS SEMIESTRUTURADAS

Título do projeto de pesquisa: **“Tecendo sentidos: Subjetividade e identidade no contexto do Etarismo aos Longevos de Tefé-AM”**

Pesquisador(a) responsável: **Geiciandra Salazar Moura da Silva**

Instituição proponente: **Universidade do Estado do Amazonas - UEA**

Identificação

1. Qual o seu nome completo?
2. Qual a sua data de nascimento?
3. Há quanto tempo você vive em Tefé?
4. Você participa de alguma atividade cultural, religiosa ou comunitária? Qual?

Identidade e percepção do etarismo

5. Como você se sente em relação à sua idade?
6. O que significa, para você, ser uma pessoa idosa em Tefé?
7. Como você percebe o tratamento dado às pessoas com a sua idade na sociedade de Tefé?
8. Você já sentiu que foi tratado de forma diferente por causa da sua idade? Como isso afetou a forma como você se vê? Pode contar um pouco sobre essa experiência?
9. Você sente que a sua forma de ser e viver mudou com o passar do tempo? De que maneira?
10. Você sabe o que é etarismo?

Convivência e participação social

11. O preconceito direcionado a idade já influenciou sua participação em atividades sociais, familiares ou comunitárias?
12. Você sente que sua opinião é valorizada em espaços públicos, familiares ou comunitários? Pode dar exemplos?
13. Existem espaços em Tefé onde os longevos se sentem mais incluídos ou excluídos? Quais?
14. Em sua rotina, você percebe alguma dificuldade em ser ouvido ou respeitado por pessoas mais jovens?

15. Você sente que as oportunidades de participar de atividades sociais diminuíram à medida que envelheceu?

Efeitos psicológicos e culturais

16. De que forma as atitudes preconceituosas em relação à idade afetam seus sentimentos e autoestima?
17. Você sente que sua identidade mudou ao longo dos anos? Como?
18. Você acha que a sua cultura valoriza o conhecimento e a experiência das pessoas idosas?
19. Em sua opinião, de que forma a cultura de Tefé pode ajudar ou dificultar o envelhecimento?
20. Como você se sente em relação à sua participação em eventos culturais ou comunitários atualmente?

APÊNDICE C – TERMO DE ANUÊNCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA CIDADANIA

TERMO DE ANUÊNCIA

Eu, **EIDY RUSSELI GONÇALVES BARBOSA**, na qualidade de **SECRETÁRIA**, da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Cidadania, Localizada na Av. Juruá s/n e Bairro Juruá do município de Tefé/Amazonas, **AUTORIZO** a realização da pesquisa intitulada "TECENDO SENTIDOS: SUBJETIVIDADE E IDENTIDADE NO CONTEXTO DO ETARISMO AOS LONGEVOS DE TEFÉ-AM", que será realizada no Centro de Referência de Assistência Social Maria de Nazaré Ferreira de Souza – CRAS II, a ser conduzida sob a responsabilidade da pesquisadora: Geiciandra Salazar Moura da Silva. O projeto será realizado com o objetivo entender como o etarismo (discriminação ou preconceito baseado na idade, atitudes preconceituosas, exclusão social ou desvalorização cultural) afeta a forma como os longevos se percebem e se identificam, levando em conta as especificidades culturais de Tefé. Neste sentido, declaro que este equipamento municipal apresenta as condições necessárias à realização da referida pesquisa.

A pesquisa será realizada no período de março a setembro de 2025. E este termo é válido apenas no caso de haver parecer favorável do Comitê de Ética avaliador do estudo.

Tefé, 07 de Março de 2025.



EIDY RUSSELI GONÇALVES BARBOSA
Secretária Municipal de Assistência Social e da Cidadania

APÊNDICE D – DECRETO MUNICIPAL 013/2025

22/01/25, 09:31

Visualização de Publicação

**ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE TEFÊ**

**GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 013, DE 06 DE JANEIRO DE 2025**

“Dispõe sobre a nomeação ao cargo em comissão de Secretário(a) Municipal de Assistência Social e Cidadania do Município de Tefê - SEMASC.”

NICSON MARREIRA LIMA, PREFEITO MUNICIPAL DE TEFÊ, ESTADO DO AMAZONAS, como chefe do poder executivo, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Art. 86, Inciso III da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o Art. 69 e SS da Lei Municipal nº 139/2019;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a Sra. **EIDEY RUSSELI GONÇALVES BARBOSA** para o cargo comissionado de Secretário(a) Municipal de Assistência Social e Cidadania do Município de Tefê – Amazonas, nos termos da Lei Municipal vigente.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01 de Janeiro de 2025.

Art. 3º. Revoga-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TEFÊ/AM, em 06 de Janeiro de 2025

NICSON MARREIRA LIMA

Prefeito Municipal de Tefê

Publicado por:
EMANUEL FONSECA DO NASCIMENTO
Código Identificador: HZDUYNYLJ

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Amazonas no dia 07/01/2025 - Nº 3771. A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site: <https://diariomunicipalaam.org.br>

APÊNDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(A) Sr(a) está sendo convidado a participar do projeto de pesquisa **“TECENDO SENTIDOS: SUBJETIVIDADE E IDENTIDADE NO CONTEXTO DO ETARISMO AOS LONGEVOS DE TEFÉ/AM”**, cuja pesquisadora responsável é Geiciandra Salazar Moura da Silva, mestranda do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas-PPGICH/UEA.

O objetivo desta pesquisa é entender como o etarismo (discriminação ou preconceito baseado na idade, atitudes preconceituosas, exclusão social ou desvalorização cultural) afeta a forma como os longevos se percebem e se identificam, levando em conta as especificidades culturais de Tefé.

Sua participação é importante nesta pesquisa, mas não é obrigatória e você tem a plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa. O tempo da entrevista é de aproximadamente 60 minutos e você tem o direito de não responder qualquer questão ou todo o questionário, sem necessidade de explicação ou justificativa. Sua recusa não lhe trará qualquer tipo de prejuízo. Se julgar necessário, o(a) Sr(a). dispõe de tempo para que possa refletir sobre sua participação, consultando seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los na tomada de decisão livre e esclarecida.

É respeitável informar que toda pesquisa com seres humanos envolve riscos aos participantes. Nesta pesquisa os riscos que você pode sofrer são: a possibilidade de constrangimento; desconforto; estresse e cansaço ao responder às perguntas; quebra de sigilo; quebra de anonimato, vazamento de dados por meio eletrônico. Por se tratar de uma pesquisa que aborda o tema de etarismo aos longevos, compreende-se que se corre o risco psicológico, mediante ao acesso a memórias que possam ser consideradas difíceis de serem abordadas, que podem contribuir para o desconforto emocional.

Para minimizar os riscos de constrangimento, desconforto e estresse, farei um esclarecimento prévio acerca da pesquisa e um resumo das perguntas relacionadas as possíveis problemáticas que você possa ter passado ao longo da sua vida, lhe deixarei muito à vontade para decidir continuar ou não a entrevista. Para minimizar o risco de cansaço ao responder as perguntas, procurar-se-á manter um clima de conversa e descontração, criando um ambiente acolhedor. Além disso, você tem a plena liberdade de escolher o dia e horário mais confortável para a realização da entrevista.

Como forma de diminuir os possíveis riscos psicológicos, a pesquisadora estará disponibilizando o acompanhamento de uma psicóloga devidamente habilitada, caso haja necessidade a Sra. Thayline Carius Teixeira do CRP 20/12907 estará prestando o suporte emocional que for necessário aos colaboradores da pesquisa. Preservando a integridade, o sigilo e anonimato dos entrevistados, buscando o bem-estar e o acolhimento diante dos possíveis desconfortos emocionais que podem vir a surgir. Todo o custo necessário com a psicóloga será de inteira responsabilidade da pesquisadora, isentando o colaborador de arcar com os honorários.

Para minimizar o risco de quebra de sigilo, quebra de anonimato ou vazamento de dados por meio eletrônico, o contato será sempre individualizado. As entrevistas e o registro de consentimento serão coletados pessoalmente. O(s) instrumento(s) de comunicação se restringirá a equipamentos eletrônicos pessoais de uso exclusivo da pesquisadora responsável. Os dados coletados serão transferidos e armazenados em um dispositivo de dados físico conhecido como “HD externo”, e guardado em um local seguro onde somente a pesquisadora responsável terá acesso. E, ficarão arquivados por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, a pesquisadora avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente nesta pesquisa.

Esta pesquisa não prevê pagamentos ou compensações financeiras diretas pela

participação. No entanto, quaisquer custos decorrentes da participação, como despesas de deslocamento para a realização da(s) entrevista(s), poderão ser ressarcidos, mediante solicitação, caso sejam acordados previamente com a pesquisadora, respeitando a disponibilidade de recursos do projeto. Também é assegurado ainda o direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos ou indiretos e imediatos ou tardios decorrentes da participação neste estudo, pelo tempo que for necessário.

Os benefícios são indiretos, entendendo como benefício: o direito de participar como sujeitos historicossociais na pesquisa e no desenvolvimento da ciência. Ademais, a pesquisa poderá ser utilizada no futuro pelos participantes em pesquisa própria acerca do mesmo tema.

É garantido ao(à) Sr(a) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica. **No entanto, a pesquisadora responsável tem interesse em divulgar seu nome, imagem e os dados coletados por áudio, vídeo e fotografia no trabalho final da pesquisa, bem como em outras publicações relacionadas, como: revistas científicas, artigos acadêmicos, congressos e outros eventos dessa natureza. Isso será feito por entender sua participação como uma contribuição importante para o estudo.** Neste sentido é importante que ao ler e assinar este documento, esteja de forma livre, informado(a) e esclarecido(a), o uso de sua **imagem, voz e registro audiovisual** (vídeo, fotografia e/ou gravação de áudio), captados durante entrevistas, ou outras formas de participação previstas na pesquisa, exclusivamente para fins acadêmicos, científicos e de divulgação dos resultados da pesquisa em meios impressos, digitais ou audiovisuais, tais como: eventos acadêmicos, publicações científicas, apresentações públicas, arquivos institucionais e repositórios científicos. Estando ciente que a sua participação é **voluntária** e que poderá solicitar a revogação desta autorização a qualquer momento, sem que isso acarrete qualquer prejuízo à você na pesquisa.

Ao final da pesquisa, o(a) Sr(a) terá acesso aos resultados gerais da investigação, que poderão ser disponibilizados em forma de relatórios ou publicações acadêmicas. Caso deseje, a pesquisadora também poderá fornecer uma versão resumida dos resultados que abordem sua participação especificamente. O produto final da pesquisa será utilizado para fomentar debates acadêmicos e sociais sobre questões relacionadas ao etarismo e suas influências na subjetividade e identidade dos longevos na Amazônia, sendo publicado conforme os parâmetros acadêmicos estabelecidos pela UEA.

Garantimos ao(à) Sr(a) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica. O(A) Sr(a). pode entrar em contato com o pesquisador responsável Geiciandra Salazar Moura da Silva a qualquer tempo para informação adicional no endereço Rua Bom Jesus, nº 1275, Bairro Jerusalém, Tefé/AM. Celular (92) 98217-4481 E-mail: gsmids.mic24@uea.edu.br. A pesquisadora possui vínculo com a Universidade do Estado do Amazonas – UEA através do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – PPGICH, sob orientação da Prof. Dr. Raimundo Sidnei dos Santos Campos. Os investigadores estão disponíveis para responder a qualquer dúvida que você tenha.

O(A) Sr(a) também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Estadual do Amazonas (CEP/UEA) e com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), quando pertinente. O CEP/UEA fica localizado na Av. Carvalho Leal, 1777, bairro Cachoeirinha, Manaus/AM, CEP: 69065-001; telefone: (92) 99225-6612; e-mail: cep@uea.edu.br. O CEP/UEA é um colegiado multi e transdisciplinar, independente, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Este documento (TCLE) será elaborado em duas VIAS, que serão rubricadas em todas as suas páginas, exceto a com as assinaturas, e assinadas ao seu término pelo(a) Sr(a)., ou por

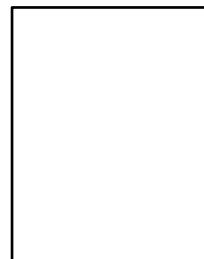
seu representante legal, e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um.

Eu _____, declaro que concordo em participar da pesquisa, tendo ciência de todos os itens desse documento.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Li e concordo em participar da pesquisa.

Tefé _____ de _____ de 2025.



Assinatura do Participante da Pesquisa/ Responsável legal

Assinatura do Pesquisador Responsável

Geiciandra Salazar Moura da Silva

APÊNDICE F – PARECER DO CEP

UNIVERSIDADE DO ESTADO
DO AMAZONAS - UEA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: TECENDO SENTIDOS: SUBJETIVIDADE E IDENTIDADE NO CONTEXTO DO ETARISMO AOS LONGEVOS DE TEFÉ-AM

Pesquisador: GEICIANDRA SALAZAR MOURA DA SILVA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 89405225.9.0000.5016

Instituição Proponente: Centro de Estudos Superiores de Tefé

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.770.904

Apresentação do Projeto:

Título da Pesquisa: TECENDO SENTIDOS: SUBJETIVIDADE E IDENTIDADE NO CONTEXTO DO ETARISMO AOS LONGEVOS DE TEFÉ-AM

Pesquisador Responsável: GEICIANDRA SALAZAR MOURA DA SILVA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 89405225.9.0000.5016

Submetido em: 20/07/2025

Instituição Proponente: Centro de Estudos Superiores de Tefé

Situação da Versão do Projeto: Em relatoria

Localização atual da Versão do Projeto: Universidade do Estado do Amazonas - UEA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Desenho: A pesquisa será realizada numa Instituição vinculada Prefeitura Municipal de Tefé e a Secretaria Municipal de Assistência Social e da Cidadania. Me refiro ao Centro de Referência Social (CRAS II), onde será o local da pesquisa, que está situado no bairro do Abial e é separado do restante da cidade por um lago com acesso a partir de transporte fluvial intitulada catraia. O estudo se constitui numa pesquisa de cunho bibliográfico associada a uma pesquisa de campo etnográfica no contexto urbano, e análise documental que envolva as leis e estatutos

Endereço: Av. Carvalho Leal, 1777

Bairro: Cachoeirinha

CEP: 69.065-001

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)99225-6612

Fax: (92)99225-6612

E-mail: cep@uea.edu.br

UNIVERSIDADE DO ESTADO
DO AMAZONAS - UEA



Continuação do Parecer: 7.770.904

destinados aos longevos. Adotando critérios de inclusão e exclusão para assegurar a qualidade das fontes utilizadas, selecionando obras de autores relevantes na área, com foco no envelhecimento, na cultura, subjetividade, identidade e etarismo. Sendo excluídos os estudos que não tratassem diretamente do tema ou que carecessem de embasamento científico. Envolvendo uma análise crítica e reflexiva de obras que abordam determinado tema e proporcionando uma visão mais holística sobre o assunto que se pretende apresentar, permitindo identificar lacunas e instigar novas direções de estudo em diversas áreas. Esta pesquisa se baseia em uma composição interdisciplinar, que aborda áreas como a Psicologia, Sociologia, Filosofia, Antropologia e Gerontologia. Para o desenvolvimento da metodologia de pesquisa utilizarei uma abordagem interpretativa de Geertz (2008) e para análise dos dados será utilizada uma abordagem qualitativa, por ser caracterizada de gerar resultados não derivados de métodos ou formas de quantificação. Para realização da pesquisa de campo, serão utilizados recursos como aparelho de celular com câmera para registro de fotos, vídeos e gravações de áudios no decorrer das entrevistas; microfone com bluetooth para que os áudios sejam gravados com mais qualidade; faz-se necessário também um caderno para o registro do diário de campo e caneta; O uso do notebook é fundamental para descrição dos dados, elaboração de resumos, sínteses da pesquisa e análise dos dados coletados; na mesma medida que o aparelho de impressão de documentos para o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para cada entrevistado e Roteiro de perguntas semiestruturadas (anexo 1); além do recurso financeiro e utilização de catraia para travessia ao bairro do Abial. Serão selecionados 08(oito) colaboradores longevos que atendam aos seguintes critérios: Estar vinculado(a) ao grupo de convivência de longevos atendido pelo CRAS II (Centro de Referência de Assistência Social) do município de TeféAM, participando de forma ativa e contínua das atividades há, no mínimo, seis meses; Residir no município de Tefé-AM e manter vínculos sociais e afetivos com o território local; Apresentar condições cognitivas, emocionais e comunicacionais que permitam a expressão de suas experiências, percepções e reflexões sobre identidade, subjetividade e etarismo; e Concordar voluntariamente em participar da pesquisa, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), após compreensão plena dos objetivos e procedimentos do estudo. E não serão incluídos na pesquisa indivíduos que, embora atendam aos critérios de inclusão, apresentem condições que possam comprometer a qualidade, coerência ou a ética na produção e interpretação dos dados qualitativos; participantes com comprometimentos cognitivos severos, identificados pela equipe técnica do CRAS II ou no contato preliminar, que dificultem a formulação de narrativas

Endereço: Av. Carvalho Leal, 1777

Bairro: Cachoeirinha

CEP: 69.065-001

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)99225-6612

Fax: (92)99225-6612

E-mail: cep@uea.edu.br

UNIVERSIDADE DO ESTADO
DO AMAZONAS - UEA



Continuação do Parecer: 7.770.904.

consistentes ou inviabilizem o diálogo reflexivo proposto pela pesquisa; Indivíduos em situação de sofrimento psíquico significativo ou em processo de crise emocional, cuja participação possa representar risco de agravamento, conforme avaliação ética e técnica da equipe de referência; Pessoas que, apesar de frequentarem o CRAS, não participam regularmente do grupo de convivência de longevos, mantendo apenas um vínculo temporário.

Introdução:

O envelhecimento é um processo natural e universal, mas suas implicações variam conforme o contexto social, econômico e cultural. No Brasil, e em especial na região amazônica, os longevos desempenham papel fundamental na preservação da memória coletiva e na transmissão de saberes tradicionais. Entretanto, essa população enfrenta desafios relacionados ao etarismo, uma forma de preconceito baseada na idade que pode resultar em discriminação social, desvalorização cultural e limitação de oportunidades. A presente pesquisa, intitulada "Tecendo Sentidos: subjetividade e identidade no contexto do etarismo aos longevos de Tefé-AM", busca compreender como as práticas etaristas afetam a construção identitária e a subjetividade dos longevos residentes no município de Tefé. O estudo se concentra nos indivíduos que se encontram na fase da adultez tardia, especificamente a partir dos 65 anos de idade, participantes das atividades desenvolvidas no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS II), localizado no Bairro do Abial. Esse recorte territorial e populacional permite uma análise mais aprofundada sobre as interações sociais, familiares e institucionais que influenciam a percepção do envelhecimento nessa região. O etarismo é um fenômeno social amplamente documentado, mas pouco explorado em contextos regionais específicos como a Amazônia. Considerando a realidade do município de Tefé, torna-se importante investigar como os longevos enfrentam essas barreiras e ressignificam suas experiências diante do etarismo. Neste sentido, a pesquisa se baseia em uma abordagem qualitativa, com inspiração etnográfica, utilizando entrevistas semiestruturadas, observação e análise documental. Além disso, busca-se examinar as políticas públicas voltadas à população longeva e identificar sua efetividade na redução do etarismo em Tefé. Dessa forma, o estudo pretende contribuir para a ampliação do debate sobre o envelhecimento e o etarismo na região amazônica, promovendo uma reflexão crítica sobre as formas de etarismo que atingem os idosos e fornecendo subsídios para estudos futuros e contribuições para elaboração de políticas públicas mais inclusivas e sensíveis às especificidades regionais. Ao dar voz aos longevos de Tefé, esta pesquisa busca valorizar suas trajetórias e experiências, reafirmando seu papel na construção social e cultural

Endereço: Av. Carvalho Leal, 1777

Bairro: Cachoeirinha

CEP: 69.065-001

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)99225-6612

Fax: (92)99225-6612

E-mail: cep@uea.edu.br

UNIVERSIDADE DO ESTADO
DO AMAZONAS - UEA



Continuação do Parecer: 7.770.904.

da região.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Entender como o etarismo (discriminação ou preconceito baseado na idade, atitudes preconceituosas, exclusão social ou desvalorização cultural) afeta a forma como os longevos se percebem e se identificam, levando em conta as especificidades culturais de Tefé.

Objetivo Secundário:

Descrever as políticas públicas existentes e que são efetivas no Município de Tefé para a redução do etarismo aos longevos. Analisar como essas manifestações impactam a convivência e a participação social dessas pessoas. Investigar os efeitos psicológicos e culturais desse fenômeno na construção da identidade dessas pessoas e em sua subjetividade (pensamentos, sentimentos e percepções individuais).

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Nesta pesquisa os riscos que os colaboradores podem sofrer são: a possibilidade de constrangimento; desconforto; estresse e cansaço ao responder às perguntas; quebra de sigilo; quebra de anonimato, vazamento de dados por meio eletrônico. Por se tratar de uma pesquisa que aborda o tema de etarismo aos longevos, compreende-se que se corre o risco psicológico, mediante ao acesso a memórias que possam ser consideradas difíceis de serem lidadas, que podem contribuir para o desconforto emocional. Como forma de diminuir os possíveis riscos psicológicos, a pesquisadora estará disponibilizando o acompanhamento de uma psicóloga devidamente habilitada, que dará todo suporte emocional que for necessário aos colaboradores. Preservando a integridade, o sigilo e anonimato dos entrevistados, buscando o bem-estar e o acolhimento diante dos possíveis desconfortos emocionais que podem vir a surgir. Todo o custo necessário com a psicóloga será de inteira responsabilidade da pesquisadora, isentando o colaborador de arcar com os honorários. Para minimizar o risco de quebra de sigilo, quebra de anonimato ou vazamento de dados por meio eletrônico, o contato será sempre individualizado. As entrevistas e o registro de consentimento serão coletados pessoalmente. O(s) instrumento(s) de comunicação se restringirá a equipamentos eletrônicos pessoais de uso exclusivo da pesquisadora responsável. Os dados coletados serão transferidos e armazenados em um dispositivo de dados físico conhecido como HD externo, e guardado em um local seguro onde somente a pesquisadora responsável terá acesso. E, ficarão arquivados

Endereço: Av. Carvalho Leal, 1777

Bairro: Cachoeirinha

CEP: 69.065-001

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)99225-6612

Fax: (92)99225-6612

E-mail: cep@uea.edu.br

UNIVERSIDADE DO ESTADO
DO AMAZONAS - UEA



Continuação do Parecer: 7.770.904.

por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, a pesquisadora avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente nesta pesquisa.

Benefícios: Os benefícios são indiretos, entendendo como benefício: o direito de participar como sujeitos historicossociais na pesquisa e no desenvolvimento da ciência. Ademais, a pesquisa poderá ser utilizada no futuro pelos participantes em pesquisa própria acerca do mesmo tema. Garantindo aos(as) colaboradores(as) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e dos dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica. E para minimizar os riscos de constrangimento, desconforto e estresse, será feito um esclarecimento prévio acerca da pesquisa e um resumo das perguntas relacionadas as possíveis problemáticas que possa ter passado ao longo da vida dos longevos, proporcionando um ambiente seguro, sem envolver pressão ou qualquer forma de liberdade para que eles ou elas se sintam à vontade para decidir continuar ou não a entrevista. Para minimizar o risco de cansaço ao responder as perguntas, procurar-se-á manter um clima de conversa e descontração, criando um ambiente acolhedor. Além disso, terão a plena liberdade de escolher o dia e horário mais confortável para a realização da entrevista.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Metodologia Proposta: A pesquisa será realizada numa Instituição vinculada Prefeitura Municipal de Tefé e a Secretaria Municipal de Assistência Social e da Cidadania. Me refiro ao Centro de Referência Social (CRAS II), onde será o local da pesquisa, que está situado no bairro do Abial e é separado do restante da cidade por um lago com acesso a partir de transporte fluvial intitulada catraia. O estudo se constitui numa pesquisa de cunho bibliográfico associada a uma pesquisa de campo etnográfica no contexto urbano, e análise documental que envolva as leis e estatutos destinados aos longevos. Adotando critérios de inclusão e exclusão para assegurar a qualidade das fontes utilizadas, selecionando obras de autores relevantes na área, com foco no envelhecimento, na cultura, subjetividade, identidade e etarismo. Sendo excluídos os estudos que não tratassem diretamente do tema ou que carecessem de embasamento científico. Envolvendo uma análise crítica e reflexiva de obras que abordam determinado tema e proporcionando uma visão mais holística sobre o assunto que se pretende apresentar, permitindo identificar lacunas e instigar novas direções de estudo em diversas áreas. De acordo com Garcia (2016, p. 292), a revisão bibliográfica é essencial em qualquer investigação, pois fornece uma base teórica abrangente e uma visão atualizada sobre a temática proposta. Em qualquer pesquisa, independentemente do método utilizado, é indispensável a inclusão de

Endereço: Av. Carvalho Leal, 1777

Bairro: Cachoeirinha

CEP: 69.065-001

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)99225-6612

Fax: (92)99225-6612

E-mail: cep@uea.edu.br

UNIVERSIDADE DO ESTADO
DO AMAZONAS - UEA



Continuação do Parecer: 7.770.904

uma revisão bibliográfica. Sobre a pesquisa de campo etnográfica urbana, faz-se necessário para observar, registrar e analisar os dados coletados de forma presencial, buscando interpretar ou extrair os significados dessas representações simbólicas existentes na relação do idoso em seu contexto social na realidade urbana. Sobre isso Geertz (2008) afirma que praticar a etnografia é uma forma de estabelecer relações, selecionando informantes, transcrevendo textos, levantando genealogias, mapeando campos e mantendo o registro como a ferramenta diário de campo (GEERTZ, 2008). Neste contexto Magnani (2002) aborda sobre compreensão a partir de uma imersão nas realidades sociais observadas "De Perto e de Dentro", ele afirma que para entender verdadeiramente as dinâmicas de um grupo ou comunidade, é necessário se aproximar de forma empática, vivenciando e interpretando os significados e experiências a partir da perspectiva interna dos indivíduos. Sobre a etnografia urbana, Velho (1978) apresenta uma ampla discussão a respeito, onde destaca a complexidade e a necessidade de uma abordagem interdisciplinar na pesquisa das sociedades urbanas, que, em seu contexto, enfrentavam uma escassez de dados empíricos consolidados. Ele defendia que a antropologia, ao lidar com a cidade e suas dinâmicas, deveria ser marcada pela flexibilidade e pelo diálogo entre diferentes campos de estudo. Esta pesquisa se baseia em uma composição interdisciplinar, que aborda áreas como a Psicologia, Sociologia, Filosofia, Antropologia e Gerontologia. Neste sentido, a interdisciplinaridade que se apresenta nos estudos da gerontologia é uma perspectiva que merece destaque, pois está de forma inerente vinculada à compreensão do ser velho, do processo de envelhecimento e suas repercussões biopsicossociais, diante do qual se faz necessário o trabalho interdisciplinar (FAJARDO, 2010 apud MATTA, 2021). Para o desenvolvimento da metodologia de pesquisa utilizarei uma abordagem interpretativa de Geertz (2008) por favorecer uma compreensão aprofundada dos significados culturais presentes nas interações e práticas desse grupo específico, os idosos, mesmo que essas interpretações. Para análise dos dados será utilizada uma abordagem qualitativa, no qual segundo Medeiros (2012, p. 224), a pesquisa qualitativa é caracterizada por gerar resultados não derivados de métodos ou formas de quantificação. Este tipo de pesquisa permite explorar o universo simbólico e individual das experiências, comportamentos, emoções e sentimentos, além de fornecer uma compreensão sobre o.

Metodologia de Análise de Dados:

A imersão na cultura do CRAS II situado no bairro do Abial em Tefé, acontecerá por meio de visitas nos dias das atividades específicas aos longevos, permitindo um conhecimento mais

Endereço: Av. Carvalho Leal, 1777

Bairro: Cachoeirinha

CEP: 69.065-001

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)99225-6612

Fax: (92)99225-6612

E-mail: cep@uea.edu.br

UNIVERSIDADE DO ESTADO
DO AMAZONAS - UEA



Continuação do Parecer: 7.770.904.

aprofundado sobre os participantes e as dinâmicas do ambiente. A coleta de dados será realizada com longevos residentes em Tefé-AM, selecionados com base em critérios como idade e envolvimento em atividades comunitárias. As entrevistas seguirão um roteiro semiestruturado, contendo perguntas norteadoras que possibilitem aprofundar temas relevantes ao estudo, ao mesmo tempo em que permitem a inclusão de novas reflexões trazidas pelos participantes. Todas as entrevistas serão gravadas, transcritas e analisadas de forma sigilosa, garantindo o anonimato dos entrevistados. A análise dos dados será conduzida por meio da identificação de padrões e recorrências nas falas. O processo envolverá a leitura atenta das transcrições, a codificação dos dados em categorias temáticas e a organização dessas categorias em eixos interpretativos que evidenciem as relações entre identidade, subjetividade e etarismo. A interpretação dos achados será feita à luz do contexto sociocultural de Tefé-AM, buscando compreender como os longevos constroem e ressignificam sua identidade diante das vivências de etarismo. A pesquisa seguirá rigorosos princípios éticos, assegurando que todos os participantes assinem um termo de consentimento livre e esclarecido, tenham seus dados preservados e possam se retirar do estudo a qualquer momento, sem prejuízo.

Riscos: Nesta pesquisa os riscos que os colaboradores podem sofrer são: a possibilidade de constrangimento; desconforto; estresse e cansaço ao responder às perguntas; quebra de sigilo; quebra de anonimato, vazamento de dados por meio eletrônico. Por se tratar de uma pesquisa que aborda o tema de etarismo aos longevos, compreende-se que se corre o risco psicológico, mediante ao acesso a memórias que possam ser consideradas difíceis de serem lidadas, que podem contribuir para o desconforto emocional. Como forma de diminuir os possíveis riscos psicológicos, a pesquisadora estará disponibilizando o acompanhamento de uma psicóloga devidamente habilitada, que dará todo suporte emocional que for necessário aos colaboradores. Preservando a integridade, o sigilo e anonimato dos entrevistados, buscando o bem-estar e o acolhimento diante dos possíveis desconfortos emocionais que podem vir a surgir. Todo o custo necessário com a psicóloga será de inteira responsabilidade da pesquisadora, isentando o colaborador de arcar com os honorários. Para minimizar o risco de quebra de sigilo, quebra de anonimato ou vazamento de dados por meio eletrônico, o contato será sempre individualizado. As entrevistas e o registro de consentimento serão coletados pessoalmente. O(s) instrumento(s) de comunicação se restringirá a equipamentos eletrônicos pessoais de uso exclusivo da pesquisadora responsável. Os dados coletados serão transferidos

Endereço: Av. Carvalho Leal, 1777

Bairro: Cachoeirinha

CEP: 69.065-001

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)99225-6612

Fax: (92)99225-6612

E-mail: cep@uea.edu.br

**UNIVERSIDADE DO ESTADO
DO AMAZONAS - UEA**



Continuação do Parecer: 7.770.904.

e armazenados em um dispositivo de dados físico conhecido como HD externo, e guardado em um local seguro onde somente a pesquisadora responsável terá acesso. E, ficarão arquivados por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, a pesquisadora avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente nesta pesquisa. Benefícios: Os benefícios são indiretos, entendendo como benefício: o direito de participar como sujeitos historicossociais na pesquisa e no desenvolvimento da ciência. Ademais, a pesquisa poderá ser utilizada no futuro pelos participantes em pesquisa própria acerca do mesmo tema. Garantindo aos(as) colaboradores(as) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e dos dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica. E para minimizar os riscos de constrangimento, desconforto e estresse, será feito um esclarecimento prévio acerca da pesquisa e um resumo das perguntas relacionadas as possíveis problemáticas que possa ter passado ao longo da vida dos longevos, proporcionando um ambiente seguro, sem envolver pressão ou qualquer forma de liberdade para que eles ou elas se sintam à vontade para decidir continuar ou não a entrevista. Para minimizar o risco de cansaço ao responder as perguntas, procurar-se-á manter um clima de conversa e descontração, criando um ambiente acolhedor. Além disso, terão a plena liberdade de escolher o dia e horário mais confortável para a realização da entrevista.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- Folha de rosto: Preenchida adequadamente, assinada pelo pesquisador responsável e pelo diretor da Instituição proponente
- Financiamento próprio: R\$ 1.725,00
- Cronograma: do início da pesquisa em 07/09/2025 término em 20/09/2025
- Riscos: Descritos
- Critérios de inclusão: Descritos
- Critérios de exclusão: Descritos
- Carta de anuência (Anexada)
- TCLE: adequado
- Instrumento para coleta de dados: na Plataforma Brasil- (Apresentado)
- Nomes de todos os colaboradores da equipe de pesquisa na Plataforma Brasil
- INFORMAÇÕES _BÁSICAS DO PROJETO, identificando o nome do orientador.

Endereço: Av. Carvalho Leal, 1777

Bairro: Cachoeirinha

CEP: 69.065-001

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)99225-6612

Fax: (92)99225-6612

E-mail: cep@uea.edu.br

**UNIVERSIDADE DO ESTADO
DO AMAZONAS - UEA**



Continuação do Parecer: 7.770.904.

Recomendações:

O pesquisador atendeu todas as pendências.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Trata-se de um protocolo de pesquisa com seres humanos, o mesmo atende os preceitos da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, somos pela APROVAÇÃO. Salvo o melhor juízo é o parecer.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2515374.pdf	20/07/2025 21:02:48		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_GEICIANDRA_MOURA.docx	20/07/2025 21:02:08	GEICIANDRA SALAZAR MOURA DA SILVA	Aceito
Outros	Roteiro_de_Perguntas.odt	07/07/2025 01:46:19	GEICIANDRA SALAZAR MOURA DA SILVA	Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA_GEICIANDRA.docx	07/07/2025 00:39:23	GEICIANDRA SALAZAR MOURA DA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Pesquisa_Geiciandra_Salazar.doc	30/03/2025 22:48:36	GEICIANDRA SALAZAR MOURA DA SILVA	Aceito
Outros	TERMO_DE_ANUENCIA.docx	12/03/2025 00:11:28	GEICIANDRA SALAZAR MOURA DA SILVA	Aceito
Orçamento	Orcamento_Geiciandra.docx	12/03/2025 00:09:20	GEICIANDRA SALAZAR MOURA DA SILVA	Aceito
Cronograma	Cronograma.docx	12/03/2025 00:09:00	GEICIANDRA SALAZAR MOURA DA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_Geiciandra.pdf	12/03/2025 00:08:35	GEICIANDRA SALAZAR MOURA DA SILVA	Aceito

Situação do Parecer:

Endereço: Av. Carvalho Leal, 1777

Bairro: Cachoeirinha

CEP: 69.065-001

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)99225-6612

Fax: (92)99225-6612

E-mail: cep@uea.edu.br

UNIVERSIDADE DO ESTADO
DO AMAZONAS - UEA



Continuação do Parecer: 7.770.904

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 16 de Agosto de 2025

Assinado por:
ELIELZA GUERREIRO MENEZES
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Carvalho Leal, 1777
Bairro: Cachoeirinha **CEP:** 69.065-001
UF: AM **Município:** MANAUS
Telefone: (92)99225-6612 **Fax:** (92)99225-6612 **E-mail:** cep@uea.edu.br



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Acadêmico (a): GEICIANDRA SALAZAR MOURA DA SILVA			
Matrícula Institucional Nº: 2496930002			
Título da Dissertação ou Tese: "Tecendo Sentidos: subjetividade e identidade no contexto do etarismo aos longevos de Tefé-AM"			
Data da Defesa: 10/06/2025	Horário de Início: 14h00	Horário de Término:	Local: Sala Virtual: https://meet.google.com/okc-xeqr-cno
COMPOSIÇÃO DA BANCA AVALIADORA			
Nome completo docentes	CPF ou Similar	IES (Sigla)	Função
Dr. Raimundo Sidnei dos Santos Campos	374.487.062-68	PPGICH-UEA	Presidente
Dr. Yomarley Lopes Holanda	519.124.302-15	PPGICH-UEA	Membro Interno
Dr. Jonildo Viana dos Santos	446.283.662-68	PPGE-UFRR	Membro Externo
Após exposição da pesquisa de acordo com os termos regimentais, o(a) candidato(a) foi arguido(a) pelos membros da Banca de Defesa de Dissertação, que deliberaram pelo resultado abaixo explicitado; e a seguir foi lavrada e assinada a presente Ata pelo(a) presidente e dado ciência ao(à) candidato(a).			
☒ Aprovado(a) ☐ Reprovado(a)			
PARECER: A banca considera o trabalho aprovado com temática relevante e, para o depósito da versão final da dissertação, atentar para as considerações realizadas pela banca avaliadora.			

Tefé, 10 de junho de 2026.



Documento assinado digitalmente
RAIMUNDO SIDNEI DOS SANTOS CAMPOS
Data: 10/06/2026 17:38:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Raimundo Sidnei dos Santos Campos
Presidente



Documento assinado digitalmente
YOMARLEY LOPES HOLANDA
Data: 11/06/2026 15:33:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Yomarley Lopes Holanda
Membro Interno

Homologado em: 12 / 06 / 2026



Documento assinado digitalmente
OTAVIO RIOS PORTELA
Data: 18/06/2026 15:19:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura e Carimbo Coordenador(a) PPGICH

Prof. Dr. Otávio Rios Portela
Coordenador do Programa de
Pós-Graduação
Interdisciplinar em Ciências Humanas
Portarias Nº 1457/2025 e 060/2026 GR/UEA



Documento assinado digitalmente
JONILDO VIANA DOS SANTOS
Data: 11/06/2026 14:29:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Jonildo Viana dos Santos
Membro Externo



Documento assinado digitalmente
GEICIANDRA SALAZAR MOURA DA SILVA
Data: 10/06/2026 17:51:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Geiciandra Salazar Moura da Silva
Mestrando(a)